



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do PS e à respetiva substituição.

Foi anunciado o resultado da eleição que decorreu na anterior reunião plenária, tendo sido eleito o candidato proposto para Presidente do Conselho Económico e Social.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei

n.º 190/XVI/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 162 a 171/XVI/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 1/XVI/1.ª.

De seguida, o Presidente assinalou a presença de vários grupos de cidadãos nas galerias, tendo a Câmara aplaudido de pé.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro](#)

Nuno Santos (PS), André Ventura (CH), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Raimundo (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN).

Seguiu-se o debate preparatório do Conselho Europeu, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, na sua versão atual). Após o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro) ter aberto o debate, respondeu às perguntas dos Deputados Ricardo Carvalho e Ana Oliveira (PSD), João

Paulo Rebelo e Ana Mendes Godinho (PS), Ricardo Dias Pinto e António Pinto Pereira (CH), Bernardo Blanco (IL), Marisa Matias (BE), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 172 a 174/XVI/1.ª e dos Projetos de Lei n.ºs 191 a 193/XVI/1.ª.

Deu-se conta de duas Deputadas do PSD e um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 31 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde.

Peço às autoridades o favor de abrirem as portas das galerias ao público.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo, pedindo desculpa pelos segundos de ligeiro atraso, por razões protocolares que tive de cumprir em nome de todos nós, da Assembleia. Agradeço a atenção.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário para a leitura do expediente e para dar conta de uma votação que vamos ter de fazer. Peço a atenção dos Srs. Deputados, porque vamos ter de fazer uma votação de um parecer.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a dar conta do parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

«1. [...] Francisco José Pereira de Assis Miranda (círculo eleitoral do Porto) renunciou ao mandato a partir do dia 24 de junho de 2024, inclusive, facto de que o Sr. Presidente da Assembleia da República tomou conhecimento no dia 24 de junho de 2024, passando a assumir o mandato, em sua substituição, Lia Andreia Cristóvão Ferreira (círculo eleitoral do Porto), com efeitos a partir do dia 24 de junho de 2024.

2. Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispõe, constata-se que a candidata não eleita indicada, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, é realmente a candidata seguinte, que deve assumir o mandato, conforme lista apresentada a sufrágio pelo referido partido político, no círculo eleitoral da Madeira.»

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Da Madeira?!

Vozes do CH: — Não é da Madeira!

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — «3. Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis...»

Pausa.

Sr. Presidente, de facto, eu li «Madeira», porque é o que consta do documento emanado da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, mas objetivamente há aqui um lapso, porque, de facto, a Sr.^a Deputada foi eleita pelo círculo eleitoral do Porto.

«3. Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4. Nestes termos, a Comissão entende proferir o seguinte:

Parecer

A assunção do mandato por Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS), por efeito da renúncia ao mandato pelo Deputado Francisco José Pereira de Assis Miranda (PS), cumpre os requisitos legais, produzindo efeitos a partir do dia 24 de junho de 2024.»

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vou então pôr à votação o parecer com esta retificação feita na hora em relação ao círculo eleitoral.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Faça favor de prosseguir, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para dar conta do seguinte resultado obtido na passada semana:

«Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro procedeu-se à eleição para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 212

Votos a favor — 150

Votos brancos — 57

Votos nulos — 5

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito Presidente do Conselho Económico e Social Luís Miguel Pais Antunes.

[...]»

Informo igualmente a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, várias iniciativas.

Em primeiro lugar, refiro o Projeto de Lei n.º 190/XVI/1.ª (IL) — Regulamenta a atividade de *lobbying* em Portugal e procede à criação do sistema de transparência dos poderes públicos.

Deram também entrada os Projetos de Resolução n.ºs 162/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a autonomização dos crimes de ódio no Relatório Anual de Segurança Interna, 163/XVI/1.ª (PCP) — Pela reconstituição das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e demais serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura que foram extintos, 164/XVI/1.ª (PSD e CDS-PP) — Revisão do Estatuto do Antigo Combatente, 165/XVI/1.ª (BE) — Integração da travessia fluvial do Sado entre Setúbal e Troia no Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, 166/XVI/1.ª (L) — Recomenda o reforço da capacidade da Autoridade para as Condições do Trabalho, tendo em atenção as empresas que empregam trabalhadores migrantes, 167/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que centralize os pedidos de renovação de autorizações de residência na AIMA e que alargue as funcionalidades do seu portal de serviços, 168/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que torne atrativo o regresso de emigrantes a Portugal, 169/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que reforce os recursos da AIMA e melhore os seus procedimentos, 170/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a aprovação do Plano Ferroviário Nacional e 171/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a reversão da decisão de extinção das Direções Regionais de Agricultura.

Por fim, refiro a Apreciação Parlamentar n.º 1/XVI/1.ª (PS) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse, publicado no *Diário da República* n.º 106/2024, I Série, de 3 de junho de 2024.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Secretário.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos.

Temos hoje a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 90 cidadãos do município de Portimão, um grupo de 25 cidadãos das juntas de freguesia de Santarém, um grupo de 90 participantes no Projeto 50 Escolas a Cantar — que, aliás, o fizeram na justa medida do tempo, antes da nossa sessão — e um grupo de 11 militares feridos de guerra ucranianos, que se encontram em Portugal para recuperação no Centro de Reabilitação Fénix, em Ourém.

Aplausos, de pé, do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado do PCP António Filipe.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP devia ter vergonha na cara!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Putinistas!

O Sr. **Presidente**: — Também devo informar que, em nome da Assembleia da República, recebi uma bandeira, assinada por estes 11 militares, para ficar nos nossos arquivos.

Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN.

Vamos então começar com o primeiro ponto da nossa ordem de dia, que é o debate com o Sr. Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento.

Para formular perguntas, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, deixo uma primeira palavra, Sr. Presidente, para a saudação que acabou de acontecer. Creio que nunca é gastar tempo, nem perder tempo, neste Parlamento, quando o Parlamento saúda aqueles que no campo de batalha perecem, aqueles que vêm a Portugal tratar-se, aqueles que lutam pela liberdade da Ucrânia, que é a liberdade de todos nós, a liberdade de todos os povos europeus. Dirijo uma palavra de saudação para estes militares, heróis, ucranianos.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS e do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, cerca de um mês depois do nosso último debate quinzenal, queria-lhe deixar três perguntas em três áreas diferentes: uma pergunta na área financeira, uma pergunta numa área de soberania e uma pergunta na área das políticas sociais.

Na área das contas públicas, na área financeira, Sr. Primeiro-Ministro, soubemos que, definitivamente, sem margens para dúvidas, sem jogos de palavras, quer em contabilidade pública, quer em contabilidade nacional, o País tem, no primeiro trimestre, um défice orçamental.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aquilo que eu lhe queria perguntar era a que é que se devem estas contas públicas do primeiro trimestre e que trajeto quer o Governo seguir daqui para a frente. Tem ou não tem o Governo o compromisso de manter firme a meta de chegarmos ao final do período orçamental com contas públicas em ordem?

Do ponto de vista da área da soberania, queria cumprimentar o Governo do Sr. Primeiro-Ministro por, desde o primeiro dia da sua governação, ter assumido o combate à corrupção como uma prioridade do Governo, e, eu diria, uma prioridade que se estende a este Parlamento.

Não foi por acaso que o Grupo Parlamentar do PSD, e também o do CDS, propôs que pudéssemos criar uma comissão eventual para acolher as propostas de lei que vierem do Governo, mas também para os próprios grupos parlamentares poderem ter iniciativa parlamentar deste ponto de vista.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E queria cumprimentar o Governo não só pela agenda que apresentou, na pessoa da Sr.^a Ministra da Justiça, mas também por ter feito deste pacote para o combate à corrupção o exemplo do diálogo que deve acontecer entre o Governo e o Parlamento.

Sei bem, Sr.^a Ministra e Sr. Primeiro-Ministro, que muitos se queixam de que duas reuniões são insuficientes. Creio que, para a próxima, podemos propor ao Governo que faça quatro ou cinco, para ver se os grupos parlamentares, designadamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ficam mais satisfeitos.

Mas não queria deixar de saudar o Governo por isso e, sobretudo, por ter colocado nessa agenda várias propostas que acolheu dos grupos parlamentares, o que demonstra bem que não houve um simulacro de diálogo, houve efetivamente um diálogo e o acolhimento dessas propostas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, se o combate sem tréguas à corrupção, aos privilégios injustificados, deve mobilizar todo o País e todos os agentes políticos e públicos, devo-lhe dizer que este grupo

parlamentar está também muito preocupado com a defesa dos direitos, das liberdades e das garantias dos cidadãos.

Este é um tema que tem estado cada vez mais na agenda pública, na agenda mediática, e eu queria aqui, Sr. Primeiro-Ministro, dar-lhe nota de que neste grupo parlamentar há uma vontade muito consistente de poder aprofundar a reforma da justiça e de olhar também para todas estas matérias que contendem com os direitos, liberdades e garantias. Queria também pedir-lhe a sua opinião sobre esta matéria, Sr. Primeiro-Ministro.

Tenho uma pergunta final sobre uma área social.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo, a cerca de 1 de junho, apresentou um plano de emergência para, no fundo, acorrer ao caos em que estava o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Sei bem que muitos partidos, designadamente o Partido Socialista, entenderam que o nosso compromisso de em 60 dias apresentar um plano de emergência para o Serviço Nacional de Saúde significava que, afinal, em 60 dias íamos salvar o Serviço Nacional de Saúde.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Foi uma ligeira confissão de culpa, porque, na verdade, é uma ligeira confusão, mas é uma absoluta confissão de culpa. É que quem fez uma campanha inteira a dizer que não havia problema no Serviço Nacional de Saúde depois queria que o Governo de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro corrigisse todos os males do Serviço Nacional de Saúde em 60 dias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que eu lhe queria perguntar, por fim, relativamente a este plano de emergência, era se o Sr. Primeiro-Ministro podia deixar à Assembleia da República e, através dela, a todos os portugueses um ponto de situação, agora sim, da implementação deste plano de emergência para a saúde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, queria, naturalmente, em nome do Governo, também associar-me à evocação que aqui foi feita e à homenagem da bravura dos cidadãos ucranianos que estão a ser tratados em Portugal, na sequência da agressão que a Rússia fez e faz todos os dias, ainda, a este País, colocando em causa os valores da democracia, os valores dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana e do respeito pelo direito internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Como sabem, o Governo português, quer este quer o anterior, esteve sempre, e está, empenhado na ajuda humanitária, política, financeira, para que a Ucrânia possa enfrentar esta agressão.

Sr. Deputado Hugo Soares, sobre as três questões que coloca, haveria, de facto, muito para dizer. Eu vou tentar sintetizar.

A primeira questão é a questão financeira, e quero tranquilizar as portuguesas e os portugueses.

Objetivamente, a situação que nos foi legada pelo Governo anterior não correspondia, como já tivemos ocasião de dizer antes, à situação que era, de uma forma muito enfática, apresentada, de que os cofres estavam cheios, o País nadava em dinheiro, por via do excedente orçamental que tínhamos alcançado no ano passado. Mas, ao mesmo tempo que dizemos isto, também dizemos que não há nenhuma razão para alarme. É verdade!

O primeiro trimestre do ano, aquele que é da exclusiva responsabilidade do Governo anterior, terminou com um défice em contabilidade pública superior a 250 milhões de euros e terminou também com um défice em contabilidade nacional de 0,2 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esta coincidência de valores não é por acaso, não obstante as diferenças que materializam estes dois métodos de contabilização. Já no último debate, o Partido Socialista quis confundir o País, dizendo que nós estávamos confusos. Não, não estávamos! Estávamos, e estamos, muito bem cientes da situação financeira do País.

É verdade que ela se ficou a dever, entre outras coisas, naturalmente, a acréscimo de despesa: houve mais de 1000 milhões de euros de despesa extraordinária nos primeiros três meses do ano; gastou-se quase 50 % da dotação provisional do Ministério das Finanças; e houve um conjunto de decisões, inclusivamente, como tive ocasião, na altura, de mencionar, que o Conselho de Ministros tomou e que ainda não tinham, e não têm, cabimentação orçamental. Portanto, Sr. Deputado Hugo Soares, foi isto que aconteceu no primeiro trimestre do ano.

Deixe-me dizer-lhe, a este propósito, que é intenção do Governo chegar ao final do ano com contas públicas equilibradas, diria mesmo com contas públicas positivas, como ainda hoje o Sr. Ministro de Estado e das Finanças reiterou, na sua audição na comissão respetiva aqui, na Assembleia da República. Mas esses objetivos, para este ano e para o próximo, não responsabilizam já só o Governo, porque há mais intervenientes políticos que são hoje responsáveis por aquelas que serão as contas públicas de 2024 e 2025.

Vozes do PSD: — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Refiro-me a todos os partidos que, nesta Assembleia da República, aprovaram medidas que têm impacto orçamental, a todas — foram muitas! — as forças políticas que o fizeram, mas há duas que têm responsabilidades acrescidas, que são as que têm maior representatividade: o Partido Socialista e o Chega.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves e do Deputado do CH Bruno Nunes.

A Assembleia da República decidiu promover uma alteração, do ponto de vista da descida em sede de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), que não corresponde ao espírito, ao sentido e ao conteúdo da proposta de lei que o Governo enviou à Assembleia da República.

Por um lado, o efeito financeiro vai até ser superior — o que levanta várias questões — àquele que tínhamos estimado para a nossa proposta, quer para 2024, quer para 2025; mas, mais do que isso, como eu sempre disse, a política fiscal é um instrumento não só de política financeira, mas de política económica.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os efeitos económicos da decisão da Assembleia da República que juntou o Partido Socialista e o Chega responsabilizam aqueles que tomaram essa decisão, e, Sr. Deputado, é bom que o País saiba, doravante, que estes partidos, ao invés de optarem por fazer recomendações ao Governo, quiseram legislar em substituição do Governo e das forças políticas que o apoiam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

Portanto, quiseram, por essa via, assumir também a sua responsabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chama-se democracia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, sobre as questões da justiça, quero dizer-lhe o seguinte: nós aprovámos, conforme era nosso compromisso, uma Agenda Anticorrupção,...

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... que incorpora 32 medidas concretas que têm, no seu conteúdo, também, vários contributos das audições que fizemos na Assembleia da República com todos os grupos parlamentares. Mas isto, como tivemos ocasião de dizer, é apenas o início do caminho.

Nós convidámos a sociedade portuguesa a poder, em consulta pública, emitir a sua opinião e o seu contributo, e também desejámos — e isso parece que está em execução — que a Assembleia da República pudesse ter um instrumento para receber propostas provindas de outras forças políticas, para que se conseguisse fazer uma reflexão que tivesse como desfecho novas medidas legislativas, porventura, mas sobretudo novas medidas que deem eficácia à luta contra a corrupção. Se há coisa que nos tem sido transmitida por vários agentes no terreno é que, muito mais do que alterações legislativas, é preciso instrumentos — não só meios! — eficazes de combate à corrupção, e foi isso que pretendemos fazer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que apoiaram o Costa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre as outras questões que coloca e o debate público que se tem feito, nos últimos tempos, em Portugal acerca da chamada «reforma da justiça», o que lhe posso dizer, Sr. Deputado Hugo Soares, é que efetivamente há questões que nos preocupam a todos, seguramente.

Eu estou até muito à vontade, porque era Deputado em 2007 e fiz parte do grupo que, na 1.^a Comissão, fez o acompanhamento, o tratamento e a concretização do chamado «pacto da justiça» e de vários instrumentos legislativos que na altura foram aprovados, nomeadamente, alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal.

Quero, aliás, confirmar que os objetivos do legislador, relativamente a figuras como a detenção fora de flagrante delito, o combate à violação do segredo de justiça, a utilização de interceções telefónicas e de outras comunicações como meio complementar de prova, e não como meio exclusivo fundamental das investigações criminais, não foram totalmente acolhidos na prática. O legislador não obteve os resultados que pretendia quando promoveu aquelas alterações.

E há outras reflexões, como, por exemplo, a constatação que já todos, creio, tomámos de que os chamados «megaprocessos», ao invés de contribuírem para aprofundar a investigação e a repressão de condutas criminais, têm sido, sobretudo, instrumentos para protelar processos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para dar azo a manobras dilatórias, que são, elas próprias, indutoras de injustiça.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, havendo na sociedade portuguesa e na Assembleia da República disponibilidade para podermos ter na justiça penal, nesta área concreta da justiça, alguma ponderação de alterações, o Governo naturalmente estará disponível com contributos, e não deixará de estar em contacto com a Assembleia da República nesse domínio.

Como gastei muito tempo agora, guardarei para outra ocasião a resposta à questão da saúde que colocou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, estamos a caminho de completar três meses de governação, que têm sido, já agora, por parte da oposição, classificados

de forma diferente, curiosamente, quase sempre classificações vindas do mesmo partido, uma espécie de paradoxo.

Ora o Partido Socialista acusa o Governo de governar depressa demais porque há eleições europeias, ora o Partido Socialista acusa o Governo de não governar. Talvez hoje seja uma boa oportunidade para o Partido Socialista clarificar qual é a posição que tem relativamente ao Governo: ou está a governar depressa demais ou, afinal, não governa. Mas isso deixo para o Partido Socialista.

Sabemos que, em cerca de três meses, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo decidiu a localização do novo aeroporto de Lisboa; apresentou um pacote legislativo essencial para cobrir um problema que Portugal tem no acesso à habitação; corrigiu um erro crasso do Governo do Partido Socialista no que diz respeito, sobretudo, ao acolhimento com dignidade daqueles que nos procuram, os imigrantes.

Olhámos para a saúde e apresentámos o nosso plano de emergência, e espero pela resposta do Sr. Primeiro-Ministro para saber o ponto de situação; chegámos a acordo com os professores, com os técnicos oficiais de justiça; olhámos para os mais jovens, Sr. Primeiro-Ministro, e para a necessidade da aquisição da primeira habitação, e aprovámos aqui, no Parlamento, sob proposta do Governo, a possibilidade, ontem concretizada em Conselho de Ministros, de estarem isentos do pagamento de impostos na compra da primeira habitação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Olhámos para aqueles que mais precisam, Sr. Primeiro-Ministro, os idosos, aqueles que têm pensões ainda de miséria em Portugal, aumentámos imediatamente o complemento solidário para idosos e fizemos justiça: permitimos que esses que têm direito ao complemento solidário para idosos não estejam, no final do mês, a escolher que metade dos medicamentos levam para casa, e permitimos, por proposta do Governo, que possam levar todos os medicamentos que são comparticipados pelo Estado — 100 % daqueles medicamentos que são receitados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, eu dizia-lhe, no início desta intervenção, que reina a confusão no Partido Socialista. O Partido Socialista, na campanha eleitoral, anunciou, ao contrário do que sempre fez nos oito anos de governação, que defendia — talvez porque estivéssemos em campanha eleitoral — que devíamos chegar a acordo quanto à recuperação do tempo integral dos professores.

Mas, ó Sr. Primeiro-Ministro, no melhor pano cai a nódoa, e, passadas as eleições, cai a máscara ao Partido Socialista. Hoje de manhã, na audição do Sr. Ministro das Finanças, ouvi, com espanto, um Deputado do Partido Socialista, o Sr. Deputado Miguel Matos, dizer o seguinte: «Os senhores fizeram um acordo milionário com os professores.»

Ó Sr. Primeiro-Ministro, em que é que ficamos? Afinal, o Partido Socialista entende que não se devia fazer o acordo, ou que se devia fazer o acordo, ou que o acordo devia ser mais reduzido do que aquele que o Governo fez?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Primeiro-Ministro aludiu à falta de responsabilidade que, no Parlamento, o Partido Socialista e o Chega têm tido, querendo-se substituir à governação numa aliança, diria, muito improvável, por um lado, para quem fez linhas vermelhas à extrema-direita no Parlamento e, por outro lado, para quem daquele lado entendia que vinha para o Parlamento para acabar com o socialismo em Portugal.

Protestos de Deputados do CH.

Uma das decisões do Chega e do Partido Socialista, Sr. Primeiro-Ministro, foi a de abolir as portagens nas chamadas «ex-SCUT» (sem custo para o utilizador), num conjunto de autoestradas em Portugal. E eu hoje ouvia, também de manhã, alguém que dizia assim, Sr. Primeiro-Ministro: «Face aos objetivos nacionais, europeus e das Nações Unidas, devemos favorecer menos modelos impactantes do ponto de vista social e

ambiental.» Mas foi mais longe, e disse: «A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes manifestou-se desfavorável à redução de portagens porque entende que está em contraciclo. É a posição da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, que, por acaso, coincide com a minha.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem! É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, se isto fosse um *quiz*, eu perguntava-lhe se podia tentar adivinhar quem fez esta afirmação.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Vou dar algumas pistas. Olhe, foi secretária de Estado dos transportes do Governo do...? Partido Socialista! Foi ministra do mar do Governo do...? Partido Socialista! Olhe, foi até nomeada Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes por quem? Pelo Governo do Partido Socialista!

A confusão que reina no Partido Socialista, Sr. Primeiro-Ministro, é muito maior do que aquela com que muitas vezes nós, aqui, nos deparamos. Nem eles, lá dentro, se entendem quanto às posições que devem defender do ponto de vista das políticas públicas. É por isso que o Partido Socialista, hoje, não pode nem deve ter a confiança dos eleitores, e é por isso que o Partido Socialista, hoje, não merece a credibilidade que quer dizer ter para poder ter a responsabilidade de, neste Parlamento, traçar as linhas vermelhas que entende, mas depois apelar ao diálogo. É que quem defende em campanha eleitoral uma coisa, vem ao Parlamento dizer o contrário e depois acusa o Governo de falta de diálogo, Sr. Primeiro-Ministro, não merece, digo eu, a confiança dos eleitores portugueses.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Queria, por isso, terminar, Sr. Primeiro-Ministro, pedindo-lhe para comentar aquelas que foram as declarações de altos destacados militantes do Partido Socialista, e perguntando-lhe como é que o Governo olha para este Partido Socialista, com quem deve negociar, dialogar, como um parceiro que deve ser para a governação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder, dispondo de 2 minutos e 32 segundos, mais 15 segundos de tolerância.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, sobre a questão dos professores, também verifiquei, com estupefação, essa afirmação, mas não é que ela seja propriamente uma surpresa face ao histórico do Partido Socialista.

Durante a vigência do Governo anterior, houve um Primeiro-Ministro que teve um ministro — que por acaso agora é Secretário-Geral do Partido Socialista — que não concordava com a posição do Governo. Mas nós só soubemos isso mais tarde, quando esse ministro saiu do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, o Governo anterior achava que não se devia dar a recuperação do tempo aos professores. Havia um ministro do Governo que não se manifestava, mas, quando saiu do Governo, manifestou-se contrário à posição do Governo.

Entretanto, esse ex-ministro, que agora é Secretário-Geral do Partido Socialista, defendeu na campanha eleitoral que a recuperação devia ser total. Escreveu uma carta ao Primeiro-Ministro a reiterar essa posição. Agora, tem um membro da sua bancada que diz o contrário. Está mais ou menos a fazer a este Secretário-Geral o que o atual Secretário-Geral fez ao anterior, portanto, está tudo mais ou menos igual.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto à questão das portagens, terei ocasião, seguramente — ou durante o debate ou até mesmo noutra ocasião —, de aprofundar esse tema e essa irresponsabilidade que foi a junção das vontades do Chega e do Partido Socialista, com um impacto orçamental de 180 milhões de euros, induzindo a sociedade portuguesa num equívoco.

Nós, no Partido Social Democrata — que eu também lidero e liderei na oposição —, sempre defendemos a redução das portagens nos territórios de baixa densidade, nos territórios onde havia falta de alternativas e onde era preciso garantir mais mobilidade dos cidadãos e mais condições económicas às empresas. Mas isso é diferente de uma isenção total, discricionária face a outras áreas do território.

O que dirão, hoje, os habitantes de Loures, de Odivelas, da Amadora, de Gondomar, da Maia, da Póvoa de Varzim, que pagam portagens nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, todos os dias, para ir trabalhar, face à disparidade que é isentar totalmente uns e não cuidar, sequer, do que os outros vivem no dia a dia?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Isto para não falar do sinal errado, que a citação que fez também apontou, relativamente ao caminho que é não privilegiar, por exemplo, o transporte ferroviário, que é muito mais amigo do ambiente do que o transporte rodoviário.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde? Em Portalegre? No Algarve? Não há comboios!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre a saúde, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o programa de emergência também é de transformação da área da saúde, e está em execução.

Vou deixar-lhe dois ou três dados.

Em relação aos doentes oncológicos, que dissemos que era a nossa prioridade, quando chegámos ao Governo, havia 9374 doentes oncológicos à espera de uma cirurgia. Entre os dias 18 de maio e 21 de junho foram operados 7465.

Aplausos do PSD.

E devo dizer-lhe que, destes, 2143 tinham já ultrapassado o tempo máximo de resposta garantida, mas quase todos eles foram intervencionados dentro do Serviço Nacional de Saúde,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... correspondendo àquele que foi sempre o nosso objetivo: salvar o Serviço Nacional de Saúde, colocando-o como centro do sistema, não abdicando da complementaridade com o setor social e privado, mas privilegiando o centro, que é o Serviço Nacional de Saúde.

Finalmente, sobre as urgências, Sr. Presidente, como tenho só 15 segundos, responderei à questão das urgências e do atendimento em obstetrícia e pediatria na próxima oportunidade que tiver de falar de saúde.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria também começar por saudar os soldados feridos e em recuperação, em Portugal.

Quero saudá-los a eles e saudar também todo o povo ucraniano, pela luta, pela defesa da integridade territorial, pela liberdade no seu país.

Aplausos do PS, do PSD e da IL.

Queria aproveitar esta intervenção, ainda antes da reunião do Conselho Europeu, para nos congratularmos pela eventual, mas mais do que provável, nomeação de António Costa para Presidente do Conselho Europeu.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Então? O PSD agora não bate palmas?

Vozes do CH: — Batam palmas, vá!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, peço o favor de criarem condições para o Sr. Deputado Pedro Santos continuar.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.
Queria, aliás, agradecer o apoio do Governo português à nomeação de António Costa.

Protestos do CH.

É um momento importante para a Europa, para a União Europeia e para Portugal também. António Costa é um político com experiência e com um peso político de que o cargo que eventualmente vai ocupar necessita. É por isso importante para todos nós e é importante para Portugal também.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Deputado está no uso da palavra e está a dar uma opinião. Quem não concorda, depois exprimir-se-á de forma diferente, mas neste momento quem tem a palavra é o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos e temos de ter condições para o ouvir.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Registo o facto de um país com a nossa dimensão poder ter, em poucos dias, dois portugueses em altos cargos na cena política mundial: o Secretário-Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) e o Presidente do Conselho Europeu.

Aplausos do PS.

É motivo de orgulho para Portugal, mas é também motivo de orgulho para o Partido Socialista. São dois militantes do PS, dois ex-secretários-gerais do Partido Socialista, dois antigos primeiros-ministros do nosso País, que viram, no plano internacional, reconhecida a sua qualidade, a sua experiência, o seu trabalho. Isso é motivo de regozijo para nós, daí o agradecimento pelo apoio do Governo português.

Sr. Primeiro-Ministro, queria, nesta intervenção, falar-lhe de justiça.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o Sócrates!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — «À política o que é da política, à justiça o que é da justiça», dizia o futuro Presidente do Conselho Europeu.

Risos do CH.

A separação de poderes é um elemento central de qualquer sociedade democrática e é fundamental preservar essa separação de poderes. Mas que ninguém se engane: as regras pelas quais cada um dos poderes, em Portugal, em qualquer democracia, se organiza dependem do poder político democrático. São a responsabilidade da democracia, do Parlamento, dos eleitos pelo povo — neste caso, dos eleitos pelo povo português. Somos os responsáveis pelo bom funcionamento do sistema judicial.

Os direitos, liberdades e garantias servem e existem para defender todos os cidadãos, desde logo aqueles que são inocentes; servem para os defender e proteger, também, dos erros, das falhas, das omissões, dos abusos do sistema de justiça.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quando as coisas não funcionam bem, essa responsabilidade também é nossa. E era sobre ela que eu aqui gostaria de falar.

Temos inquéritos abertos que se arrastam anos e anos, que envolvem cidadãos culpados, ou eventualmente culpados, e cidadãos inocentes.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Está a falar do Sócrates?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — São inquéritos que, no momento da abertura, têm consequências severas na vida dos cidadãos, ficando durante vários anos congelados e, em momentos cruciais da vida política e democrática do País, ganham outra vez projeção mediática ou mesmo diligências em momentos críticos da vida democrática de um país, desde logo um ato eleitoral.

O primeiro momento, ou o primeiro caso, pode ser coincidência. O segundo pode ser também coincidência. Ao terceiro caso, já só dizemos que é coincidência se não tivermos respeito pela nossa própria inteligência.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Em todas as áreas da vida humana enfrentamos prazos. Os prazos são perentórios para a esmagadora maioria dos cidadãos. Mesmo quando sentimos que não temos condições para cumprir um prazo, temos mesmo de o cumprir nas condições que tivermos naquele momento. É por isso que é também claro para nós que os inquéritos têm prazos, mas que os prazos têm de ser mais do que indicativos.

Este é um dos temas que queremos abordar e discutir.

Igualmente, em relação aos prazos de detenção para interrogatório, esses prazos são de 48 horas, mas a verdade é que são muitos, são mesmo demasiados os casos e os exemplos de incumprimento deste prazo. No início deste ano, tivemos mesmo cidadãos detidos — e, para nós, até prova em contrário, inocentes — por 21 dias.

Ora, isto não é admissível nem aceitável, numa democracia saudável, numa democracia avançada.

Aplausos do PS.

Temos uma sistemática violação do segredo de justiça e temos convivido com essa sistemática violação do segredo de justiça. O mesmo em relação à divulgação e publicação de escutas. O poder de escutar outro cidadão é um poder tremendo, que deve ser regulado e mesmo limitado. Assistimos recentemente à publicação de escutas. E não podemos fazer de conta, assobiando para o lado, que não tivemos nada que ver com isso.

Esta é verdadeiramente uma matéria que nos deve preocupar.

Muitos, na atividade política em Portugal, quiseram olhar para o conteúdo das escutas, mesmo que, aparentemente, não tivessem relevância criminal. E muitos quiseram ignorar que estávamos na presença de crimes: o crime no momento da cedência da escuta e o crime no ato da publicação do conteúdo das escutas. Sim, porque é crime publicar as escutas.

Aplausos do PS.

Deve impressionar-nos a todos como se convive com a infração, com o crime cometido à frente dos nossos olhos. Deve impressionar-nos a todos como alguns de nós têm a capacidade de ignorar alguns crimes e focar-se no conteúdo de escutas que são publicadas através da prática de crimes.

Quanto ao escrutínio e à transparência, a maioria dos cidadãos, em Portugal, na sua atividade profissional, presta contas, é julgada, é escrutinada, é criticada.

Não pode haver nenhuma área da vida humana, da vida em sociedade, que se sinta acima da crítica, acima do escrutínio. A prestação de contas é mesmo importante também por parte do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República.

Aplausos do PS.

Temos o direito de saber como é que é tão fácil e como é que acontece as escutas serem divulgadas. Temos o direito de saber, temos o direito de exigir respostas por parte de quem tem a responsabilidade de garantir e proteger os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Nós não tivemos isso.

Não nos basta a abertura de inquérito. Qualquer organização que hoje gere bases de dados e que lida com elas — como quase todos os partidos políticos, tenho a certeza, pelo menos o meu — tem conhecimento de cada pessoa que entra na base de dados, quando entra, a que horas, o que faz, quem é, que alterações fez.

É inaceitável, é incompreensível que uma matéria tão crítica para a vida coletiva não se consiga controlar e que não se saiba quem teve acesso, quem divulgou escutas em Portugal.

Nós temos o direito de saber como funciona e como se protegem os direitos, liberdades e garantias, em Portugal.

Aplausos do PS.

O Ministério Público tem a sua autonomia garantida na Constituição, mas também o seu funcionamento hierárquico. A hierarquia está prevista na Constituição e há trabalho para fazermos igualmente no que diz respeito à clarificação da cadeia de poder hierárquico, dentro do Ministério Público, para bem da democracia e do Estado de direito democrático, em Portugal.

Os portugueses esperam de nós, nomeadamente dos dois partidos que representam mais de dois terços desta Assembleia da República, a capacidade de se entenderem em muitas matérias.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas as matérias de regime, de Estado de direito democrático, mais do que quaisquer outras, exigem de nós a capacidade de nos entendermos e de promovermos mudanças.

Aplausos do PS.

Nós não excluimos a necessidade de fazer a reforma da justiça, mas que a reforma da justiça não se transforme num megaprocessamento que não dá em nada.

Tenhamos nós a capacidade de identificar os problemas e de encontrar soluções concretas para problemas concretos. O PS está disponível para fazer esse trabalho.

Aplausos do PS.

Nós vamos fazer o nosso trabalho de forma autónoma, vamos ouvir e vamos apresentar propostas, mas sabemos que temos 78 Deputados e não temos uma maioria para as aprovar aqui, na Assembleia da República.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não passarás!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Há trabalho para fazer, nós estamos disponíveis. Gostávamos de saber se o Sr. Primeiro-Ministro acompanha estas preocupações do Partido Socialista e se tem disponibilidade para trabalharmos juntos.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem de haver é esse espírito de unidade!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, relativamente à primeira questão que abordou, eu, efetivamente, tencionava tratá-la no debate que teremos a seguir, mas com certeza que é uma questão política relevante e não há nenhum problema em que eu possa antecipar algumas das considerações que pretendia fazer nessa oportunidade.

Como sabem, o Governo português apoiou, apoia e continuará a apoiar até ao último minuto a possibilidade de o Dr. António Costa vir a ser Presidente do Conselho Europeu.

É uma decisão que, em princípio, será tomada amanhã, e será tomada com base em dois pressupostos que, creio, eram, não direi obrigatórios, mas, pelo menos, essenciais para que pudéssemos ter sucesso nesta pretensão.

O primeiro pressuposto era o de que a família socialista europeia escolhesse o Dr. António Costa de entre todos os socialistas na Europa com apetência, aptidão, capacidade para desenvolver a missão de liderar o Conselho Europeu. É inequívoco que isso foi feito.

O segundo pressuposto era o de que também seria essencial que o Governo do país do candidato em causa apoiasse esse candidato.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É uma vergonha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acho que isso era importante como pressuposto da própria candidatura, e o próprio, aliás, enunciou isso de forma literal — e bem!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Quero reiterar o seguinte: considero que o Dr. António Costa é mesmo o melhor socialista —...

Protestos do CH.

... daqueles que estão em condições de ser candidatos a Presidente do Conselho — para o exercício daquela função em concreto. Dir-me-ão, como dizem muitos: «É por ser português.» E eu direi que não é só por ser português!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É por ser socialista!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É também pelas suas próprias características, que o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos há pouco apontou, e pela sua experiência: foi membro do Governo em quatro ocasiões ou com quatro missões diferentes — foi Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, foi Ministro da Justiça, foi Ministro da Administração Interna,...

Protestos dos Deputados do CH Pedro dos Santos Frazão e Rita Matias.

... foi Primeiro-Ministro, foi Presidente da maior Câmara Municipal do País — e tem um percurso político que, naturalmente, o Partido Socialista é capaz de enunciar muito melhor do que eu, mas que é relevante.

Eu estou muito à vontade, porque eu sentava-me naquela bancada, como líder parlamentar, a combater politicamente e a fazer oposição ao primeiro Governo do Dr. António Costa, quando outros ainda não estavam na política ou estavam atrás de mim, com a bandeira, a apoiar aquilo que eu dizia.

Aplausos do PSD.

Risos da IL, do BE e do Deputado do PCP António Filipe.

Protestos do CH.

E também estou à vontade para dizer isso porque, nos últimos dois anos, liderei o partido político que tinha mais representação na oposição e tive a ocasião de fazer oposição ao Governo, como, creio, é reconhecido. Ao mesmo tempo, tive a ocasião também de cooperar com o Governo em matérias que muitas vezes vão para além da conflitualidade oposição/Governo. E algumas dessas matérias são, precisamente, a política externa e a política europeia.

Aplausos do PSD.

Portanto, eu ainda conheço melhor a capacidade do candidato, porque testemunhei, pelo exercício das minhas próprias funções na matéria específica que está em causa, aquelas que são as suas posições.

Por isso, Sr. Deputado, não tenho nenhum problema em assumir, em nome do Governo português, em nome da minha família política, esse apoio — creio que a eleição terá mesmo a sua concretização amanhã, há todas as condições para o ambicionar — e em desejar que a família política socialista apoie, como parece que é inequívoco, a candidatura de Ursula von der Leyen para mais um mandato na Comissão Europeia.

Aplausos do PSD.

Digo isto, precisamente, devido a uma circunstância, que é a de o Partido Socialista Europeu ser oposição ao Partido Popular Europeu, mas, ao mesmo tempo, ter caminhos comuns para percorrer.

Construir uma Europa hoje, com 27 Estados-Membros, mas, eventualmente, com mais Estados-Membros no futuro, não é fácil. O que seria da construção europeia, se as principais famílias políticas não falassem umas com as outras? Isto não é um negócio político, isto é convergência, isto é criação de consenso político para um projeto que é muito mais do que cada Estado-Membro: é um projeto conjunto de toda uma Europa, de todo um conjunto de Estados-Membros.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, sobre a questão da justiça, no enalço, de resto, daquilo que já tive a ocasião de dizer sobre a questão que me foi formulada pelo Grupo Parlamentar do PSD, quero reiterar que é de facto importante que façamos uma reflexão, uma avaliação, um aprofundamento das questões mais relevantes que hoje têm impacto no País, do ponto de vista da justiça.

Sabem que o Governo deu prioridade absoluta à justiça administrativa e fiscal, à recuperação das suas pendências, à celeridade dos seus processos e, também, dentro da justiça penal, ao reforço quer da capacidade de investigação, quer da capacidade de as investigações e de as acusações depois desembocarem em condenações judiciais, assim como, naturalmente, do respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Este é um domínio, como disse o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que é essencial para a democracia. E é essencial porquê? Porque nós estamos numa área em que é preciso fazer um equilíbrio, é preciso fazer uma avaliação de vários direitos que se entrecruzam e, às vezes, até conflituam.

É preciso, desde logo, garantir o direito das pessoas à reserva da intimidade da sua vida privada — é um direito fundamental. É preciso garantir às pessoas o direito ao bom nome e à sua reputação — é um direito fundamental, para além das garantias de defesa normais. Estes dois direitos são direitos fundamentais e, como

o Sr. Deputado aqui disse, se forem colocados em crise e se o forem injustamente, então, vão marcar definitivamente um prolongamento para toda a vida dessa violação. Veja bem: um cidadão que seja alvo de um ataque que coloque em causa a sua vida privada, que coloque em causa a sua reputação, mesmo que venha a ser absolvido no respetivo processo, vai carregar para toda a vida o peso de quê? Da forma como inicialmente foram violentados os seus direitos.

Depois, é preciso conjugar isso, naturalmente, também com os direitos que a sociedade tem de que haja investigação, de que haja meios, de que haja instrumentos, de que haja garantias de que quem comete crimes é mesmo punido por isso — é investigado e punido. Esse é um outro interesse que é preciso também preservar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, depois, também é preciso conjugar isto com outros direitos: o direito a informar e o direito a ser informado. Tudo isto é preciso garantir.

Nenhum de nós, seguramente, querará pôr em causa estes princípios — eu não depreendi isso das suas palavras, nem quero sequer pensar nisso, e acho que o Partido Socialista tem uma história que responde a esse nível de forma inequívoca.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Queremos é garantir que todos esses princípios são respeitados numa situação de serem juridicamente conciliáveis.

Portanto, quanto a isso, Sr. Deputado, estamos disponíveis, naturalmente, para aprofundar aquelas que são hoje as regras do direito penal e do direito processual penal.

Eu creio que o País precisa de confiar na justiça, e para confiar na justiça — como disse, e bem — é preciso que haja investigação, mas que as investigações não sejam eternas. Eu também concordo consigo, também acho que há prazos que hoje são apenas indicativos e que têm de começar a ser perentórios. Um cidadão, efetivamente, não pode estar eternamente a ser investigado pela prática de um crime concreto. Se não houve, em determinado período de tempo, capacidade de reunir prova suficiente para o acusar, é preciso fazer como os anglo-saxónicos fazem, que é passar à frente, porque ele vai cair a seguir, ele vai cometer um crime a seguir e vai deixar, se calhar, mais matéria probatória disponível, para que as autoridades de investigação e, depois, de julgamento, possam ajuizar convenientemente.

Portanto, Sr. Deputado, respeitando a separação de poderes, respeitando os princípios da nossa Constituição da República, os princípios do Estado de direito, os princípios da democracia, sim, nós estamos disponíveis para aprofundar o funcionamento da nossa justiça penal e processual penal, não olhando para nenhum caso em concreto, mas olhando para uma avaliação global de tudo o que acontece todos os dias nos tribunais e nos órgãos que investigam crimes, sobre todos os cidadãos — sejam eles mais ou menos conhecidos, morem eles em Lisboa, no Porto ou em qualquer outro ponto do nosso País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos. Tem 1 minuto e 5 segundos, mais 15 segundos. É preciso que aproveite tudo, portanto, pedia aos Srs. Deputados para permitirem a qualidade audível do Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, 15 segundos são à conta da bancada do Chega,...

Protestos do CH.

... que dá os 15 segundos de tolerância.

O Sr. **Presidente**: — Eu estarei atento. Estarei atento ao Chega ou a qualquer outra bancada.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro foi dizendo — disse-o, aliás, no discurso de tomada de posse — que quer «falar com todos, todos, todos», quer dialogar, quer promover acordos.

Bem, na verdade, ainda na sexta-feira passada, o Governo teve a oportunidade de ver aprovadas, com os votos do Chega, algumas das suas propostas, nomeadamente as dirigidas ao alojamento local, que tiveram o voto contra do Partido Socialista, pois entendemos que iam no sentido errado daquele que é desejável em matéria de acesso à habitação ou de aumento da oferta disponível para habitação.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

Tiveram os votos favoráveis do Chega, como, aliás, já tinham tido o elogio do Chega nas medidas para a justiça...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chega está sempre ao lado das pessoas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e o elogio parcial do Chega nas medidas em matéria de imigração.

Com certeza que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro querem cumprir estas medidas, estas propostas que foram aprovadas no Parlamento. Não queremos acreditar é que não queiram cumprir as outras que também são aprovadas, mesmo com o voto contra do PSD. Entre essas, insere-se a da redução do IRS, que o Governo, aliás, prometeu desde o início que se iria repercutir no rendimento das famílias, já em 2024, com efeitos retroativos ao início do ano.

A pergunta que lhe quero fazer é a de saber se o Governo — caso o projeto saia do Parlamento promulgado pelo Sr. Presidente da República — fará birra e não cumprirá aquilo que tinha dito, que era fazer repercutir a baixa de IRS já em 2024.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe que termine.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vou terminar, Sr. Presidente.

É que os portugueses não querem saber se a proposta, no fim, teve mais intervenção do PS ou mais intervenção do PSD, se a proposta é no espírito do PS ou se é no espírito do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O que os portugueses querem saber é se vão pagar menos IRS ou não, já em 2024, como, aliás, o Governo tinha prometido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, registo o esforço que tentou fazer para esconder uma circunstância que é completamente diferente.

O Governo tem de governar. O Governo tem, em algumas matérias, de apresentar propostas de lei à Assembleia da República para executar o seu programa. Portanto, naturalmente, o Governo pretende ter, na Assembleia, o maior apoio possível para executar o seu programa. O que é estranho é o Partido Socialista querer o apoio do Chega para executar o seu programa, na oposição. Isso é que é estranho!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se o Partido Socialista não quisesse governar a partir da Assembleia da República com o apoio do Chega, apresentava ao Governo recomendações e não iniciativas legislativas com força de lei.

Aplausos de Deputados do PSD.

Protestos do PS.

E isso, Sr. Deputado, é uma opção sua, não é uma opção nem do Governo, nem dos partidos que secundam o Governo.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Isso tem a ver com a questão que me colocou, Sr. Deputado. Eu não quero deixar de lhe responder. O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, por um acaso, estava a instar o Governo a fazer repercutir a decisão da Assembleia da República, por iniciativa única e exclusiva da Assembleia da República, num processo legislativo unicamente da responsabilidade dos partidos políticos da Assembleia da República, da execução deste Orçamento?

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Não, Sr. Deputado! É que o Sr. Deputado, se calhar, cometeu um erro. Não devia ter...

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Então, eu vou explicar-lhe, eu vou explicar-lhe. Sabe que eu tenho uma experiência parlamentar profunda!

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

É, é, Sr. Deputado, vou explicar-lhe. Vou explicar-lhe, Sr. Deputado.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro tem de explicar e até tem de ser relativamente rápido.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Tem, tem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O mais rapidamente que for capaz.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O decreto que foi aprovado na Assembleia e que seguiu para promulgação não teve por base nenhuma proposta de lei. A proposta de lei do Governo não foi sequer aprovada na generalidade. O processo legislativo é da exclusiva responsabilidade dos partidos políticos.

Sr. Deputado, sabe o que isto quer dizer? Acho que sabe. Se for preciso, um dia destes digo mais um bocadinho.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos e contraprotestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Agora, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Continuação de protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos e contraprotestos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, só 1 minuto. O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos teve todas as condições para falar, todos os outros Deputados também. Agora é a vez do Sr. Deputado André Ventura.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, não queria começar esta inquirição ao Sr. Primeiro-Ministro sem denunciar, perante o País, o que me parece evidente. Hoje vimos o pior PS de sempre nesta Assembleia da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E vimos o pior PS por uma razão: porque, num debate com o Primeiro-Ministro, teletransmitido para o País todo, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, Secretário-Geral do Partido Socialista, não perdeu 5 minutos, nem 6, a fazer perguntas sobre saúde, sobre os salários, sobre as pensões, sobre os jovens que emigram. Perdeu 5 ou 6 minutos a atacar mais a justiça do que fez com o processo Casa Pia de Lisboa, em 2001. Mais do que no processo Casa Pia de Lisboa,...

Aplausos do CH.

... dando a ideia a Portugal de que quando a justiça toca a uns está tudo bem, mas quando toca a políticos mobilizam-se imediatamente para tentar controlar a justiça, para controlar a PJ (Polícia Judiciária), para chamar o Ministério Público a este Parlamento, para tentar condicionar a justiça. E isso fica como marca deste pior PS dos últimos anos.

Aplausos do CH.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não podia deixar de o confrontar com as suas declarações de que está muito incomodado ou de que aparentemente houve uma coligação negativa neste Parlamento para aprovar medidas como — ouçam bem, lá em casa! — acabar com as portagens.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Algumas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acabar com as portagens! Ou seja, o Primeiro-Ministro não quer acabar com estas portagens.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Algumas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Algumas, algumas quase todas!

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, vou recordá-lo de quem é que se juntou ao PSD e ao PS para votar contra as propostas de imigração. Foi o PS e foi o PSD que impediram aquilo que o senhor defendeu em campanha eleitoral, ou seja, que houvesse quotas de imigração neste País. O Sr. Primeiro-Ministro defendeu isso. PS e PSD!

Aplausos do CH.

Hoje mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, PS e PSD chumbaram a proposta de audição de António Costa nesta Casa. Hoje mesmo! Não foi outro partido qualquer, foi o PS e o PSD! Isto quando António Costa está a dizer ao País todo que despediu a ex-CEO (*chief executive officer*) da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) por razões meramente políticas. Agora os contribuintes em casa que paguem! E nós cá estamos para fazer o circo à volta, desde que paguemos. PS e PSD!

Mas espanto-me, Sr. Primeiro-Ministro, com toda a franqueza, que tenha o desprante de vir a esta Casa falar de uma coligação, quando há um ano disse isto: «O maior comunista desde a Revolução de Abril!» Sabem de

quem é que estava a falar o então líder da oposição, Luís Montenegro? De António Costa, «o maior comunista desde a Revolução de Abril!» O Sr. Primeiro-Ministro sabe quem foram os primeiros-ministros portugueses desde a Revolução de Abril, alguns deles de triste fama, mas disse isto: «O maior comunista desde o 25 de Abril.» Sobre António Costa, disse mais, e é bom que o País ouça: «O maior fracasso na governação de um País».

Aplausos do CH.

Peço-lhe que olhe para o País, para quem está em casa, para as galerias e diga assim: «Sim, eu há três meses achei que ele era o maior fracasso da história, que era o maior desastre de primeiro-ministro, que era um erro que fosse governante.» Para Portugal, era péssimo; para a Europa toda, está ótimo. Ó Sr. Primeiro-Ministro, isso não é hipocrisia, é o sistema a funcionar há 50 anos!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, é sempre um gosto debater consigo, é mesmo.

Risos do PSD.

Sabe, como diz o povo, «pela boca morre o peixe», e ao Sr. Deputado acontece-lhe isso todas as semanas. Veja bem: o Sr. Deputado foi buscar dois exemplos sobre duas declarações que proferi. A primeira foi a propósito da intenção do Governo de colocar no nosso ordenamento jurídico o chamado «arrendamento coercivo forçado», uma medida que é, do meu ponto de vista, de índole comunista. Depois, foi buscar uma declaração sobre o fracasso do Dr. António Costa como Primeiro-Ministro, coisa que assumi durante oito anos. Até lhe devo dizer: olhe, ele foi seguramente muito pior Primeiro-Ministro do que será Presidente do Conselho Europeu. Não há dúvida nenhuma!

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas a maior contradição, a maior expressão do seu oportunismo político, a maior expressão do seu populismo, da sua demagogia, da sua falta de consistência, da sua falta de maturidade política, é esta. Sr. Deputado, não vá fazer a recolha de tudo o que eu disse sobre o Dr. António Costa, vá fazer a recolha de tudo o que o Sr. Deputado disse de mim de há dois anos a esta parte, e agora faça o seguinte exercício: depois de tudo o que o Sr. Deputado disse de mim e do meu partido, a sua vontade era estar aqui ao meu lado, a governar comigo. Pois é, Sr. Deputado, pois é!

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

É! É, Sr. Deputado! É!

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Sabe que a imaturidade e a inconsistência têm destas coisas, Sr. Deputado. Nós fazemos e dizemos coisas sem pensar nelas, sem as aprofundar, sem tentar ver qual é o seu racional. O Sr. Deputado poderia dizer assim: «Eu tenho ideias diferentes das suas, eu tenho ideias que aqui ou acolá vamos mais para ali, e queria, no

Governo, colaborar consigo para fazer uma frente contra outras políticas.» O Sr. Deputado poderia dizer isso, poderia, ao mesmo tempo, dizer aquilo que disse muitas vezes sobre mim e sobre o meu partido, mas ter este registo. Mas não!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. Deputado acha que pode fazer tudo, os outros não podem fazer nada!

Vou repetir o que disse: fiz oposição aos Governos do Dr. António Costa do primeiro ao último dia. Fi-lo como líder parlamentar do PSD naquela bancada, de 2015 a 2017, e fi-lo como Presidente do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Significa isso que não tenho condições para reconhecer as suas características enquanto político, que não tenho condições para reconhecer as suas capacidades para estar à altura de uma função que é de conciliação, de agregação de famílias políticas diferentes? Ó Sr. Deputado, enquanto o Sr. Deputado não tiver capacidade para perceber isto, o Sr. Deputado não percebe nada e não vai conseguir o objetivo que quer para o seu percurso político.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E vou dizer-lhe mais, Sr. Deputado. Digo-lhe isto não de forma paternalista, não de forma arrogante, mas com a mesma razoabilidade com que lhe disse, no último debate, que a sua entrada era completamente deslocada.

Protestos de Deputados do CH.

No último debate quinzenal — e hoje até gostava que o pudesse comentar —, o Sr. Deputado disse o seguinte: «Ó Sr. Primeiro-Ministro, isto começou tão mal, o senhor vai tão mal! E o senhor vai ter já a expressão disso nas próximas eleições.» Hoje, pergunto-lhe: ó Sr. Deputado, o que é que correu mal e a quem é que correu mal nas últimas eleições?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura para continuar a questionar o Sr. Primeiro-Ministro. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o que correu mal foi isto: o PSD ganhou no dia 10 de março e agora perdeu para o Partido Socialista. Foi isso que aconteceu ao Governo. O que aconteceu foi isto. Vocês perderam as eleições!

Aplausos do CH.

O Chega tinha zero Eurodeputados e passou a ter dois; o Governo perdeu para o PS e o Sr. Primeiro-Ministro, na noite eleitoral, diz «não fujo à verdade, perdemos estas eleições». E agora vem aqui pedir justificações. Perderam, perderam, é assim, perderam!

Aplausos do CH.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, sabe porque é que perderam? Não, o Sr. Primeiro-Ministro está enganado, não estou aqui para estar ao seu lado, estou aqui para estar no seu lugar, no de Primeiro-Ministro, e governar Portugal. Essa é que é a diferença. Essa é que é a diferença perante Portugal!

Aplausos do CH, de pé.

O País, Sr. Primeiro-Ministro, não tem de saber tudo, o País não tem de saber o que dizemos um ao outro, Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PS e da IL: — Oh!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vai sair um livro novo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O País não tem de saber. Mas tem de saber uma coisa: tem de saber que no dia e sempre que estiver em causa um Governo ou os portugueses, como aqueles que frequentam a A4, a A22, a A28, os portugueses do interior do País que têm de pagar estradas, pagas já há 10 e há 20 anos, nós não teremos dúvidas que é ao lado deles que estaremos e não ao vosso. Não teremos dúvidas nenhuma.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, era dispensável ouvir o que lhe vou dizer agora, mas o Sr. Primeiro-Ministro disse, na altura, que «o Deputado André Ventura estava atrás de mim a mexer uma bandeira». Vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro, não era só atrás de si, era atrás de outro Primeiro-Ministro que coraria de vergonha com o seu apoio a António Costa hoje em dia. Era atrás de outro Primeiro-Ministro, que coraria de vergonha com o apoio a António Costa.

Aplausos do CH.

Não era só atrás de si, era atrás de outros que hoje, se olhassem para o líder do PSD e ele dissesse que António Costa tem grandes qualidades de Governo e de governação, corariam de vergonha.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a história registará que liberais, socialistas e sociais-democratas se uniram para apoiar António Costa, quando aqui o quiseram fazer derrubar. A história julgará. E nas próximas eleições cá estaremos, certamente, para ver qual será o resultado dado pelos portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me perguntar-lhe o seguinte. Anunciou...

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados! Srs. Deputados! Não custa estar calado para ouvir outra pessoa. Pode continuar, Sr. Deputado André Ventura. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro anunciou cinco grandes reformas ao País. Cinco pacotes de medidas variadíssimas, como o Deputado Hugo Soares aqui disse, de trabalho intenso. Trabalho tão árduo que nós ainda estamos a sentir hoje!...

Risos de Deputados do CH.

Com uma diferença: é que não chegaram ao Parlamento nenhuma lei, nem nenhuma propostas!

O que o Sr. Primeiro-Ministro até hoje fez foi anunciar medidas de cartaz nas áreas da corrupção, da saúde, das migrações e da juventude. Aliás, tem ao seu lado o Ministro dos Assuntos Parlamentares, que até agora só entregou seis diplomas no Parlamento. Seis! Ou seja, um Governo que queria reformar o País inteiro anda a fugir ao Parlamento e não quer governar! Mas sabe porque é que não quer governar, Sr. Primeiro-Ministro? Não

é porque tem medo de coligações negativas, é porque quer falhar naquilo que disse em campanha eleitoral, e nós, no Parlamento, não deixaremos!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, como disse, é um gosto. As bazófias do Deputado André Ventura continuam...

Protestos do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Que nível é este?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Bazófia tem o Sr. Primeiro-Ministro, e muita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e nós respondemos a todas...

Protestos do CH.

Quem diria, quem diria que a bancada do Chega iria ficar sensível com a utilização destas palavras? Quem diria?!

Aplausos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso não é de um Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É de um Primeiro-Ministro, sim, e vou explicar-lhe porquê.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, não vale a pena brincarmos e não vale a pena brincarmos com coisas sérias. O Sr. Deputado tem todo o direito de ter a ambição de ser Primeiro-Ministro — tem todo o direito! O que já não tem é sustentação naquilo que está a fazer e nos objetivos que traça.

Repare bem, o Sr. Deputado já disse que estava à frente do PSD, já disse que ia acabar com o PSD, já disse que ia ganhar as eleições e disse, nestas eleições europeias, que, aliás, quis discutir, que o PSD, ou a AD (Aliança Democrática), que é mais correto, tinha tido uma grande derrota. Nós ficámos, de facto, frustrados, ficámos a 0,8 %, mais coisa menos coisa, do nosso objetivo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A 1 %!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado enunciou como objetivo exatamente o mesmo que nós: ganhar. E todos temos de ser julgados pelas propostas que estabelecemos com os destinatários da nossa ação. Estabeleci, com os partidos que compõem a Aliança Democrática e com o nosso eleitorado, a vontade de ganhar as eleições e de reforçar a nossa representação.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E perdeu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não ganhámos as eleições, perdemos, assumi essa derrota, felizmente mantivemos a representação e ficámos até muito perto de a fazer crescer.

E o Sr. Deputado, que se propôs ao mesmo objetivo, ficou a que distância de cumprir o seu objetivo?

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Vou dizer-lhe, em termos de resultado global, percentual, ficou a mais ou menos 23 %. Em termos de desempenho individual, o senhor tinha de mais do que triplicar o seu *score* para conseguir o seu objetivo.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, com que legitimidade política, com que autoridade política é que o Sr. Deputado quer fazer esta discussão?

Aplausos do PSD.

Sinceramente, o Sr. Deputado quer fazer com o Governo, comigo, esse jogo de palavras?

Os Deputados da sua bancada ficam ofendidos, acham que um Primeiro-Ministro não tem de entrar nesta discussão. Mas há uma coisa que as portuguesas e os portugueses têm de saber: este Governo e este Primeiro-Ministro estão aqui para cumprir o seu programa,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não parece!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... estão aqui para trabalhar na execução do seu programa.

Se pensavam que nós não tínhamos capacidade para o combate político, ai, desenganem-se, Srs. Deputados, porque também estamos aqui para fazer o combate político!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

Ah, claro! Claro, Srs. Deputados, estamos aqui para assumir as nossas responsabilidades no final. Vamos ver, portanto, no final da Legislatura, daqui a quatro anos,...

Risos de Deputados do CH.

... qual é o julgamento que o povo soberano vai fazer sobre o desempenho de cada um. Vamos sujeitar-nos a isso, Sr. Deputado, não temos nenhum problema com isso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem nós!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso é que lhe vou dizer, sobre a questão das portagens, que o Sr. Deputado alinhou com o Partido Socialista num oportunismo completo, em falta de estratégia e em falta de sentido nacional, e vou dizer-lhe porquê. Em primeiro lugar, tratou com uma desigualdade total várias regiões do País, porque uma coisa é fazer uma discriminação positiva de um território — e os territórios de baixa densidade, como disse há pouco, aqueles que têm falta de alternativas, merecem essa discriminação...

O Sr. **André Ventura** (CH): — E porque é que não a fizeram?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não, nós fizemos! Propusemos no Parlamento, Sr. Deputado, a redução em 50 % dessas portagens.

Mas o que o Sr. Deputado fez foi dizer: «Estes em concreto ficam totalmente isentos, os outros, todos os outros, pagam e pagam bem.»

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por nós acabavam todas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já agora, para que o País saiba, pagam inclusivamente nas SCUT, porque a abolição de portagens foi seletiva mesmo dentro das SCUT, não foi para todas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado, com esta mudança, qual é a política de mobilidade que quer estabelecer no País?

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O que é que o senhor quer? Eu vou dizer-lhe o que é que nós queremos no Governo. Nós queremos que os cidadãos, podendo, usem meios de transporte menos poluentes, usem mais transportes públicos, usem mais o transporte ferroviário e, naturalmente, que sejam tratados todos por igual. Queremos que tenham boas condições, aqueles que vão para o trabalho, para terem essa mobilidade, e aqueles que estão a trabalhar, as empresas, para executarem as suas tarefas. E isso tanto é válido para os territórios do interior como para outros territórios.

Sabe, eu já lhe disse, tenho raízes no interior, conheço muito bem o interior e conheço bem o drama de olhar para o futuro e ver nesse futuro sombras, ver nesse futuro incertezas.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Mas eu também sei o que é viver numa área metropolitana. Eu também sei aquele que é hoje o drama de tantos milhões de pessoas à volta de Lisboa, de Almada, do Barreiro, do Montijo, de Odivelas, de Loures, de Sintra, de Cascais, ou à volta do Porto, de Vila Nova de Gaia, da Maia, de Matosinhos, da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde, de Gondomar, de Paços de Ferreira.

Protestos do CH.

Para essas pessoas todas, qual é a política de transportes que o senhor tem?

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O que é que vai fazer com as portagens que elas pagam hoje para levar os filhos à escola e para ir trabalhar?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado sabe que estávamos disponíveis para nos sentarmos, para olharmos para o País como um todo e estabelecermos os critérios para termos uma boa política de mobilidade, uma boa política de gestão dos equipamentos, uma boa política de gestão das concessões rodoviárias e uma boa política ecológica de privilegiar transportes não poluentes.

Protestos de Deputados do CH.

Os Srs. Deputados foram pela forma mais fácil; fizeram aquilo que era fácil só para agradar, só para agradar.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, tem de terminar.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Srs. Deputados, olhem para o resultado das eleições e vejam, também aí, o resultado que tiveram.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Apelava à longa experiência do Sr. Primeiro-Ministro como parlamentar para compreender quão difícil é para o Presidente da Assembleia fazer a gestão dos tempos, tendo de apelar a que se termine dentro dos tempos previstos, tornando-se incómodo estar sempre a dizer «Sr. Deputado» ou «Sr. Primeiro-Ministro».

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem razão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pedia que tivesse em consideração essa experiência longa, Sr. Primeiro-Ministro. Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não compreendo muito bem a sua bazófia eleitoral, honestamente, e vou dizer-lhe porquê, já que quer entrar nisso. É que a última vez que os dois fomos a votos, eu tripliquei o resultado do meu partido e o Sr. Primeiro-Ministro teve menos do que a anterior liderança, de Rui Rio. Essa é a diferença.

Aplausos do CH.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa é a nossa diferença!

Aplausos do CH.

É a nossa diferença! É a nossa, e essa, Sr. Primeiro-Ministro, a história não nos tirará. É que eu tripliquei o resultado e o Sr. Primeiro-Ministro fez o pior resultado que o PSD já alguma vez tinha tido, com Rui Rio.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — E o senhor está aí e ele está aqui!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas deixe-me dizer-lhe também, Sr. Primeiro-Ministro, bazófia com bazófia, que acha que vai ganhar tudo, que não estamos nada arrependidos de dizer, olhos nos olhos, aos portugueses, que, sim, propusemos o fim das portagens em Portugal. Sabe porquê, Sr. Primeiro-Ministro? O Sr. Primeiro-Ministro diz que já viveu no interior, que conhece o interior.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não conhece nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, certamente saberá, não só no interior, como à volta de Lisboa e do Porto e no Algarve, como as pessoas hoje se sentem num país que lhes dá uma das maiores cargas fiscais e onde ainda têm de pagar para andar pela autoestrada ou pelas estradas.

Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.

Sim, nós não temos medo. O PSD quer deixar para as calendas gregas, nós olhamos nos olhos e dizemos aos portugueses isto: sim, se depender de nós, vamos acabar — ouçam, leiam os meus lábios! —, repito, vamos acabar com todas as portagens em Portugal. Todas, todas, todas!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos acabar com todas, com todas, com todas! Não ficará pedra sobre pedra de uma autoestrada e de uma portagem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Também acabam com as autoestradas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não ficará pedra sobre pedra. Acabarão todas, todas.

Risos do PSD.

Olhem: nem mais uma! Nem mais uma! É o que teremos em Portugal!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Nem mais uma portagem!

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de saber, honestamente, mas já não tem tempo para me responder, se os seus parceiros de Governo, do CDS, estão de acordo com o apoio a António Costa, porque isto era engraçado de se perceber.

Risos de Deputados do CH.

Porque já tínhamos tido notícia, quando o PSD chumbou as portagens, que o grupo parlamentar se tinha revoltado. Tivemos notícias, são públicas. Agora gostávamos de saber se o CDS apoiou o Dr. António Costa. Era importante, porque andam a dizer há não sei quanto tempo que querem acabar com o PS e agora querem apoiar o Dr. António Costa para o Conselho Europeu, o que é um pouco estranho.

Protestos do PSD.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Presidente, apenas para usar o mesmo tempo que o Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer-lhe isto: Sr. Primeiro-Ministro, nunca vi maior hipocrisia que a sua como em matéria de imigração. Num debate que teve comigo, o Sr. Primeiro-Ministro disse que estava de acordo em limitar a imigração e em estabelecer-lhe objetivos quantitativos.

O Chega trouxe a este Parlamento as únicas propostas que punham ordem num país com imigração descontrolada. O PSD e o PS juntaram-se para as impedir. O Sr. Primeiro-Ministro não é Primeiro-Ministro de nenhum Governo de direita. O Sr. Primeiro-Ministro é igualmente Primeiro-Ministro de um país tão socialista como o dos socialistas. E isso nós vamos combater até ao fim.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, do Grupo Parlamentar da IL.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não posso deixar de começar esta intervenção saudando eu também os soldados ucranianos que temos hoje connosco nesta sessão, salientando uma coisa que me parece muito importante. Vi praticamente toda esta Câmara a aplaudir esses soldados, porque, como já aqui foi dito, estão na luta pela liberdade do seu povo e estão na luta pela liberdade da Europa, mas não posso deixar de salientar que vi na bancada do Partido Comunista Português uma total ausência de entusiasmo com essa presença.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Como dizia José Saramago, «vemos, lemos, não podemos ignorar». E mais, neste momento em que se fala até em movimentações como prova de vida de frentes de esquerda, é bom que a esquerda que se quer dizer moderada perceba bem quais são as posições do PCP, nomeadamente nesta matéria.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem razão! Linhas vermelhas, linhas vermelhas, mas, afinal...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Isto porque essa ideia peregrina de que aquilo que se entende e defende para lá de Badajoz não define um partido é uma ideia completamente inaceitável e os partidos devem ser definidos pelas suas atitudes dentro de Portugal e no espaço internacional.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, há pouco, anunciou que iria falar sobre o plano da saúde, o plano da emergência, mas depois não houve oportunidade de o fazer e eu queria suscitar essa discussão.

Como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, em 17 de junho de 2022, António Costa disse que, na segunda-feira seguinte, os problemas do SNS se começariam a resolver. O resto é história, sabemos em que estado o Partido Socialista deixou o SNS.

O Sr. Primeiro-Ministro apresentou, de facto, um programa de emergência ao fim dos 60 dias e uma das linhas desse programa tinha a ver com os cuidados de saúde às grávidas. A primeira estupefação é que a medida fundamental desse programa e dessa linha estratégica direcionada às grávidas tratava-se da criação de uma linha específica do SNS 24 para as grávidas. Não vou desvalorizar isso, mas parece insuficiente.

A verdade é que depois, já na execução do plano de verão, aquilo a que temos assistido é à continuação das dificuldades, nomeadamente nas urgências de obstetrícia, de ginecologia e também de pediatria. Portanto, ouvi a Sr.^a Secretária de Estado Ana Povo a dizer que este plano de verão é melhor do que o plano do ano anterior, e eu não encontro isso, nem no acesso, nem nos recursos, nem na capacidade de dar resposta a esta matéria.

Assim, pedia ao Sr. Primeiro-Ministro que se pronunciasse sobre esta matéria do acesso à saúde das grávidas, nomeadamente nas urgências.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, em resposta direta à sua questão, o que lhe posso transmitir é o seguinte: desde o dia 1 de junho até ao dia 23 de junho, a linha SNS 24 teve um total de 213 914 chamadas. Dessas, foram reencaminhadas para a linha SNS Grávidas 6542. Aquilo que aconteceu subsequentemente foi que houve uma orientação para serviços de autocuidado a 690 dessas grávidas, sendo que destas 364, 53 %, tinham a intenção inicial de recorrer a um serviço de urgência.

Por outro lado, dessas 6542, 1087 foram ainda encaminhadas para unidades de cuidados de saúde primários, sendo que, destas, cerca de 332, 30 %, tinham também a intenção inicial não só de fazer a chamada para o SNS 24 como de recorrer a serviços de urgência.

Portanto, resulta daqui que, de 6542 solicitações de mulheres grávidas na linha SNS 24, foram encaminhadas 4665 para os serviços de urgência. Estou a dizer «grávidas», o que não quer dizer que seja exatamente correspondente ao número de grávidas, porque pode haver a repetição de solicitação, num período de 23 dias, de algumas destas situações.

Quero portanto garantir-lhe, Sr. Deputado, que a linha está a funcionar, que a linha tem como primeira missão dar estas indicações: saber se as pessoas que solicitam atendimento podem ter resposta com autocuidado, se podem ter resposta numa unidade de cuidados primários ou se é mesmo necessário recorrerem às urgências. Sendo necessário recorrer às urgências — o que é ainda um número muito significativo —, obviamente que é também objetivo do Plano proceder a uma reorganização das urgências. Isso não conseguimos fazer de um dia para o outro, entre outros motivos, por falta de recursos humanos.

O que é que estamos a fazer? Nas áreas que têm maior pressão, estamos a fazer um alinhamento para que haja sempre uma resposta disponível, para que as grávidas que solicitam intervenção precisamente por via da

linha que foi criada saibam, antecipadamente, qual é a unidade hospitalar a que se devem dirigir para ter esse atendimento.

E, portanto, o que é que nós, nomeadamente aqui na Área Metropolitana de Lisboa — que é, de facto, a situação mais difícil —, estamos a promover? Em primeiro lugar, estamos a tratar de situações que são mais difíceis, nomeadamente relativas aos fins de semana e às noites, e naturalmente também ao pico que há na altura do verão.

Estamos também a garantir que haja sempre um serviço de urgência de obstetrícia aberto, tanto um a norte como um a sul do rio Tejo, o que em termos de concretização quer dizer, se quiser, que: na margem sul, estará sempre um serviço de urgência de obstetrícia aberto, seja na Unidade Local de Saúde de Almada, na Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho ou na Unidade Local de Saúde da Arrábida, Setúbal; na margem norte, o mesmo se aplica à Unidade Local de Saúde do Estuário do Tejo, em Vila Franca, à Unidade Local de Saúde de Loures, em Odivelas, à Unidade Local de Saúde Amadora/Sintra, à Maternidade Alfredo da Costa e ao Hospital de Cascais.

Sr. Deputado, bem sei que isto ainda não resolve todos os problemas e todas as solicitações. Estamos a tentar minimizar ao máximo todos os inconvenientes gerados pela dificuldade que muitas destas mulheres têm em aceder à unidade mais próxima. O nosso objetivo é que isso aconteça, mas, enquanto não tivermos condições para fazer isso acontecer, o nosso objetivo é que as mulheres, as famílias que necessitam de tratamento urgente não percam tempo e vão diretamente à unidade que as poderá acolher, que, de resto, muitas vezes já está à sua espera.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, nessa matéria, deixe-me dizer-lhe que me parece que não há uma alteração significativa face ao que havia antes.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Exatamente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Parece-me que há muito por fazer, e eu lembrava-lhe que o seu Governo foi eleito para mudar as coisas, não para dar continuidade àquilo que estava a ser feito, mal, pelo Governo do Partido Socialista.

Aplausos da IL.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda na saúde, que é neste momento uma área determinante para os portugueses, a Sr.^a Ministra da Saúde afirmou, há uns dias, que as lideranças eram fracas...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Avisou e enfiou logo o barrete!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Depois, teve oportunidade de esclarecer que isto dizia respeito não apenas aos conselhos de administração, mas a toda a cadeia hierárquica. Isso teve como consequência, depois, a demissão do Conselho de Administração do Hospital de Viseu, é verdade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Enfiou o barrete, saiu!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Eu percebo essa afirmação, porque, havendo muitos problemas para os profissionais de saúde, obviamente que nem todos são remuneratórios, creio que não há nada mais destrutivo para alguém que trabalha do que ter na liderança pessoas que lá estão por cartão partidário e não por competência.

Não por acaso, ainda há pouco tempo saiu uma peça jornalística que dizia que 43 % dos conselhos de administração tinham ligação ao PS. É certo que também diziam que 14 % tinham ligação ao PSD.

Mas a minha pergunta, muito concreta, Sr. Primeiro-Ministro, é se subscreve estas palavras da Sr.^a Ministra. Se as subscreve — e não me parece que elas estejam completamente erradas! —, queria-lhe perguntar também qual é o plano. Vão mexer nestas lideranças? Vão ter um plano de substituição dessas lideranças? E, obviamente, pergunto se se compromete a que, desta vez, seja por mérito e não por cartão partidário.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, agradeço não só a questão como a contextualização que já fez, até da própria resposta.

Efetivamente, aquilo que a Sr.^a Ministra quis transmitir é que nós precisamos de bons profissionais, de forma transversal, no Serviço Nacional de Saúde e precisamos, em particular, de ter lideranças fortes, habilitadas, capacitadas para executar boa gestão e para, através da boa gestão, também conseguirem garantir melhores cuidados de saúde aos utentes.

Aquilo que vamos, portanto, fazer é uma avaliação da capacidade de gestão de todo o edifício das administrações hospitalares e proceder a algumas substituições, que são naturais, precisamente para reforço de capacidades, já agora, multidisciplinares. Estas equipas precisam de várias disciplinas de conhecimento para poderem ser eficazes, e vamos fazê-lo com critério de mérito.

Perguntar-me-á, já por antecipação: «vai haver pessoas com ligação ao PSD?» É natural. «Vai haver pessoas com ligação ao Partido Socialista?» É natural. Eu até acho que vai haver pessoas com ligação à Iniciativa Liberal! Não seria a primeira nem a última vez em órgãos da administração.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, faça favor.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tivemos aqui no Parlamento, há dias, a Sr.^a Secretária de Estado da Mobilidade, Cristina Pinto Dias, que — e sendo muito telegráfico na qualificação da situação em que ela, de alguma maneira, está envolvida — é uma pessoa que estava na administração da CP (Comboios de Portugal) e que, depois, deixou de estar e retomou a sua função de técnica ou de quadro da CP, sabendo que tinha uma oportunidade profissional na administração de uma entidade reguladora, uma pessoa coletiva de direito público. Portanto, sabendo disso e querendo transitar diretamente dessa qualidade que tinha na CP para essa entidade reguladora, recebeu uma indemnização de 80 000 €.

Não me vou focar nas questões legais, que, creio, também existem nesta matéria, mas vou-lhe pedir, muito claramente, uma avaliação ética de alguém que sabe que tem um lugar num regulador, que decide assumir essa função e declara até, nessa audição, que considera essa indemnização uma compensação pelos anos de serviço, sendo que isso, obviamente, foi o que ela teve no seu salário normal. Pedia-lhe uma avaliação ética desta posição, de alguém que recebe uma indemnização para transitar para um regulador, nas condições que escolheu e voluntariamente — ninguém obrigou esta pessoa a fazer essa deslocação profissional.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor, e pedia-lhe para olhar em frente, ali para a contagem do tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, sim, considero que a Sr.^a Secretária de Estado da Mobilidade agiu com os princípios éticos que se deviam aplicar ao caso.

O que sucede é isto: a Sr.^a Secretária de Estado não obteve nenhuma, mas nenhuma vantagem diferente daquelas que vigoravam, à época, para todos os seus colegas na empresa em causa.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em segundo lugar, a Sr.^a Secretária de Estado abdicou, para ir exercer funções no regulador, de qualquer vínculo a alguma entidade que tivesse, de resto, alguma relação com as funções de regulação. Mas abdicou de mais: abdicou do seu direito a regressar ao seu local de trabalho...

Protestos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

... com a correspondente manutenção das suas condições laborais, o que quer dizer que aconteceu à Sr.^a Secretária de Estado aquilo que aconteceria, e aconteceu, a qualquer outro funcionário daquela empresa, naquelas circunstâncias.

Sinceramente, querer correlacionar este comportamento com outros que estiveram em apreciação recentemente...

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ou ver nisto algum comportamento com falta de ética não é a minha opinião, e assumo-a na íntegra.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Desse ponto de vista, não tenho nenhuma dúvida daquilo que estou a dizer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, tem ainda 11 segundos, mais os 15 segundos e uns pozinho.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não tem tempo para responder, mas, de qualquer maneira, se depois entender falar sobre estes dois temas, penso que são importantes.

O primeiro tem a ver com um anúncio do Sr. Ministro Pedro Duarte relativamente a apoios a órgãos de comunicação social. Eu queria dizer, desde já, que na posição da Iniciativa Liberal não há nada mais pernicioso do que apoios do Estado a órgãos de comunicação social, porque a partir desse momento a sua independência está completamente comprometida. Queria ouvi-lo sobre essa matéria.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O segundo ponto tem a ver com a TAP. O Sr. Primeiro-Ministro, na última vez que aqui esteve, disse-me que a TAP não era uma prioridade, e eu quero sublinhar que isso é, de alguma maneira, um bocadinho contraditório com o que disse em campanha eleitoral. Pelo menos defendeu a privatização da TAP, e, quero crer, até 100 %. E quero dizer até que fica um pouco aquém daquele que era o compromisso, neste caso — Deus me perdoe! —, do Partido Socialista, porque tinha a intenção de fazer a privatização da TAP num calendário definido e vejo que, nessa matéria e neste momento, o Sr. Primeiro-Ministro parece ter retrocedido face às suas intenções.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a democracia precisa de justiça. É uma parte integrante do processo da nossa vida democrática e precisa de uma justiça que seja independente, que seja forte, que seja livre. Por isso, não pode conviver com processos que se arrastam

durante décadas sem conclusão, não pode normalizar fugas de informação seletivas, nem pode normalizar o abuso de meios intrusivos de investigação, tais como as escutas, sobretudo quando elas são depois divulgadas.

Esta é uma matéria que merece um debate ponderado entre todas as forças políticas e que envolve também todos os órgãos de soberania, e o Bloco de Esquerda está disponível para fazer este debate na Assembleia da República.

Mas gostaria de lhe falar sobre outro tema, porque importa pouco dizer que não negoceia com políticos racistas e xenófobos — e eu apreciei muito, aliás, o momento que acabámos de ver aqui, entre o Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Rui Rocha?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e o Deputado André Ventura — para, depois, adotar as bandeiras do Chega, nomeadamente quanto à imigração, porque o Governo aproveitou o caos que o PS deixou nos serviços da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P.) para mudar a lei e fechar a única porta que existia para a regularização de imigrantes que venham a entrar em Portugal.

Aliás, hoje, o Deputado André Ventura critica, mas na altura entrou em êxtase. Era dia 3 de junho, e o Chega e o Deputado André Ventura diziam que era «uma vitória, uma aproximação ao Chega, uma grande vitória do Chega».

O Sr. **André Ventura** (CH): — E depois não fizeram nada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi assim que o Chega recebeu a reforma para a imigração do Governo do PSD.

O que está a propor, Sr. Primeiro-Ministro, é um retrocesso de décadas, e eu gostaria de lhe citar a frase seguinte: «Quem quer vir a Portugal legalmente, pode vir. Vai aos consulados, pede autorização e, depois, Portugal, de acordo com a conjuntura e com os seus interesses, decide se dá ou não dá autorização.»

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Certo!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não foi o Ministro Leitão Amaro que disse isto, foi Dias Loureiro, em 1993.

Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se acha que a Expo'98, os estádios de futebol, a Ponte Vasco da Gama ou o metro do Porto foram construídos com imigrantes que chegaram a Portugal através de consulados, porque não foram!

Essa política foi tentada e foi um desastre. Os consulados foram afundados em filas e em máfias, e os imigrantes chegavam a Portugal clandestinos. E hoje, quando aplaudimos aqui os combatentes ucranianos e quando saudamos o povo ucraniano, também devemos pedir desculpa pela forma como acolhemos milhares e milhares de imigrantes ucranianos que, nessa altura, chegaram a Portugal de forma clandestina: foram maltratados, com baixos salários, pagos por cada metro de cimento que punham nas obras que foram essenciais para Portugal.

A solução, nesse tempo, foi fazer-se regularizações extraordinárias, nos anos de 1992, 1996, 2001: 200 000 imigrantes clandestinos foram regularizados em Portugal, mais de 50 000 eram ucranianos.

Hoje não há Expo, mas há agricultura, há o metro do Porto e há o aeroporto, e o Sr. Primeiro-Ministro não me diga que acha que todos os imigrantes vão chegar a Portugal através dos consulados, porque não vão. Vão chegar a Portugal sem visto, como chegaram no passado, e o que lhe pergunto é: o que é que vai fazer? O que é que vai fazer a estes imigrantes, depois de ter acabado com a única forma que havia de os regularizar?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, de facto, a política é fantástica: em escassos minutos, eu consegui ser acusado pelo Chega de fazer uma coisa e

pelo Bloco de Esquerda de fazer o seu contrário, como aliás a Sr.^a Deputada anotou. Mas devo dizer-lhe que há apenas uma observação que fez que não é correta. Nós não aderimos a nenhuma bandeira do Chega, nem promovemos nenhuma alteração no sistema de imigração por causa das ideias do Chega. Não quer dizer que não haja algumas em que possa haver proximidade. Isso é natural, é naturalíssimo, aliás, que haja com o Chega como com qualquer outro partido.

Aquilo que sucede é o seguinte, Sr.^a Deputada: em primeiro lugar, quanto à regularização, a que mais nos interessa, hoje, é a dos 400 000 imigrantes que têm a sua situação completamente incerta e insegura, e essa foi uma prioridade do Governo. Por isso, foi já constituída uma estrutura de missão, reforçada com meios humanos — 300 pessoas —, para podermos efetivamente recuperar, regularizar, a situação daqueles que não houve capacidade para poder tratar no passado. E, por isso, Sr.^a Deputada, acho que, enfim, lhe ficava bem reconhecer o esforço que estamos a fazer, que é imenso, para tentarmos precisamente resolver a situação de insegurança e incerteza de tantas pessoas.

Em segundo lugar, gostaria de lhe dizer que, relativamente aos cidadãos estrangeiros provenientes de países que falam português, que estão integrados na nossa comunidade de países lusófonos, mantivemos as regras que são, como sabemos, mais capazes de se preencherem do que nas outras situações. E entendemos que isso faz sentido. Faz sentido porque — não é uma questão nem de racismo nem de xenofobia — se trata, efetivamente, de uma condição de relação entre os Estados, em concreto, e de relação entre as pessoas, em concreto.

Estas pessoas têm, efetivamente, uma relação de início com o nosso País que é diferente das outras. Desde logo, porque falam a nossa língua e, desde logo, porque têm uma aproximação em tudo aquilo que são, depois, as possibilidades de serem mais bem-sucedidas na integração. E, por isso, entendemos que essa política — que, já agora, até gera algumas dúvidas e resistências à escala europeia — deve manter-se, e assumimos essa manutenção.

Depois, Sr.^a Deputada, onde é que está a nossa grande divergência? A nossa grande divergência é que a Sr.^a Deputada pretende que tenhamos a nossa porta escancarada, a nossa porta completamente aberta, para quem quiser procurar o nosso País e, depois de aqui estar, ser sujeito, muitas vezes, a tratamento que é absolutamente desumano, a tratamento que é, do ponto de vista da dignidade, inaceitável.

E o que é que o Governo pretende? O Governo pretende prevenir que as pessoas que cheguem nessas circunstâncias fiquem, muitas vezes, nas mãos de redes de tráfico internacionais, que tiram proveito da sua capacidade de trabalho e da sua situação de desespero. Mas devo dizer-lhe que temos, ainda assim, na nossa lei instrumentos para poder atribuir vistos de trabalho e de procura de trabalho àqueles cidadãos que querem vir para Portugal e que nos querem ajudar a construir um País mais próspero no futuro. Porque há uma coisa que lhe digo com toda a tranquilidade e com toda a frontalidade: nós queremos promover a atratividade de Portugal para atrair e reter recursos humanos, qualificados ou não qualificados — ou, pelo menos, com qualificações diversas e dos mais variados níveis, talvez seja a forma mais correta de o dizer —, porque isso é crucial para nós, e também é crucial para essas pessoas. É também uma revelação de humanismo e de espírito solidário. Aliás, Portugal é um país que durante muitos anos teve a tradição de ver muitos dos seus irem para o estrangeiro, exatamente com o mesmo intuito daqueles que agora nos procuram,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não compare!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... do ponto de vista humanitário, do ponto de vista da solidariedade, mas também do ponto de vista do interesse estratégico de Portugal, da nossa economia e do nosso futuro.

Temos interesse em ter uma imigração regulada, e é isso que estamos a fazer, com equilíbrio, que não feche a porta a ninguém, mas que dê condições de base e de partida que garantam às pessoas que não vão ficar na situação de miséria humana em que, infelizmente, algumas se encontram hoje em Portugal.

Aplausos do PSD.

Entretanto assumiu a Presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quem quer uma imigração regulada, regulariza. E ao fazer esta regularização, agora, está a admitir que essa é a solução. E a questão é como é que vai ser o futuro. Porque quando o oiço falar sobre o futuro, estou a ouvir as palavras do então Ministro Dias Loureiro. E o que aconteceu nessa altura é que entraram em Portugal esses imigrantes todos, porque a economia precisava deles. Na altura, eram os imigrantes ucranianos, que entravam clandestinos, trabalhavam à jorna, recebiam mal, contribuíram para que os salários em baixo em Portugal descessem, para que Portugal fosse uma economia de baixos salários. E esses trabalhadores vão continuar a entrar, podem não ser da Ucrânia, podem ser de outros países, e vai-lhes acontecer o mesmo que aconteceu a dezenas de milhares de ucranianos no passado.

O que o Governo está a dizer é que não tem nenhuma forma de os regularizar, vai deixá-los ficar cá, clandestinos precários, à mercê de quem os quer contratar, sem quaisquer condições, e, depois, vai decidir de forma aleatória, dependendo da boa vontade do Governo e do tamanho do problema que se tiver criado, qual é a regularização extraordinária que se vai fazer, como fizeram os Governos de Cavaco Silva e todos os Governos depois dele.

Isto não é uma solução para a imigração, é transportar para consulados lá fora as filas, as máfias e todos os problemas que agora encontramos à porta da AIMA, porque não quer reconhecer que a regularização é a única forma de acolher quem chega a Portugal, e chega porque há trabalho — trabalho! — e porque Portugal precisa destas pessoas.

Este é o modelo dos baixos salários, e é exatamente sobre o modelo de baixos salários que também lhe quero fazer uma pergunta. O Governo anunciou há pouco tempo que pretende alterar as regras do subsídio de desemprego para evitar, e cito, «que quem não trabalha tenha rendimentos dados pelo Estado que favoreçam que se mantenha como está em vez de trabalhar». Quem o disse não foi nenhum Deputado da direita, foi a Ministra do Trabalho e da Segurança Social. Eu gostaria de fazer duas perguntas. Primeira, se também vê o subsídio de desemprego, que é pago pelos trabalhadores, com as suas contribuições, como uma dádiva do Estado — «rendimentos dados pelo Estado», foi assim que a Ministra chamou ao subsídio de desemprego.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, tem de terminar, por favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Termino, Sr.^a Presidente. Segunda, se num país de baixos salários, pretende que as pessoas sejam obrigadas a aceitar um salário mais baixo do que o que tinham antes, ou um salário mais baixo do que o subsídio de desemprego, sob risco de perderem o subsídio de desemprego.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro tem 1 segundo, mas com a tolerância média de hoje pode, naturalmente, responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, sobre a imigração, creio que as coisas estão claras relativamente à nossa divergência, mas não quero deixar de lhe responder a esta última questão, que é importante.

O sentido das palavras da Sr.^a Ministra não é a desvalorização do subsídio de desemprego. Só recebe subsídio de desemprego quem trabalhou, quem teve um período de garantia que reconhece, depois, o direito a essa prestação. O sentido das palavras da Sr.^a Ministra e do Governo é o seguinte: nós não queremos que quem trabalha tenha um rendimento inferior a quem não trabalha, no sentido em que, não é que recebe o subsídio de desemprego, mas no sentido em que recebe prestações sociais — não é o subsídio de desemprego, mas pode ser, por exemplo, o subsídio social de desemprego — e que, acumulando prestações sociais, consegue ter um rendimento superior àquele que teria se estivesse a trabalhar.

Nós fazemos isso por duas vias. Fazemos isso, naturalmente, ao fiscalizar as situações de abuso e, ao mesmo tempo, garantindo que quem ingressa no mercado de trabalho não vai ter um rendimento inferior àquele

que já tinha quando não estava a trabalhar. É isso que está no Programa do Governo e é isso que vamos materializar em legislação.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, espero que desta vez, ao contrário do último debate, consiga responder às perguntas que lhe faço. Portanto, vou tentar perguntar de forma mais concreta e esperar que o Sr. Primeiro-Ministro, naturalmente, responda às perguntas.

Como se enfrenta o aumento do custo de vida, que não para, desde logo nos alimentos, com o setor da grande distribuição, que paga cada vez menos aos produtores, que cobra cada vez mais aos consumidores, que aperta cada vez mais os salários e os direitos aos trabalhadores e ganha, podemos dizer, em todos os carrinhos?

Qual é o contributo dos 12 milhões de euros de lucros por dia da banca para enfrentar este drama de habitação, que persiste e, em particular, o aumento das taxas de juros?

Acha mesmo que a sua agenda, que nós intitulamos de legalização do tráfico de influências, resultará num «combate sem tréguas à corrupção», palavras suas, fechando os olhos aos paraísos fiscais ou passando ao lado das privatizações, como foi o caso da ANA (Aeroportos de Portugal), esse crime económico em relação ao qual o PSD e o CDS se juntaram ao PS para chumbar, aqui, nesta Casa, a comissão parlamentar de inquérito que se impunha?

Ficam estas perguntas.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, não foram propriamente questões, foram mais considerações.

O que é que eu lhe posso dizer sobre aquilo que disse? Nós queremos grandes empresas em Portugal, seja no setor da distribuição, seja nos outros setores. Queremos bons serviços financeiros e, portanto, instituições financeiras com saúde suficiente para poderem acudir às necessidades de crédito e financiamento das pessoas, das famílias, das empresas. É isso que nós queremos.

Não queremos abusos de ninguém, pelo contrário. Queremos evitar que esses abusos existam. Aquilo que lhe posso dizer sobre isso é que não posso estar mais de acordo. É verdade que nós precisamos que, por exemplo, os produtores agrícolas sejam mais valorizados quando, no mercado, colocam os seus produtos à venda, mas nós não podemos intervir e fixar preços.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Pois, só não pode intervir fixando preços!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa é uma filosofia que o Partido Comunista talvez conseguisse implementar, mas que não faz parte da filosofia política deste Governo.

Depois, gostaria de lhe dizer que, quanto à regulamentação do *lobby*, que, creio, foi a alusão que quis fazer relativamente a uma hipotética legalização de tráfico de influências, o que se pretende é precisamente o contrário. Aquilo que queremos, e que, aliás, tem uma adesão muito significativa nesta Assembleia da República, é regulamentar as relações entre setores de atividade que defendem interesses específicos com os poderes públicos, para que haja transparência e para que não haja sequer a suspeição de que qualquer interação pode estar na base de um fenómeno corruptivo ou na base de adular o interesse público.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para fazer perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, registo, mais uma vez, que vamos passando ao lado das respostas. O Sr. Primeiro-Ministro disse que são considerações, mas são perguntas diretas.

Permita-me, já agora, dizer-lhe uma coisa relativamente a uma afirmação que fez agora aqui: «O Estado não pode intervir fixando preços», foi a sua afirmação, da mesma forma que não pode intervir acabando com as comissões bancárias, da mesma forma que não pode intervir no negócio bancário. Mas quando foi preciso enfiar 16 mil milhões de euros, dos bolsos dos contribuintes, no buraco da banca, o Estado já pôde intervir. Este é o grande problema com que nos confrontamos.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro — o tempo é curto —, olhando para a vida real, essa vida que está difícil, há milhares de pessoas que trabalham todos os dias, horas e horas a fio, dias e dias a fio, muitas com dois e três trabalhos e que mesmo assim não conseguem sair da situação de pobreza, trabalhando todos os dias, uma situação de pobreza que leva a que hoje haja 380 000 crianças em risco de pobreza, milhares de pessoas com as contas desacertadas, milhares de pessoas com as vidas em instabilidade. É a essa instabilidade que este Parlamento e o Governo têm obrigação de dar resposta. São os trabalhadores que garantem o funcionamento dos serviços públicos, que asseguram o fornecimento da economia e do País, que põem o País a funcionar e são eles que criam a riqueza.

Como sabe, Sr. Primeiro-Ministro, os lucros são enormes, nalguns casos são lucros recorde que se acumulam nas mãos de uns poucos. Não há um problema de falta de dinheiro. Tal como sabe o Sr. Primeiro-Ministro, a produtividade tem aumentado acima dos salários. A questão essencial que se colocou ontem e se coloca hoje não é a da riqueza que vai ser criada amanhã; é como é que a riqueza que está a ser criada hoje é distribuída e distribuída de forma mais justa.

Tenho presente as recentes afirmações da Ministra do Trabalho e o seu entusiasmo, acompanhado, naturalmente, pelos desejos das grandes empresas, em levar por diante a pressão nos salários, a desregulação dos horários, o acentuar da precariedade e atacar o vínculo laboral. Mas ainda assim lhe pergunto: está o Governo disponível para aumentar salários agora, desde já na Administração Pública, fixar o salário mínimo nacional nos 1000€, que é aquilo que se impõe, neste momento, e revogar a caducidade da contratação coletiva?

É que aumentar salários e pensões, respeitar os trabalhadores e os que trabalharam uma vida inteira, valorizar as carreiras e as profissões, combater a precariedade, a desregulação dos horários e da vida é o único caminho — não há outro, Sr. Primeiro-Ministro — que garante o desenvolvimento do País, o desenvolvimento económico, a vida justa e a vida melhor a que temos direito.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É este o caminho exigido pela justa luta dos trabalhadores, que está em curso, nas empresas, nos locais de trabalho, nas ruas — uma luta que acompanhamos.

Sr. Primeiro-Ministro, porque ainda tenho tempo, permita-me ainda fazer uma afirmação e uma pergunta.

Para nós, é muito claro que as vítimas da guerra, na Ucrânia e na Rússia, tornam evidente, como desde sempre o PCP tem afirmado, que o caminho tem de ser o caminho da construção da paz. É nisso que nós todos nos devemos empenhar.

Protestos do PSD.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Putinistas!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O maior ato de solidariedade para com as vítimas da guerra, seja lá ela onde for, são os caminhos da construção da paz, e nós não abdicamos desses caminhos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Putinistas!

O Deputado da IL Mário Amorim Lopes exibiu um poster com a frase Slava Ukraini.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E se me permite, Sr. Primeiro-Ministro, há uma coisa que também é necessário fazer. Há uma coisa...

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

Sr.^a Presidente...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, por favor, vamos deixar ouvir o orador.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Há uma coisa que também é necessário fazer: é acabar com a hipocrisia e com o cinismo.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

Protestos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Putinistas!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É acabar com a hipocrisia, com o cinismo e com os olhos fechados perante o massacre ao povo palestino pelas mãos do Estado de Israel.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A Ucrânia não é um massacre?! A Ucrânia não é um massacre?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, por favor, deixemos ouvir o orador.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O cessar-fogo imediato, a paz daqueles povos, o caminho da responsabilização da paz — é esse o caminho que nós temos de seguir.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A Ucrânia não é um massacre?! Olhe para os militares ucranianos nas galerias!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta é a seguinte: o Governo de Portugal quer mesmo que Portugal seja um dos últimos países a reconhecer o Estado da Palestina como um Estado independente, depois de já mais de 140 países terem tomado essa decisão?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Durante a geringonça, não propuseram isso?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, falou, e bem, em serviços públicos e na sua valorização, bem como, desde logo, na valorização dos seus profissionais e dos serviços que prestam aos cidadãos.

Olhe, foi exatamente a pensar nisso que, ainda ontem, no Conselho de Ministros, tomámos a deliberação de garantir, em todo o território, que todos os serviços públicos tenham atendimento presencial, não apenas por marcação, mas sempre que espontaneamente os cidadãos a eles se desloquem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Deliberámos que todos os serviços públicos tenham a obrigação de ter vias prioritárias, quando se trata apenas de entrega de documentos, para que as pessoas não tenham de estar horas e horas à espera de que o Estado lhes faculte apenas um documento que elas solicitaram previamente.

Fizemo-lo para que possamos, na Administração Pública, aproveitar todo o capital humano que temos, que é grande, e pô-lo ao serviço dos cidadãos, e não eternizarmos alguns regimes, que foram excecionais e transitórios na altura da pandemia, porque isso, muitas vezes, tem significado, para muitas franjas da população, em particular para as pessoas menos instruídas e para as pessoas mais idosas, baterem com o nariz na porta, literalmente, e ficarem privadas de ter da Administração Pública a resposta que procuram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Depois, Sr. Deputado, quero dizer-lhe, ainda neste ponto, que a valorização dos profissionais da Administração Pública é um objetivo do Governo.

Hoje, a Administração Pública, central e mesmo local, tem grandes dificuldades em várias áreas, como o Sr. Deputado sabe, de recrutamento e mesmo de retenção de recursos humanos.

Foi por isso que celebrámos um acordo com os professores, que é uma área absolutamente fundamental. Fizemos o mesmo com os oficiais de justiça e pretendemos estender a outras áreas, nomeadamente à segurança, as possibilidades que temos, dentro de grande exigência do ponto de vista orçamental e do ponto de vista económico, para poder valorizar as suas carreiras.

Sr. Deputado, pergunta-me: está disponível para subir o salário mínimo hoje para 1000 €? Está disponível para aumentar já os salários todos da Administração Pública?

Ó, Sr. Deputado, eu disponível, estava. Quase me apetecia dizer: quanto é que me empresta para isso?

Risos do PSD.

Protestos dos Deputados do PCP Paula Santos e Paulo Raimundo.

Mas, repare bem, é preciso que tenhamos consciência de que não é possível, ao mesmo tempo, resolver os problemas que temos de resolver na saúde, resolver os problemas que temos de resolver na educação, resolver os problemas que temos de resolver na habitação e resolver os problemas que temos de resolver no incremento do crescimento económico, que há de gerar riqueza para pagarmos melhores salários e para que possamos cobrar impostos sobre o rendimento, não na base de cobrar muito em termos relativos, mas muito em termos de base alargada.

Temos de fazer isto tudo e não temos condições objetivas — o Sr. Deputado sabe — para tomar essas medidas, para mais numa altura em que não podemos nem nunca iremos descurar políticas sociais.

Aumentámos em 50 € o complemento solidário para idosos; retirámos a exigência do rendimento dos filhos como critério de exclusão da lei;...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... garantimos uma comparticipação a 100 % nos medicamentos aos mais pobres dos pobres.

Sr. Deputado, tentaremos sempre conciliar tudo aquilo que é preciso fazer ao mesmo tempo.

Uma última nota, Sr.^a Presidente: falarei a seguir, relativamente à questão que me colocou, a que não quero deixar de responder, sobre a Palestina. Ainda vamos ter tempo para isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para perguntas ao Governo, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} Membros do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o objetivo da política é melhorar a qualidade de vida das pessoas que cá estão e das pessoas que irão estar, e julgo que partilhamos esse objetivo.

Com toda a evolução tecnológica que temos e igualmente o conhecimento que temos, se não conseguimos efetivamente melhorar o dia a dia de todas as pessoas, estamos a falhar. É nossa obrigação, enquanto País, usar todas as ferramentas para o fazer, e isso passa necessariamente pela vontade política e por identificar todos os fatores que condicionam, de facto, a nossa qualidade de vida.

Sabemos bem que um dos fatores que influencia muito a nossa qualidade de vida é o tempo, e o pouco tempo que temos disponível para a família, para amigos, para nós.

Isso tem reflexo na saúde mental do País, principalmente numa altura em que vivemos num ritmo vertiginoso, sempre conectados, e tem reflexo também no grande problema da solidão que vivemos no País e na falta de relações de vizinhança, de comunidade, que são importantíssimas para todos nós e para a nossa qualidade de vida.

Mas temos uma ferramenta para combater isto, que é a redução do horário de trabalho.

Há dois anos, por proposta do Livre, deu-se início a um projeto-piloto da semana de quatro dias. Foram 40 empresas, mais de 1000 trabalhadores, no setor privado, que experimentaram a semana de quatro dias, durante vários meses.

Eu já lhe perguntei e já sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro considera que isto não é uma prioridade, e a bancada do PSD, na altura, desvalorizou os ótimos resultados deste projeto-piloto, dizendo que eram apenas preliminares.

Ora, esta semana, conhecemos os resultados finais deste projeto-piloto e são, de facto, muito bons. Os trabalhadores estão muito satisfeitos, mais descansados, mais produtivos, com melhor qualidade de saúde mental, com maior facilidade em estar com a família e com mais tempo para si.

Mas também as empresas estão satisfeitas. Os lucros e as receitas não diminuíram, em várias empresas até aumentaram, e mais de 80 % das empresas vão manter o modelo, depois de o terem experimentado.

Ou seja, este relatório da semana de quatro dias vem mostrar que a semana de quatro dias não é uma utopia, mas é, sim, boa gestão.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E não é apenas boa gestão para o trabalho e para as empresas, é também boa gestão para o País, porque falamos de menos viagens casa-trabalho, menos trânsito, menos emissões de gases com efeito de estufa, melhor qualidade do ar e, depois, menos impacto no Serviço Nacional de Saúde, melhor saúde mental, etc.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E, como escrevem os autores do relatório, a questão a colocar vai deixar de ser «devemos ou não implementar a semana de quatro dias?» para passar a ser «a semana de quatro dias é ou não um objetivo desejado, promissor e mobilizador?».

Deixo-lhe esta pergunta, Sr. Primeiro-Ministro: é ou não um objetivo desejado, promissor e mobilizador?

Nós não queremos impor a semana de quatro dias, mas queremos que seja um objeto de desejo político do País e que se continue a testar, a experimentar. Queremos que se continue a dar os passos para tornar possível, boa e justa a sua adoção em larga escala.

Este relatório aponta muito claramente um caminho. Portugal pode agora optar por não seguir esse caminho ou por liderar esse caminho.

Agora que são conhecidos os resultados finais do relatório, está o Governo então preparado para continuar esse caminho, para avançar com o projeto-piloto no setor público, para incluir o projeto-piloto do setor público na reforma da Administração Pública, que apresentou ontem, e para promover mais projetos-piloto setoriais e regionais, como diz o relatório?

Existem naturalmente muitas dúvidas relativamente à semana de quatro dias, como é óbvio: em que setores é que funciona? Que reorganização implica, em termos de sociedade?

O que nós respondemos a isso é: então, teste-se. Teste-se.

Portugal pode ter então a visão e a ambição de ser pioneiro, como, aliás, o foi uma das empresas do projeto-piloto: uma creche que foi pioneira, uma das únicas creches do mundo a testar a semana de quatro dias, num setor em que se diz que a semana de quatro dias é impraticável. Mas esta creche mostrou que não só não é impraticável, como é, de facto, desejável.

Por isso, a nossa pergunta é: Sr. Primeiro-Ministro, está disponível para prepararmos uma experiência à larga escala a todo o País, voluntária para trabalhadores e empresas, em 2026 e 2028, agrupando os feriados, para termos um trimestre inteiro de semanas de quatro dias, que nos permita testar e aprender?

Sr. Primeiro-Ministro, então, está disponível para colocar Portugal como pioneiro no direito ao tempo?

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, já tivemos ocasião de falar sobre esse tema, noutra oportunidade.

É verdade que hoje já ocorreu a apresentação do relatório final sobre o projeto-piloto que estive em desenvolvimento. Tanto quanto a minha memória alcança, envolveu 41 empresas, sobretudo das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, e cerca de 1000 trabalhadores, com experiências em diferentes áreas e diferentes formatos, o que, aliás, só pode valorizar depois as conclusões que se podem extrair dessa experiência.

Há muito tempo que tenho seguido com atenção experiências que já aconteceram também noutros países e aprofundarei — não tenha dúvidas disso — o pensamento e a avaliação relativamente a todo o relatório, que ainda não tive a ocasião de ler na íntegra. Conheço as principais conclusões, mas não tive ainda a oportunidade de o ler do princípio ao fim.

Não tenho dúvidas de que há mais-valias, de que há vantagens na implementação de um sistema destes.

Não tenho dúvidas sobre isso e também não tenho dúvidas de que aquilo que referiu sobre os aspetos que hoje preponderam na qualidade de vida das pessoas abarca várias das consequências que uma jornada de trabalho menos intensa, do ponto de vista de uma semana, pode suscitar.

Nós também temos muita preocupação com a saúde mental, no próprio programa de emergência da saúde; temos uma preocupação com a saúde mental dos estudantes — por isso, nas decisões que já tomámos na área da juventude, alocámos mais 100 000 consultas de psicologia para os nossos estudantes, nos estabelecimentos de ensino. E, naturalmente, a vida laboral é também importante nessa avaliação.

Agora, nós temos de ser realistas. Creio que é possível fazer algum alargamento das experiências, em empresas que estejam disponíveis, em empresas cuja atividade é conciliável e compatível com esta alteração, de forma facultativa e, eventualmente, experimentando soluções de diminuição da carga horária ou de manutenção da carga horária. Como sabe, noutros países, aconteceram esses dois regimes: ter uma jornada de 4 dias, mas com mais horas por dia, ou então fazer corresponder à diminuição dos 5 para os 4 dias também a diminuição da carga horária.

Ora, isso, neste momento, com os desafios económicos que temos, de fazer crescer a nossa economia, de atrair investimento e de sermos competitivos, será muito difícil, acho eu, de compatibilizar com muitos daqueles que poderão ser os nossos potenciais investidores.

Mas respeito que, naqueles casos em que eles próprios tenham essa disponibilidade... E há alguns, mesmo em grandes empresas e em empresas multinacionais. Nós sabemos disso. Temos até, no Governo, pessoas que provêm de funções profissionais em algumas dessas empresas e que estão até bem perto de mim e que conhecem bem, à escala global, as medidas que dão aos respetivos funcionários maior capacidade de poderem ter as suas horas livres, as suas horas de conciliação com a vida familiar, etc.

Também sabemos, já agora, só «a talho de foice», que há circunstâncias em que alguns dos trabalhadores que foram alvo destas experiências aproveitaram para tentar ter um segundo emprego. Enfim, também é um direito que lhes assiste, tendo mais disponibilidade, tentarem ter um rendimento superior.

Mas dir-lhe-ei, numa palavra final, Sr.^a Deputada, que este é um assunto ao qual não fugimos e que, para o Governo, mesmo que isto possa, às vezes, ser mal interpretado por alguns setores da economia, vale a pena aprofundar.

A questão de o fazermos na Administração Pública é uma boa questão. É uma questão à qual não lhe vou conseguir responder já, mas também lhe vou dizer que não a excludo. Porventura, com a manutenção da carga horária semanal. Será um caminho mais fácil do ponto de vista da gestão dos recursos humanos do que aquele outro de fazer acontecer uma medida destas e diminuir, simultaneamente, a carga horária.

Como sabe, essa é uma questão muito, muito sensível na nossa Administração Pública. Como eu também já disse neste debate a propósito de outras questões, também na Administração Pública estamos com dificuldade em atrair e reter recursos humanos e, se não conseguirmos valorizá-los do ponto de vista da sua retribuição, do ponto de vista das suas condições de trabalho, teremos maior dificuldade em enfrentar esse problema. Mas é uma bela questão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, desafio-o, sim, a aprofundar a questão da semana de quatro dias e a liderar esta política pública, em que o País pode ser pioneiro: a da implementação da semana de quatro dias e do direito ao tempo para todos.

Mas tenho outra pergunta muito rápida, que é de resposta sim ou não, por isso, peço que o Governo consiga responder com sim ou não. Na Lei do Orçamento do Estado para 2024 está definido que o alargamento do passe ferroviário nacional vai ser feito até ao final de junho. Faltam quatro dias para o final de junho e o passe ferroviário nacional, que agora serve comboios regionais, deve passar, então, a servir todos os comboios inter-regionais e vários comboios intercidades e urbanos em vários trajetos no País.

Faltam quatro dias e a nossa pergunta é: o passe ferroviário nacional vai ser alargado no prazo que está definido na lei ou não?

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo para responder, mas pede a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, excecionalmente, se me permitir, é só para dizer que não o vamos fazer nesse prazo, mas fá-lo-emos num prazo muito curto e, portanto, daremos resposta a essa sua preocupação.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro. Excecionalmente, o Sr. Primeiro-Ministro respondeu, não dispondo de tempo.

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se fosse o António Costa, levava já!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para formular perguntas ao Governo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome da bancada do CDS, queria cumprimentar o Primeiro-Ministro e agradecer a sua presença aqui neste Hemiciclo.

O debate desta tarde tem sido marcado pela diferença entre a direita e o centro-direita, por um lado, e os socialistas de esquerda e os socialistas de direita, por outro.

Quero dizer-vos, Srs. Deputados, que a Aliança Democrática irá continuar a governar e a cumprir o seu programa e que, se o PS e o Chega se continuarem a coligar entre si, é problema deles. É a «cheringonça» no seu esplendor, mas é a política portuguesa no seu pior.

Sr.^a Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, atualmente, depois de oito anos de governação socialista, o salário médio em Portugal é o quarto pior da União Europeia e cerca de dois terços dos jovens recebem menos de 1000 € por mês.

Ao contrário dos socialistas, este Governo quer fazer as reformas estruturais que permitem acelerar a produtividade e, com isso, aumentar os salários. O propósito central do Governo, que é acompanhado pelo CDS, é o de conseguir que o salário médio suba para 1750 € com base nos ganhos de produtividade.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, a pesada herança socialista também se mede pela asfixia fiscal sobre as famílias que o último Governo deixou. Com os socialistas no Governo, Portugal atingiu a carga fiscal mais elevada de sempre. Portugal tem a carga fiscal sobre o trabalho mais elevada de todos os países da coesão e tem a oitava carga fiscal mais elevada em termos do trabalho de todos os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), tendo chegado, em 2023, a uns astronómicos 42,3 %.

Por isso, para o CDS é claro: tem de haver uma redução urgente da carga fiscal para promover o mérito, o esforço e criar condições para o desenvolvimento económico de Portugal.

Assim, a pergunta que lhe queria fazer, Sr. Primeiro-Ministro, é a seguinte: depois das já anunciadas reduções de IRS, em especial para os jovens e para a classe média, da isenção de IMT (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e do imposto do selo na compra da primeira casa pelos jovens, quais são as outras medidas de redução de impostos previstas pelo Governo para atingir o objetivo de realizar a maior redução de carga fiscal em Portugal, em período de crescimento económico, como estava prevista no Programa Eleitoral da Aliança Democrática?

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, é verdade: nós temos como pedra de toque da nossa política económica e também da nossa política social a diminuição da carga fiscal.

Nós queremos, de uma assentada, estimular mais o crescimento da economia e não castigar tanto as pessoas com o impacto que os impostos têm no seu rendimento. Por isso, como lembrou, e bem, começámos por promover uma redução dos impostos sobre o rendimento do trabalho das pessoas singulares. Propusemos isso ao Parlamento e propusemos que essa diminuição aproveitasse aquela que já tinha tido origem numa outra proposta nossa no Orçamento do Estado e que fosse ampliada para a classe média, tão fustigada que é, por impostos sobre o rendimento do trabalho.

No entanto, o Parlamento não quis, pela famosa aliança estratégica entre o Partido Socialista e o Chega.

Risos de Deputados do CH.

Mas o nosso princípio é e foi esse.

Depois, propusemos ao Parlamento uma autorização legislativa para diminuir o IRS dos jovens e, como também sabe o Sr. Deputado, eu diria que estes dois eixos de diminuição da carga fiscal — a que se juntarão a isenção de contribuições e impostos sobre prémios de produtividade até ao valor de um vencimento mensal em cada ano e a proposta de baixa do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o IRC — serão um fator de atratividade e de estímulo ao investimento das empresas, tanto das empresas que temos cá como das empresas que, porventura, possam ver em Portugal uma oportunidade de investimento.

Eu diria que, no atual contexto europeu, Portugal é um destino que ganha competitividade face a outros destinos, porque é mais seguro, porque tem bons recursos humanos, porque tem boa inovação, porque tem boa base tecnológica, pelo que tem vários argumentos — e não são os baixos salários — que podem ser um motor de atração de investimento.

O Sr. Deputado também sabe que tudo isto é importante para baixar a carga fiscal, mas não chega *per se*. Para baixarmos a carga fiscal do País, temos de aumentar o produto interno bruto, temos de aumentar a capacidade da economia de criar riqueza, porque quanto maior for a riqueza que criarmos, mais receita fiscal teremos, não por via do aumento da carga fiscal face à criação de riqueza, mas por via do alargamento da base, seja da base dos impostos sobre o rendimento do trabalho das pessoas singulares, seja da base dos impostos sobre o consumo, dos impostos indiretos, ou, então, dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para continuar com as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o CDS saudou o plano de migrações apresentado pelo Governo e destacamos três elementos essenciais desse plano de migrações.

O primeiro é o fim do regime de porta aberta, o fim do regime das manifestações de interesse, que permitiu a entrada, sem regras, de milhares e milhares de imigrantes em Portugal, o que gerou o atual número de 400 000 processos pendentes. Este regime de porta aberta terminou quando este plano foi aprovado.

O segundo é a reativação da fiscalização de situações de imigração ilegal, situações de abuso e situações de exploração de seres humanos em Portugal.

Por fim, também saudamos o reforço da capacidade dos centros de instalação temporária e a transferência de competências nas situações de retorno para as forças de segurança, que passam novamente a ter estas competências depois da desastrosa extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) promovida pelo Partido Socialista.

As duas perguntas rápidas que gostaria de fazer, Sr. Primeiro-Ministro, são: porque é que foi tão importante aprovar o fim do regime de manifestação de interesse com efeitos imediatos? Porque é que seria desastroso para o País aprovar uma medida proposta pelo Partido Socialista de arranjar um regime transitório para finalizar o regime de manifestações de interesse?

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, a sua questão é mesmo muito pertinente.

Foi propositada a intenção do Governo e, eu diria, a colaboração institucional a todos os níveis para que este projeto tivesse sido aprovado, promulgado e referendado, tendo depois, por fim, entrado em vigor, por uma razão óbvia, que tem a ver com a segunda parte da sua questão, que é a seguinte: se, por um acaso, houvesse um período de transição e se esse período de transição fosse suficientemente dilatado, o efeito sobre a chamada era exponencial.

Claro que isso iria fazer com que todas as pessoas que, porventura, tivessem interesse num horizonte temporal maior em vir para Portugal, o aproveitassem, porque ser-lhes-ia dito uma coisa muito simples: venham agora e venham rápido, porque, daqui a uns meses, o regime vai mudar.

Portanto, estas são tipicamente aquelas alterações que são do interesse coletivo para produzirem o resultado que se pretende — e, agora, nem sequer está em causa se se concorda ou não, pois mesmo as pessoas que não concordam conosco têm de convir que, para impedir esse resultado, desvirtuando o propósito dessa iniciativa, tinha de ser nestas circunstâncias e, desse ponto de vista, as coisas correram bem.

Agora, aquilo que hoje é um grande fardo que temos para resolver são os mais de 400 000 processos que se encontram pendentes e a precisar de uma solução também ela rápida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular perguntas ao Governo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento na sua pessoa todos os membros do Governo.

Há pouco, o Sr. Primeiro-Ministro entusiasmou-se um pouco com a bazófia do Chega. Eu compreendo e até estou solidária. Mas também há aí alguma gabarolice nas medidas que já veio aqui apresentar, porque, das 154 medidas que o Governo já anunciou e dos cinco temas que tem em cima da mesa, na verdade, só trouxe seis diplomas à Assembleia da República e muitos poucos decretos foram anunciados.

Quando vamos espremer tudo isto, parece-nos que há muito pouco sumo neste «pacote laranja» que aqui nos traz. Mas gostaria também de falar da «laranja amarga», que são os retrocessos em matéria de proteção animal, na reorganização, por exemplo, do acesso aos hospitais por parte do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), de que ainda hoje a Liga dos Bombeiros se queixou, e também no combate à corrupção.

Quanto à Agenda Anticorrupção, recordo-lhe que, apesar de haver passos positivos — o PAN reconheceu-o e demos também os nossos contributos —, há algumas matérias que nos merecem alguma preocupação. Falo, por um lado, da ausência do combate aos paraísos fiscais e, por outro lado, da reestruturação da ENAC (Estratégia Nacional Anticorrupção), uma entidade importantíssima para o controlo, fiscalização e prevenção da corrupção. Pergunto: em que é que esta reestruturação se traduz? Vamos ter mais saneamento político, ou é um reforço de meios humanos que vai acontecer nesta entidade?

Por outro lado, gostaria ainda de lhe falar da nomeação do novo Procurador-Geral da República. Nós não acompanhamos discursos populistas, daqueles que se dizem ser contra o sistema, mas depois não só estão dentro do sistema,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como o PAN na Madeira!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vocês é que querem entrar!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... como não compreendem que, se permitirmos que haja abusos de poder, que existam escutas abusivas, que existam casos de violação de segredo de justiça, estamos a pôr em causa o Estado de direito democrático.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se está disponível para, na próxima nomeação do Procurador-Geral da República, trazer a esta Assembleia essa mesma nomeação. Pergunto-lhe se está também disponível para ouvir as demais forças políticas e para que o novo Procurador venha apresentar a sua agenda para a justiça e para o Ministério Público.

Quanto à atual Procuradora-Geral da República, o PAN já apresentou a proposta para a sua audição na Assembleia da República, mas não misturamos nem temas nem o futuro da Procuradoria.

Para concluir, gostaria de lhe perguntar sobre a prevenção aos incêndios. Temos já a época de incêndios mesmo a bater à porta e precisamos de garantir que temos uma floresta mais resiliente e a valorização dos bombeiros profissionais.

Não ouvimos ainda uma palavra sobre a estratégia de combate aos incêndios e sobre a sua prevenção. Tivemos até recentemente uma palavra do Ministro da Agricultura a falar na floresta, mas de uma perspetiva meramente extrativista e produtivista.

Sr. Primeiro-Ministro, queremos saber com o que é que podemos contar de si para a nossa floresta, mas também para a valorização destes profissionais. Porque não vale depois, no verão, andarmos a dizer que os valorizamos a todos, mas não lhes damos nem subsídio de risco, nem o direito à reforma...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vou mesmo concluir, Sr.^a Presidente.

Como dizia, nem o direito à reforma ou menos ainda a garantia de que a sua retribuição mensal nunca é inferior ao rendimento mínimo garantido.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, tem sempre este talento de colocar tantas questões em tão pouco tempo que depois é difícil responder a todas. Mas, enfim, serei o mais pragmático possível.

Sobre o plano legislativo, nunca ouvi a Sr.^a Deputada queixar-se de que o anterior Governo, no exato tempo que temos até hoje, só apresentou ao Parlamento três iniciativas legislativas. Nunca ouvi o PAN preocupado com isso, sinceramente.

Aplausos do PSD.

Nem me parece um assunto relevante de *per si*. Quero dizer, a não ser se com o interesse jornalístico de fazer uma notícia; está tudo certo, mas não me parece importante.

Já agora, aproveito para dizer uma outra coisa, porque acho que o País também não pode ser confundido com estas notícias. Nós viremos ao Parlamento sempre que for necessário e, mesmo não sendo necessário, quando entendermos que é conveniente, mas o Governo governa por si. O Governo tem capacidade de iniciativa política, tem de administrar tudo aquilo que tem a ver com os serviços públicos, a administração, e tem, naturalmente, capacidade legislativa própria.

As Sr.^{as} e os Srs. Deputados parecem estar um bocadinho ciosos de estar sempre em contacto com o Governo. Nós temos todo o gosto, mas deixem-nos também governar. Temos de fazer as nossas opções dentro do nosso espírito e da nossa competência.

Aplausos do PSD.

Portanto, enfim, vale o que vale a questão, mas não só não somos diferentes dos outros como, sinceramente, não temos nenhum problema nem nenhum receio em vir ao Parlamento discutir o que quer que seja, como, aliás, tem acontecido em vários casos.

Respondendo à questão que colocou sobre o MENAC (Mecanismo Nacional Anticorrupção), o objetivo é sobretudo dar-lhe maior capacidade operacional.

Quanto à questão da nomeação da Procuradora, nós seguiremos aquilo que está determinado na Constituição e na lei, e já agora também no *timing*, que não é este, é extemporâneo.

Sobre a questão dos incêndios, Sr.^a Deputada, se calhar fui eu que não tive ocasião de publicitar, porventura, tudo aquilo que tenho feito. Mas eu próprio, como Primeiro-Ministro, já estive em duas ocasiões. Estive em Mação a reunir uma comissão permanente que junta várias entidades, como a AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), as forças e serviços de segurança, os bombeiros, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, todos os operadores, entidades públicas, o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), enfim, uma série de entidades que estão a preparar, entre outras coisas... Aliás, não só avaliámos o desempenho do ano passado, como projetámos — as Forças Armadas também — a preparação daquilo que se designou, e creio que utilizou essa formulação também, a «época de incêndios», o período do ano onde estamos mais expostos a essa ocorrência. Por outro lado, estive em Pombal, juntamente com o Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a distribuir meios que, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), eram dirigidos quer aos bombeiros quer à própria Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, estamos a fazer tudo aquilo que é suposto fazer nesta altura e eu espero, sinceramente, que a evolução positiva — porque é preciso reconhecê-lo — que houve nos últimos anos se possa manter. Naquilo que estiver nas nossas mãos e nas mãos dos serviços do Estado, seguramente haverá

todo o empenho. Depois, há fatores, e esses não dependem só de nós porque são fatores climatéricos, e vamos esperar que não sejam predominantes e que muitas das ações preventivas, como aquelas que tive a ocasião de ver em Mação, já agora numa outra dimensão, que é na rentabilização do território através...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, tem de terminar, por favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... da conciliação de atividades económicas, agricultura, turismo, proteção ambiental, possam ter efeito na diminuição do nosso risco ao incêndio.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está assim terminado o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, que consistia no debate com o Primeiro-Ministro.

Vamos dar início ao segundo ponto, que é o debate preparatório do Conselho Europeu, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, peço que aguarde só 2 minutos, porque alguns membros do Governo não estarão neste debate.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Com certeza, para que o Governo reorganize a sua bancada.

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A agenda do próximo Conselho Europeu reflete o contexto geopolítico que estamos a enfrentar neste momento e que, como aliás já resultou também de algumas das abordagens que fizemos no debate anterior, tem muito que ver com a guerra da agressão da Rússia à Ucrânia, com a situação de tensão na faixa de Gaza e no Médio Oriente, com alguma ofensa a valores democráticos e às liberdades e ao próprio Estado de direito que acontecem muito na vizinhança do nosso espaço europeu e também com os desafios que hoje decorrem do início de um novo ciclo e da escolha das próximas lideranças das instituições europeias.

Começando por este último tema, quero apenas confirmar aquilo que já tive a ocasião de dizer no debate anterior. Desde o dia 9 de junho que anunciámos que o Governo português iria apoiar a candidatura do Dr. António Costa a Presidente do Conselho Europeu se ela viesse a consumir-se naquilo que é o arranjo — no bom sentido do termo — entre os vários grupos com maior representação no Parlamento Europeu no que toca às lideranças da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e também à designação do Alto Representante para a Política Externa e Segurança, que é também Vice-Presidente da Comissão Europeia.

Portanto, desse ponto de vista, continuando a ser expectável a manutenção de um pré-acordo que já foi tornado público, é nossa convicção que a candidatura a Presidente do Conselho Europeu se irá consumir amanhã mesmo.

É também expectável que a proposta do Conselho Europeu ao Parlamento para aprovação da próxima Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, se possa consumir.

E aquilo que é também expectável por parte de uma outra família política, os liberais, é que possam assumir o lugar de Alto Representante para a Política Externa e Segurança.

Dentro deste contexto, quero apenas reiterar que nós, no Governo, tomámos esta posição a olhar naturalmente para o interesse do Estado português, mas a olhar sobretudo para o interesse da Europa, para aquilo que podem ser as melhores decisões e os melhores equilíbrios para podermos ter eficácia nos trabalhos das instituições europeias nos próximos anos.

Em segundo lugar, o Conselho Europeu também vai reiterar e reforçar as medidas de apoio à Ucrânia. Está na agenda, é verdade que é um ponto que tem estado sucessivamente na agenda, mas nós não nos cansaremos, seguramente, na Europa, de poder lançar mão de todos os mecanismos para garantir um apoio político, económico, militar e humanitário à Ucrânia.

Em relação ao Médio Oriente — aliás, uma das questões que ficou por responder há pouco a instâncias do Sr. Deputado Paulo Raimundo —, o Conselho Europeu vai também abordar os últimos desenvolvimentos no Médio Oriente.

Do nosso ponto de vista, é urgente e prioritário promover efetivamente uma cessação das hostilidades. O Conselho Europeu, é expectável, vai incitar Israel e o Hamas a aceitar e a implementar integralmente os termos da proposta de cessar-fogo que foi apresentada pelos Estados Unidos da América e que está respaldada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas através da Resolução n.º 2735.

Aproveito, já agora, a ocasião para dizer ao Sr. Deputado Paulo Raimundo que a posição do Governo português foi, antes do exercício de funções deste Governo, e é agora também, a de procurar uma solução de dois Estados. No caminho para essa solução tivemos o ensejo — as forças políticas que estão neste momento no Governo, há 10 anos ou mais, há 12 anos, em 2012 — de termos votado a favor a qualidade da Autoridade Palestiniana como observador nas Nações Unidas. Agora, em maio último, como também já tinha pré-anunciado aqui no Parlamento, votámos a favor da sua admissão como membro de pleno direito. Portanto, é esta a nossa posição.

A questão do reconhecimento está em discussão e sobre a qual estamos também a dialogar numa base alargada no seio da União Europeia. Sabemos que há países que quiseram unilateralmente e de forma individualizada dar esse passo. Não é o nosso caminho e assumimo-lo com transparência, independentemente do propósito que temos de contribuir — e temos contribuído até em vários domínios — para aproximar posições e para ser também um fator que possa levar à obtenção da paz.

As questões da segurança e defesa estarão também muito em cima da mesa, como se depreende da atual situação em que a Europa se encontra. Para nós, será imperativo analisá-lo à luz de todo o quadro geopolítico, mas também, naturalmente, à luz do quadro de atividades económicas e financeiras em que isto se vai desenrolar.

É expectável que a Europa invista mais meios financeiros neste objetivo e também, assim sendo, é natural que toda a economia e as indústrias na área da defesa e de segurança tenham uma alavancagem, e importa que Portugal possa também aproveitar as suas oportunidades.

O Conselho está igualmente focado em continuar a desenvolver políticas de competitividade económica que possam captar mais investimento para a Europa e que possam, num caminho de harmonização de regras por um lado, de combate à burocracia e de simplificação administrativa por outro, dar às empresas, em particular às pequenas e médias empresas, mais instrumentos para poderem ser mais competitivas.

Aqui entra também a questão do financiamento: infelizmente, a Europa, nos últimos anos, não conseguiu concluir a União Bancária e a União de Mercado de Capitais, que são dois instrumentos fundamentais para a diversificação do financiamento da economia e das empresas.

E aquilo em que estamos empenhados — o Governo português já o tem reiterado e vai continuar a fazê-lo seguramente também neste Conselho — é na nossa disponibilidade para chegar à aproximação de posições, sabendo nós que há um ou outro Estado-Membro que, olhando mais para o seu próprio interesse do que para o interesse global da União, muitas vezes acaba por não permitir que esta agenda de transformação na capacidade de financiamento se possa concretizar.

Deixo uma última nota relativamente à agenda estratégica, que foi um dos pontos que debatemos também no último debate preparatório da última reunião do Conselho. É expectável, e nós estamos empenhados nesse debate, que essa agenda possa sair aprovada e reforçada neste Conselho e possa depois consumir-se no desejo, seguramente, de todos os Estados-Membros: que tenhamos mais capacidade em termos de prosperidade económica e, por via dela, podermos garantir o estado social europeu, podermos garantir o bem-estar europeu, podermos garantir o modo de vida europeu.

Termino só dizendo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que em muitas ocasiões nós diminuimos a importância que as políticas públicas à escala individual dos Estados e à escala coletiva da União Europeia provocam na qualidade de vida das pessoas, mas acreditem que se nós compararmos isso com aquilo que acontece noutras geografias

e noutros blocos comerciais, apesar dos grandes desafios que temos hoje sobre nós, ainda continua a ser claramente um privilégio ser português e ser, sobretudo, europeu nesta ocasião.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Lembro que neste modelo de debate se segue uma ronda de perguntas dos grupos parlamentares e respostas do Governo. Os grupos parlamentares têm a faculdade de dividir o tempo.

Foi o que fez o Partido Social Democrata, que inscreveu, para uma primeira pergunta, o Sr. Deputado Ricardo Carvalho. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, na Europa não vivemos tempos fáceis, os desafios são muitos e cada vez mais complexos. Mas a situação mais trágica com que nos deparamos é continuarmos a ter uma guerra à porta da Europa que nos afeta a todos, sem exceção.

É nosso entendimento que todos devemos contribuir para que a Europa recupere o seu caminho, assente nos seus valores fundacionais, reconhecendo que o campo do reforço, quer da competitividade, quer do crescimento económico, é um meio fortíssimo para o alcançar.

Precisamos de reencontrar uma nova esperança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, nas conclusões do último Conselho Europeu, de 17 e 18 de abril, os líderes europeus reconheceram que a União Europeia deve empenhar-se em atuar de forma mais decisiva para assegurar a sua competitividade e a sua liderança na cena mundial, fortalecendo assim a sua soberania estratégica.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Revemo-nos nesta prioridade. Consideramos fundamental aumentar a produtividade e o crescimento sustentável com o objetivo de construir uma economia sólida, inovadora e resiliente.

Para tal, torna-se necessário, tanto ao nível da União Europeia como dos seus Estados-Membros, colmatar as disparidades em matérias do crescimento, da produtividade e da inovação entre a União Europeia e os seus parceiros internacionais, mas sobretudo entre a União Europeia e os seus principais concorrentes.

Sr. Primeiro-Ministro, a Comissão Europeia anunciou esta semana as suas orientações políticas aos Estados-Membros, no âmbito do pacote da primavera do Semestre Europeu de 2024, com o objetivo de construir uma economia sólida e preparada para o futuro que garante a competitividade e a prosperidade a longo prazo para todos e, simultaneamente, mantenha a solidez das contas públicas num ambiente geopolítico difícil.

Este pacote desafia os Estados-Membros a tomarem medidas políticas para promover a competitividade e aumentar a produtividade, com recomendações muito claras: assegurar um ambiente empresarial favorável à competitividade, com especial enfoque nas pequenas e médias empresas; facilitar o acesso ao financiamento, melhorando a afetação da poupança e o financiamento de capitais e facilitando o mercado de capitais e formas alternativas de financiamento, aqui também, em especial, para as pequenas e médias empresas; realizar reformas ambiciosas para criar ecossistemas integrados de investigação e inovação; acelerar a transição ecológica e digital; colmatar a escassez de mão-de-obra e de competências; impulsionar o investimento público em infraestruturas e competências digitais e eliminar os obstáculos feitos regularmente à digitalização.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, estas orientações políticas aos Estados-Membros, no âmbito do pacote da primavera, são importantes e convergem com o pacto para a competitividade, que defendemos e aplaudimos.

Como já referimos anteriormente, mais do que nunca, é preciso unir esforços para colmatar disparidades em matérias de crescimento, de produtividade e de inovação, face aos parceiros internacionais e a uma Europa mais forte, robusta e competitiva.

Assim, neste âmbito, o que é que o Governo português já fez ou vai fazer para dar cumprimento a estas conclusões do Conselho Europeu?

Sr. Primeiro-Ministro, notícias recentes deram-nos também nota de que o Governo português e a Comissão Europeia assinaram, em Bruxelas, um acordo para desbloquear 3,6 mil milhões para investimentos destinados a projetos sustentáveis, sociais e de desenvolvimento e inovação às pequenas e médias empresas em território nacional. O próprio Ministro da Economia sublinhou que, e cito, «este é um acordo sem precedentes em termos de valor nos últimos anos».

Esta parceria entre a Comissão Europeia e o Banco Português de Fomento visa, assim, mobilizar investimentos através de uma plataforma que facilitará o financiamento, direto e indireto, de entidades públicas e privadas, em setores importantes ao nível da energia sustentável, recursos renováveis, economia circular, tecnologias e digitalização.

Sr. Primeiro-Ministro, num momento-chave, em que os portugueses precisam de boas notícias para pôr a economia a crescer, essas linhas de financiamento permitirão, com certeza, condições muito competitivas num momento crucial para um verdadeiro relançamento do nosso crescimento económico. Destacamos, pois, a importância deste investimento e destes 3,6 mil milhões.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos certos de que este acordo representa um marco importante, quer para o Banco Português de Fomento, quer para Portugal e para a própria União Europeia, e fortalece a cooperação entre ambos, numa transição verde e digital. Permitirá, também, disponibilizar recursos essenciais à economia, para que mais empresas e projetos viáveis tenham as condições necessárias para crescer e competir num cenário económico global cada vez mais desafiador, criando mais e melhores postos de trabalho.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Para quando prevê o Governo que este financiamento chegue às empresas?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma segunda pergunta do Grupo Parlamentar do PSD, está inscrita a Sr.^a Deputada Ana Oliveira. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje fala-se de União Europeia, preparando-se o próximo Conselho Europeu.

Quando falamos de União Europeia, falamos de pessoas, falamos também de uma dimensão de união, e por vezes, nos dias de hoje, parece que nos esquecemos desta característica única.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Unir pessoas, unir países que nas suas diferenças têm um propósito comum, a democracia, sustentada por valores fundamentais que não devem nunca ser esquecidos e muito menos ignorados, relembrando sempre que a União Europeia foi criada para garantir uma paz duradoura entre os seus membros.

Por isso, muito nos assusta, e até nos é difícil de compreender, o que se passa no continente europeu. Diferenças políticas e ideológicas não deveriam ser compreendidas através de ódios e violência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Começar um conflito armado retira vidas, destrói futuros e não reforça poder nem força institucional.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, a guerra na Ucrânia é, infelizmente, e mais uma vez, um dos assuntos a ser debatido nos próximos dias. A União Europeia tem reiterado, permanentemente, o seu apoio à Ucrânia, ao povo ucraniano, à sua independência, à sua soberania e à sua integridade territorial.

Recentemente, foi realizada a Cimeira da Paz, na Suíça, um território neutral. Fizeram-se representar 101 países numa cimeira que tinha como objetivo alargar o apoio à Ucrânia, para lá do chamado «Ocidente alargado». A Europa sabe que a sua própria segurança está ameaçada, ainda assim, foi notório e factual, nesta Cimeira da Paz, que a União Europeia e os Estados-Membros estão cada vez mais firmes, apresentando um apoio total, e a todos os níveis, à Ucrânia e ao seu povo, durante todo o tempo que for preciso e com a intensidade que for necessária.

Aplausos do PSD.

O resultado desta Cimeira da Paz foi evidente: reforçar e exigir o respeito pela independência e soberania de todos os países, incluindo a Ucrânia, onde se foi procurar preparar a paz, e não negociá-la, como referiu o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios de Estrangeiros, Dr. Paulo Rangel.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Neste sentido, fazia a pergunta: Sr. Primeiro-Ministro, para o Governo português, quais considera serem as medidas concretas e prioritárias nesta questão e que tipo de envolvimento é esperado por parte de Portugal?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, Sr.^a Deputada Ana Oliveira, obrigado pelas questões que colocam e que permitem que possamos desenvolver, ainda um bocadinho mais, aquilo que há pouco referi e que está na agenda do próximo Conselho Europeu e também na agenda do Governo de Portugal, quer na Europa, quer em Portugal.

Em primeiro lugar, e para não me esquecer, de facto, vim a constatar hoje que fazemos tantas coisas que algumas não são do conhecimento público, ou não chegam, pelo menos, ao conhecimento generalizado. Lembrei-me disso agora a propósito da questão que me foi colocada pela Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, sobre a preparação da época de incêndios, e a propósito desta linha de financiamento que o Sr. Deputado Ricardo Carvalho mencionou, e que foi assinada entre a Comissão Europeia e o Banco Português de Fomento.

Se calhar, já devia ter referido isso, porque eu próprio assisti à subscrição desse protocolo, desse acordo, com o Comissário Paolo Gentiloni, e pude constatar o entusiasmo com que a Comissão Europeia disponibiliza esta linha de financiamento, ao abrigo da estratégia de competitividade económica e do apoio às pequenas e médias empresas, que é precisamente o eixo que o Sr. Deputado referiu, a propósito do pacto para a competitividade e a propósito da agenda que temos diante de nós, do ponto de vista estratégico, para os próximos anos.

Sr. Deputado, para além desta medida, que foi a sua pergunta, creio também que uma segunda pergunta foi saber quando é que isto está disponível. Já está disponível, já está. A possibilidade de submeter candidaturas já está disponível *online*, creio que desde o início desta semana. Era o propósito que estava estabelecido e que foi cumprido.

Mas, Sr. Deputado, dentro do espírito de cada Estado-Membro cumprir o desígnio de aumentar competitividade, de promover a valorização das nossas indústrias, da nossa capacidade produtiva, uma das orientações que temos seguido é, precisamente, a de ter um regime fiscal suficientemente atrativo para reter, manter e atrair capital humano, primeira orientação de estratégia, e, segundo, atrair investimento.

Quando apresentámos à Assembleia da República o propósito de ter uma diminuição do imposto sobre o rendimento dos jovens, que corresponde a uma diminuição de dois terços, projetando que até aos 35 anos os jovens portugueses possam pagar apenas um terço do imposto que, em condições normais, pagariam;

Quando aprovámos a isenção do pagamento do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do imposto de selo na aquisição da primeira habitação para os jovens até aos 35 anos;

Quando estamos a desenvolver, na conciliação da vida laboral, profissional e pessoal, familiar, o alargamento do acesso universal às creches, a transposição entre aquilo que é os estabelecimentos, e oferta, dos 0 aos 3 anos e agora o pré-escolar, dos 3 aos 6 anos;

Quando estamos a investir na resolução dos problemas do Serviço Nacional de Saúde e estamos a acrescentar 700 camas, já este ano, do ponto de vista do alojamento estudantil, e a acelerar o cumprimento da meta que está no PRR a propósito também do alojamento estudantil;

Quando investimos na saúde mental, com mais de 100 000 consultas de psicologia nos nossos estabelecimentos de ensino superior e até, já agora, também na saúde física e mental, com mais de 50 000 consultas de nutrição nos estabelecimentos de ensino superior em Portugal;

Quando fomentamos isto para esta faixa etária, o que é que estamos a fazer no cumprimento do nosso compromisso com a competitividade? Estamos a criar condições para que os recursos humanos e os recursos humanos qualificados possam estar à disposição da nossa economia, do nosso mercado de trabalho, das nossas empresas, da nossa capacidade de criar mais riqueza.

Portanto, Sr. Deputado, quando me pergunta o que é que estamos a fazer, respondo dizendo que estamos a fazer tanta coisa que a minha dificuldade até é selecionar.

Já agora, porque não é menos importante, é preciso também reforçar — já o disse há pouco a responder a uma das questões que me foi colocada — os instrumentos que podem atrair investimento, que podem manter o investimento que cá temos, que podem fomentar que as empresas que estão hoje em Portugal, nacionais ou não, possam investir mais em inovação, mais em tecnologia, mais em capacidade produtiva, que gera recursos para pagarem melhores salários. Se queremos prosseguir isso, teremos, naturalmente, de colocar em cima da mesa a nossa competitividade fiscal ao nível da tributação sobre as empresas.

Com a baixa do IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas), que tantas personalidades entendem que beneficia apenas um leque reduzido,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não são assim tantas, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que são até empresas que pagam muitos impostos — pagam uma grande quantidade do bolo — nós, além de estarmos a atingir de forma direta mais de 265 000 pequenas e médias empresas portuguesas, que operam hoje em Portugal e que pagam IRC,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... estamos a dar um fator acrescido de competitividade, de ponderação, àquelas empresas que, do lado externo, do lado de fora do nosso território, olham de uma forma, vamos chamar-lhe assim, economicamente mais fria para o local onde é melhor investir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque é isto que se passa a nível internacional. As empresas, muitas delas, não vêm para cá pelos nossos lindos olhos. Com certeza que vêm porque os fatores que nós colocamos à sua disposição as podem atrair. Que fatores? Capital humano, boas universidades, investimento no conhecimento, investimento na cultura, capacidade criativa. Tudo isto está interligado. Impostos convidativos — com certeza! —, competitivos com outras geografias, segurança, um funcionamento mais eficaz da justiça. É isto que gera competitividade e atrai investimento. É isso que estamos a fazer, Sr. Deputado.

Por isso, nós estamos na linha da frente da promoção do que é preciso fazer à escala europeia, mas teremos de fazer a nossa quota-parte.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada Ana Oliveira, sei que aproveitei mais tempo para responder ao Sr. Deputado Ricardo Carvalho. Não é em desconsideração à questão que colocou, é porque já tive ocasião de abordar a questão que colocou noutras respostas.

Mas quero, ainda assim, de forma rápida, lembrar à Sr.^a Deputada o compromisso de Portugal com o apoio à Ucrânia, que foi, de resto, bem plasmado na receção que tivemos do Presidente Zelenskyy e da oportunidade que tivemos — o Governo português e o Governo ucraniano — de celebrar um acordo, que é um acordo para 10 anos, de cooperação permanente do ponto de vista militar, do ponto de vista económico, do ponto de vista, até, da ajuda humanitária.

Foi também uma oportunidade em que nos tornámos a comprometer com o auxílio ao processo de adesão da Ucrânia à União Europeia — que de resto estamos já a materializar — e nos pudemos comprometer igualmente na valorização da Cimeira da Paz, que ocorreu na Suíça.

Portugal valorizou esse momento pela presença do Sr. Presidente da República, pela presença, em nome do Governo, do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e, já agora, pelas diligências diplomáticas que o Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Primeiro-Ministro e toda a nossa rede promoveram em todo o mundo para poderem atrair para essa cimeira mais intervenientes.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, tenho de lhe pedir que termine.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Apesar das ausências, aquilo que gostaria mais de enfatizar hoje foram as presenças, que foram muitas. Muitas delas tiveram o cunho português, precisamente para criar as bases de um processo de paz para aquela região e para aquele conflito.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que se segue nas perguntas ao Governo, também divide o seu tempo para formular duas questões.

Para a primeira pergunta, dou a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Rebelo. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amanhã e depois realiza-se mais um Conselho Europeu, que vai discutir diversas matérias, muitas totalmente relevantes não só para a vida da Europa como para a vida do nosso País. É muito importante que haja uma cada vez maior consciencialização de que os assuntos e os temas europeus são, evidentemente, temas que interessam muito ao nosso País.

Amanhã, é um Conselho especial, não só pela discussão destes temas relevantes, mas também porque há a eleição, entre outros, do Presidente do Conselho Europeu, matéria já abordada neste debate e no debate que antecedeu este, tendo o Sr. Primeiro-Ministro já manifestado e reiterado o apoio que dá à candidatura do ex-Primeiro-Ministro António Costa a este lugar.

Assim, queremos começar por congratular justamente a posição do Governo e de V. Ex.^a, em particular, no que a este tema diz respeito.

Inclusivamente, acompanhamos todas as explicações que deu ao Chega no que diz respeito a esta matéria. Como é evidente, não o acompanhamos na caracterização que depois faz do ex-Primeiro-Ministro, até porque aí, Sr. Primeiro-Ministro, não o acompanhamos nós nem o acompanham, seguramente, muitos dos chefes de Estado e chefes de Governo europeus, porque muito, muito do prestígio que o António Costa granjeou na Europa foi justamente pelos resultados que a sua governação trouxe ao nosso País, a Portugal, e isso parece-me indiscutível.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, quero falar-lhe de outro tema. Por uma questão de economia de tempo, vou pegar nas palavras que a Sr.^a Deputada Marisa Matias trouxe a esta Assembleia da República do insuspeito Jorge Moreira da Silva, que, a propósito da situação que se vive na Palestina, no Médio Oriente, e que também vai ser discutida no Conselho Europeu, disse: «Não há uma crise humanitária. É uma crise da humanidade.»

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Eu acho que, de facto, esta frase encerra em si muito do que se está a passar. Não vale a pena já falar dos longos meses de um problema que, enfim, tem décadas, mas destes últimos meses absolutamente trágicos.

Ouvimo-lo também falar, na sua intervenção, a propósito do tema da justiça, das questões dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, das questões do direito internacional, tendo o Sr. Primeiro-Ministro frisado a questão da dignidade humana. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, porque o ouvimos dizer-se favorável à solução dos dois Estados, temos de lhe perguntar: como é que compatibiliza, ou melhor, como é que responde à contradição evidente que é defender dois Estados, mas na verdade só reconhecer um?

O Partido Socialista já o afirmou. Entendemos que perdemos este comboio — vamos dizer assim — dos países da Espanha, da Noruega, da Eslovénia e da Irlanda, que reconheceram efetivamente o Estado da Palestina.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Pergunto: era ou não era o momento, Sr. Primeiro-Ministro, para, definitivamente, Portugal reconhecer o Estado da Palestina e dar o sinal político de um país europeu que se juntava a muitos outros que já fizeram este reconhecimento, ajudando à solução daquele drama que é absolutamente insuportável para o cidadão que tenha o mínimo de compaixão e de respeito, como o Sr. Primeiro-Ministro diz ter, pela dignidade humana?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular a segunda questão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Mendes Godinho.

A Sr.^a **Ana Mendes Godinho** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, antes de mais, não posso deixar de dirigir-me ao Sr. Primeiro-Ministro, desejando-lhe as maiores felicidades e que seja muito bem-sucedido nesta sua missão e também na representação de Portugal no Conselho Europeu, que é tão crítica para todos nós.

Vivemos, de facto, tempos críticos e decisivos e, amanhã, o Conselho que irá ter lugar é decisivamente importante para Portugal e para a Europa. Importante, desde logo, por três razões. A primeira é porque ele ocorre exatamente no mês em que Portugal sai da lista de países com desequilíbrios macroeconómicos em que entrou em 2014.

Aplausos do PS.

É um mês histórico, que acontece 10 anos depois.

Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe lance o repto de aproveitar este momento para agradecer aos portugueses, às famílias portuguesas, aos imigrantes que ajudaram este País, este País que conseguiu sair deste desequilíbrio,...

O Sr. **Paulo Núnzio** (CDS-PP): — Este País que conseguiu sair da bancarrota em que vocês o deixaram!

A Sr.^a **Ana Mendes Godinho** (PS): — ... às empresas e a todos os que acreditam que o caminho não é o da austeridade, é um caminho de crescimento e de apoio ao emprego e ao investimento social. Portanto, fica aqui este repto para que este seja também um momento de valorização deste caminho que Portugal conseguiu trilhar, mostrando que era possível uma alternativa.

Naturalmente que não posso deixar de citar o Vice-Presidente Dombrovskis, que identifica esta capacidade de termos saído do desequilíbrio, fruto do resultado da política orçamental, das contas públicas certas e da capacidade que tivemos, como país, de fazer crescer o emprego,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Desde quando?!

A Sr.^a **Ana Mendes Godinho** (PS): — ... mesmo em circunstâncias tão difíceis como foram as da pandemia.

Também não posso deixar de citar — ainda que num *volte-face* quase camaleónico — o nosso Ministro das Finanças que, finalmente, depois de ter dito o contrário, vem reconhecer que a saída de Portugal da lista de países com desequilíbrios é uma notícia importante para o País e que vai tentar manter o esforço para continuar a crescer e a gerar riqueza.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, este é um Conselho que é decisivamente muito importante porque teremos a decisão e a definição dos próximos líderes das instituições europeias no tempo que vivemos, que é tão crítico e decisivo, e aqui também elogiamos e apoiamos a atitude do Governo português de apoiar António Costa nesta decisão.

A Europa e o mundo vivem, de facto, tempos muito exigentes, e é preciso que as memórias estejam muito presentes do que é a diferença de ter uma Europa que acredita nos valores da solidariedade e da coesão como o seu futuro e o seu DNA (*deoxyribonucleic acid*), que une.

Em terceiro lugar, não nos podemos esquecer que também amanhã será crítica e decisiva a agenda que vai ser discutida, do ponto de vista do futuro dos próximos anos da Europa. É uma agenda que tem de assumir claramente o reforço da segurança, da estabilidade da região, com foco no apoio à Ucrânia, a necessidade de um novo dinamismo para o processo de alargamento, a reforma necessária da União Europeia, as migrações, mas também a promoção de uma transição justa, assente na dimensão social do mercado interno e implementação do pilar europeu dos direitos sociais.

É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que é fundamental perguntar-lhe, e saber, se este Governo vai continuar a liderar e a defender de forma intransigente, na Europa, a agenda social como o nosso pilar base de construção da União Europeia, não a deixando cair para segundo plano, como corre o risco de acontecer, continuando a liderar na Europa na regulação das novas formas de trabalho, nas plataformas, não recuando nem voltando atrás na proteção dos trabalhadores das plataformas, continuando Portugal numa luta intransigente nesta regulação. E, portanto, espero que Portugal não volte atrás, como tem feito até aqui.

Em segundo lugar, pergunto-lhe se vai continuar a defender a implementação do plano de ação social, aprovado no Porto, e a implementação da Garantia para a Infância, tão crítica para cortar ciclos de pobreza na Europa.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, para manter esta agenda social sempre na base da construção da União Europeia, pergunto-lhe — e é importante aqui ter a certeza — se este Governo vai cumprir o compromisso com a Europa e com os europeus de organizar o Fórum Social no Porto de dois em dois anos, portanto o próximo em 2025, para garantir que o investimento social é verdadeiramente aquilo que faz crescer a Europa, com um repto e com uma lição que aprendemos todos nos últimos 10 anos: emprego, emprego, emprego, investimento nas pessoas, é o que faz crescer Portugal e a Europa.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Paulo Rebelo, Sr.^a Deputada Ana Mendes Godinho, a quem retribuo os cumprimentos e os desejos de que faça um trabalho profícuo nesta sua missão, agora como Deputada na Assembleia da República. E até — vai perdoar-me, Sr. Deputado João Paulo Rebelo — vou começar já por duas ou três das questões que colocou, para lhe dar uma resposta direta.

Em primeiro lugar, sobre as questões sociais, os direitos sociais, lembro que o Governo português interveio desde logo aquando da discussão da agenda estratégica, propondo emendas precisamente para o reforço do pilar social nessa agenda. E, já agora, também numa outra matéria que nos é cara relativamente às políticas do

mar. Foram dois dos eixos nos quais o Governo português interveio, no sentido de consagrar na agenda estratégica o seu reforço.

Depois, quero dizer-lhe que não me custa nada, pelo contrário, quero, nesta ocasião, aproveitar a sua questão para dar ao povo português, às instituições portuguesas, às empresas portuguesas, aos trabalhadores portugueses, aos emigrantes portugueses que citou, as nossas felicitações por termos saído da lista dos países identificados com desequilíbrios macroeconómicos, depois de termos saído dos países que tiveram intervenção externa.

Acho que é importante recordar, neste agradecimento, que Portugal está efetivamente, como um todo, de parabéns — os vários Governos, as várias instituições, as portuguesas e os portugueses que intervieram com o seu trabalho, muitas vezes com o seu sacrifício, as empresas, com a sua resiliência, as entidades do setor social —, todos aqueles que foram fundamentais para que, entre 2011 e 2014, tivéssemos cumprido o nosso programa de ajustamento, que permitiu, à época, uma saída limpa da intervenção externa, recuperando a nossa capacidade e autonomia de decisão e, subsequentemente, estes 10 anos, que foram também intensos de trabalho para podermos sair da situação de desequilíbrio macroeconómico, à qual não queremos, de resto, voltar. E como não queremos voltar, é preciso continuar a estimular muito o crescimento da economia e a estimular também as repercussões desse crescimento nas condições sociais das pessoas.

É preciso, efetivamente, não perdermos aquilo que é hoje um capital grande que Portugal tem na Europa e até fora da Europa, mas na Europa especificamente: somos considerados um povo resistente e resiliente e um povo capaz de enfrentar as adversidades e de as superar.

Independentemente, até, das divergências que possamos ter quanto aos instrumentos utilizados para isso, o caminho que Portugal percorreu — de se apresentar como um país credível ao nível da estabilidade financeira, do equilíbrio das contas públicas, da contenção dos desequilíbrios e, portanto, até da sua resolução — faz com que hoje sejamos, efetivamente, credores da admiração e do reconhecimento lá fora.

E, portanto, se somos vistos assim lá fora, eu corroboro, no fundo, o desafio que aqui me deixou, de partilhar esse reconhecimento com todas as portuguesas e todos os portugueses.

Já agora, aproveite também a ocasião para, em complemento, dizer que será muito importante a execução que nós faremos dos dois grandes instrumentos de financiamento que temos hoje à nossa disposição: o Portugal 2030 e o PRR.

Foi também importante termos conseguido, como conseguimos esta semana, libertar o remanescente do terceiro e quarto desembolsos do PRR — os 714 milhões de euros que ainda estavam em falta, por incumprimento ainda de algumas das condições que eram exigidas — e tudo aquilo que estamos a fazer e que fizemos ainda esta semana, no Conselho de Ministros, para podermos estar em condições de submeter o pedido para o quinto desembolso.

É minha convicção que o vamos poder fazer nas próximas semanas. Só não assumo aqui uma data concreta porque está ainda dependente de alguns acertos em alguns instrumentos, mas é minha convicção que, porventura até na próxima semana, nas próximas duas semanas, estaremos em condições de poder fazer essa submissão e de poder dar, através destes exemplos, maior celeridade à execução do PRR, porque isto também tem impacto na forma como estamos a ser vistos e acompanhados à escala europeia.

Depois, Sr.^a Deputada Ana Mendes Godinho e Sr. Deputado João Paulo Rebelo, as questões que colocaram, além desta, são importantes. Do ponto de vista institucional, eu direi aquilo que já disse: nós estamos, de facto, muito empenhados e otimistas naquelas que podem ser as decisões tomadas no próximo Conselho sobre as lideranças das instituições europeias.

Não tenho dúvidas de que o devemos fazer sempre à luz do interesse nacional, mas também à luz do interesse europeu, porque o interesse europeu também é nacional. Quando nós perspetivamos os líderes das instituições europeias à escala europeia, nós temos interesse em que eles tenham sucesso. Não só para nós, individualmente considerados, mas para todo o espaço. Antes de mais, este projeto é um projeto de solidariedade, é um projeto de confluência, de convergência.

Nem todos entram nesse processo, porque, de facto, há posições políticas que são tão extremas que são inconciliáveis e incompatíveis para esse momento de convergência. As diferenças que há entre as várias famílias políticas e entre aquelas que têm maior representatividade são grandes, mas elas estão todos os dias à prova em todas as instituições europeias. Estão à prova, desde logo, no Parlamento Europeu, pois são as representações mais numerosas, são aquelas que promovem, ou não, a aprovação de decisões. Mas também

no Conselho Europeu, porque são estas famílias políticas que depois têm chefes de Estado e de Governo à mesa do Conselho Europeu. Mas também na Comissão Europeia, porque são normalmente — não é exclusivo — provindas destas famílias políticas as personalidades que compõem o colégio de comissários.

Portanto, àqueles que têm estranheza com a necessidade de nós estarmos juntos quando temos de estar juntos, é só quererem perceber a essência do projeto europeu. Se perceberem a essência do projeto europeu, chegarão muito facilmente à conclusão de que é muitas vezes, enfim, com aproximação e não com divergência, que nós podemos construir as decisões.

Sobre a questão da Palestina, Sr. Deputado João Paulo Rebelo, Sr.^a Deputada Ana Mendes Godinho, para além daquilo que eu já tive ocasião de dizer, deixem-me partilhar convosco que foi precisamente no último Conselho de Negócios Estrangeiros, em que participou o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que foi tomada uma iniciativa com o impulso inicial de Portugal, da Grécia e da Dinamarca, de promover um apoio à Autoridade Palestiniana para a conceção organizacional de um futuro Estado da Palestina.

Para além da questão do reconhecimento, há, depois, todas as condições — vamos chamar-lhes político-administrativas, político-logísticas, político-institucionais — que um Estado tem de promover para poder, no fundo, erguer-se enquanto tal, na dimensão financeira, na dimensão económica, na dimensão institucional. E esta ajuda que nós estamos a promover para conceber os serviços públicos, para conceber a capacitação institucional da Autoridade Palestiniana, é também um contributo com vista a um caminho que sustente terminar, precisamente, no reconhecimento dos dois Estados.

Creio que Portugal e os vários Governos, diga-se, têm tido uma posição equilibrada e respeitada. Eu podia ser assim um bocadinho mais «politiqueiro» e dizer: «Bom, nós não estamos a fazer nada que o Governo anterior não tivesse também deixado de fazer», mas não vamos estar com essa discussão, porque, no essencial, nós seguimos a mesma política sobre este tema, com uma outra diferença, com certeza, com uma ou outra *nuance*.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, já não tem tempo para ser politiqueiro, tem de terminar.

Risos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Então, para concluir, queria só dizer que, no essencial, nós temos sido, até muitas vezes, precursores de alguns avanços que são, eles próprios, as etapas para chegar a uma consagração dos dois Estados, que é aquilo que pretendemos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Grupo Parlamentar do Chega também dividiu o seu tempo por duas perguntas.

Para a primeira pergunta, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, no passado dia 3 de maio, o Conselho de Ministros aprovou o Plano de Ação para as Migrações, um plano claramente insuficiente, maioritariamente abstrato e incapaz de controlar, de forma eficaz, a imigração ilegal, desde logo pela falta, quiçá propositada, de medidas que prevejam o retorno de imigrantes ilegais aos seus países de origem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado! Bem lembrado!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Anteriormente, no dia 10 de abril, o Parlamento Europeu votou a favor de novas regras em matéria de migrações, regras essas que determinam o regresso de imigrantes ilegais aos seus países, com ênfase naqueles que constituem um risco para a segurança e ordem públicas. Mais: a agenda estratégica, citada pelo Sr. Ministro há pouco, e que será abordada no próximo ciclo institucional, sublinha que é preciso assegurar regressos efetivos.

Ora, um Governo tão supostamente empenhado no projeto europeu, parece, afinal, não estar disposto a adotar medidas para que Portugal participe na resolução de problemáticas como esta, que assolam a Europa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — De resto, é importante termos em atenção uma verdade incontornável: defende-se que Portugal precisa de imigrantes e que estes, e bem, devem ter os seus direitos e condições dignas assegurados, mas são a incompetência do Governo anterior e o medo do seu Governo em tomar posição...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — ... que vêm condenando estes muitos imigrantes a viver como sem-abrigo, sem trabalho e sem meios de subsistência ou, em alternativa, aglomerados em pequenos apartamentos, a viver de subsídios pagos pelos impostos dos portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É essa a integração com dignidade que apregoam? É esse o tão apregoado garante de direitos? Com a falta de medidas concretas que deem resposta ao que Portugal precisa neste âmbito, como irá o seu Governo justificar-se pelo incumprimento de regras europeias para as migrações?

Já no sentido inverso, aproveito para perguntar o seguinte: quando pretende criar condições realmente eficazes para que jovens portugueses deixem de ter necessidade de emigrar e para que aqueles que se viram forçados a viver fora possam finalmente regressar?

Por último, não posso deixar de perguntar, dando nota de uma gritante incoerência nas posições de V. Ex.^a, sobre a seguinte matéria: como é que, da campanha eleitoral aos dias de hoje, o Dr. António Costa, mau governante e líder de um ainda pior Governo, passou a ser um digno e exemplar representante de Portugal enquanto presidente europeu?

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para a segunda questão pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado António Pinto Pereira.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados, vivemos uma conjuntura internacional que coloca a Europa no centro de vários conflitos armados.

Temos uma guerra a leste, com uma Ucrânia resiliente e disposta a lutar pelos valores europeus e uma Rússia autoritária e inflexível, que agora até tem o apoio da Coreia do Norte. No Médio Oriente temos um conflito armado, que se iniciou com o ataque a Israel, que já envolveu o Irão e agora o Líbano.

No meio destes conflitos e com a constante ameaça russa à segurança europeia, a União percebeu que está dependente da NATO (North Atlantic Treaty Organization) e dos Estados Unidos para a sua defesa. Concluiu que era necessária uma defesa armada independente e reagiu com a Declaração de Versalhes, com a Bússola Estratégica e com uma proposta de regulamento que estabelece o Programa Europeu da Indústria de Defesa. Mas ninguém se lembrou que, em 1992, foi introduzida uma política externa e de segurança comum e, no seio desta, uma política comum de defesa europeia.

Onde está Portugal no meio disto tudo? Onde está a indústria de defesa, o armamento, as munições portuguesas? Onde estão os meios para as nossas forças armadas poderem responder a estes desafios?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Desde os anos 90 que Portugal não tem sequer uma fábrica de munições. A segurança e a defesa de Portugal e dos portugueses são negligenciadas por este Governo, como foram por todos os Governos anteriores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — E, agora, com o tema da defesa europeia na ordem do dia, como pretende o Governo concretizar a capacidade industrial de defesa europeia? Como vai Portugal contribuir para a autonomização da defesa europeia?

Nós estamos desarmados, e uma indústria de defesa ativa e desenvolvida não surge do dia para a noite. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros até já disse que não apoia a criação de forças armadas europeias. Em que ficamos? Vamos continuar totalmente dependentes dos outros Estados e da NATO para a defesa de Portugal?

Saiu um relatório da NATO que colocou Portugal no 7.º lugar da organização com menos investimento para 2024. Estima-se que Portugal invista 1,55 % do PIB (produto interno bruto) em defesa, abaixo do limiar dos 2 %. Em 2014, a NATO organizou uma cimeira em Cardiff, que determinou que, até 2024, os seus membros deveriam atingir um limite mínimo de investimento de 2 % do PIB na defesa.

O Sr. ex-Primeiro-Ministro António Costa prolongou este prazo para 2030 e, na altura, foi altamente criticado, inclusivamente pelo PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — O vosso Governo aceitou, agora, exatamente o mesmo prazo. O PSD assumiu o vergonhoso compromisso do Governo socialista anterior, porque são iguais — PSD e PS são iguais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Mas o estado das nossas Forças Armadas continua uma vergonha. Enfrentamos dificuldades nos três ramos: temos pouco mais de 23 000 militares, um número tragicamente abaixo dos efetivos autorizados, que é de 32 000; não temos defesa antiaérea; não temos munições; o armamento e o equipamento existentes são insuficientes e muitos estão obsoletos; não temos condições nem para enfrentar mais do que três dias um qualquer cenário de conflito armado.

Na próxima Cimeira de Washington, sabemos que vão existir pressões para aumentar o valor dos 2 % do PIB na defesa. Pelo que também pergunto: que sentido faz manter este prazo?

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto e Sr. Deputado António Pinto Pereira, permitam-me começar pelo último, pelo Sr. Deputado António Pinto Pereira, e responder-lhe de uma forma, enfim, que eu creio que será objetiva do ponto de vista da compreensão.

É evidente que os Governos têm, todos eles, uma base de capacidade de intervenção e de definição das políticas públicas, isso é um facto, e têm a possibilidade de fazer escolhas e opções.

Vozes do CH: — E bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Todos os Governos que tivemos até aqui tiveram essa possibilidade e todos aqueles que poderemos vir a ter, mesmo perspetivando, por exercício meramente académico, absurdo mesmo, que um dia um Governo fosse liderado pela força política que o Sr. Deputado integra, teria de fazer escolhas, não é?

Ora, qual é a situação, Sr. Deputado? É que o Sr. Deputado fez uma intervenção sobretudo direcionada para criticar o esforço de investimento de Portugal nas áreas da segurança e defesa, em particular da defesa, e,

enfim, tentando cristalizar a crítica de que nós falhámos — porque falhámos, efetivamente — um objetivo e agora nos propomos, de forma insuficiente, a alcançar esse mesmo objetivo.

Isto significa basicamente o seguinte: o Sr. Deputado e o Chega querem mais dinheiro para a defesa — e não é mais um bocadinho, é muito mais, para ter essa capacidade toda que ainda agora invocava: aérea, antiaérea e por aí fora —, só que, ainda hoje à tarde, o líder do seu partido, em cima disso, disse que, num Governo Chega, ninguém iria pagar portagem. Portanto, de uma assentada, querem duplicar ou triplicar o investimento na defesa e acabar com qualquer receita de portagem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responda à pergunta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se fôssemos prolongar o nosso debate, ainda iam chegar à famosa proposta de aumento das pensões para toda a gente, já, para o valor do salário mínimo.

Vozes do CH: — E bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, de facto, ninguém vos pode levar a sério, porque os Srs. Deputados querem tudo ao mesmo tempo, com um irrealismo tal, que salta à vista da pessoa mais incauta que não há qualquer possibilidade de cumprir aquilo que os senhores dizem. Os senhores querem dar tudo a todos, a todo o tempo!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estava no vosso Programa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Srs. Deputados, sinceramente, façamos um debate mais sério. Façamos um debate mais sério. Sim, nós temos necessidade, e vamos apresentá-lo na próxima Cimeira da NATO, de um programa credível para atingir em 2029 um investimento de 2 % do nosso Produto na área da segurança e defesa, que, aliás, se coaduna com a nossa estratégia na Aliança Atlântica e também com aquilo de que já falámos aqui hoje, que é o reforço, no âmbito da União Europeia, do investimento em segurança e defesa.

Sim, vamos apresentar, mas vamos apresentar um plano credível, exequível e que corresponda àquela que é a possibilidade que nós temos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que, Sr. Deputado, é preciso tratar das pessoas que estão à espera de cuidados de saúde, é preciso tratar de contratar e reter professores na escola pública, é preciso tratar de dar condições de acesso à habitação, é preciso tratar de atrair investimento. Ó Srs. Deputados, nós temos de fazer isso tudo, mas temos de o fazer com equilíbrio.

Esse jogo, enfim, retórico não é... Não é...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faça um grupo de trabalho!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, isso, fale mais um bocadinho!...

Deixem-me dizer-lhes uma coisa: os senhores têm toda a legitimidade para estarem aí sentados, tiveram os votos suficientes que vos permitiram ter essa representação. Mas, se me permitem, assim, um conselho — sei que não precisam, porque sabem tudo —,...

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não permitimos, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... deixem-me dizer-vos que, com o irrealismo das vossas propostas e das vossas intervenções, VV. Ex.^{as}, muitos daqueles que aí se sentam, vão olhar para trás, daqui a uns anos, e dizer: «Pronto, se calhar, estivemos mal, e é por isso que não estamos lá sentados outra vez!...»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Vamos aguardar!... Vamos aguardar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhe que a arrogância do António Costa fê-lo sair daqui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, se há coisa que não sou é arrogante, disso pode ter a certeza. Oh, disso pode ter a certeza!...

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Primeiro-Ministro concluir a resposta, por favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não confundam veemência nos argumentos com arrogância. Não confundam segurança na argumentação com arrogância, Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Calma, Srs. Deputados, não confundamos as coisas...! Arrogância foi dizer, como os senhores disseram, que iam ficar à frente do PSD. Isso é que foi arrogância! É verdade, é verdade!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

Eu, ao menos, até admiti, ainda que por absurdo e em exercício académico, que um dia vocês pudessem lá chegar, mas, por este andar, não vão chegar mesmo. Disso tenham a certeza absoluta, Srs. Deputados!...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Bom, Srs. Deputados, sobre as questões das migrações, nós estamos a fazer em Portugal aquilo que é necessário para haver cumprimento do Pacto das Migrações a nível europeu, e também a promoção do interesse em termos uma imigração regulada em Portugal.

Quanto à pergunta que me foi colocada sobre o que é que estamos a fazer para podermos manter a juventude em Portugal, estamos a fazer o seguinte: para além de tudo aquilo que eu já disse, e que não vou agora repetir porque não tenho tempo, estamos a isentar de IMT e de imposto do selo...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Com os votos favoráveis de quem?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Daqueles que concordaram com a medida... Foi a Sr.^a Deputada? Acho que fez muito bem, devia era fazer mais vezes! Devia era fazer mais vezes.

Risos do PSD.

Como dizia: descida, no caso, integral, com isenção de IMT e imposto do selo; reforço das medidas de saúde mental e física dos jovens portugueses; reforço da disponibilidade financeira dos jovens portugueses através da descida do IRS dos jovens até aos 35 anos; para muitos jovens que hoje, infelizmente, ficam fora do ensino superior, porque não têm capacidade económica para poder pagar o seu alojamento, o reforço do alojamento estudantil; sim, materializar e concretizar o acesso generalizado, universal e gratuito às creches e ao pré-escolar; Srs. Deputados, baixar o IRC para atrair investimento, para, havendo investimento, poder haver maior capacidade de absorver recursos humanos, nomeadamente recursos humanos qualificados, sendo mais produtivo, mais inovador e mais competitivo ter empresas que geram mais lucros e, gerando mais lucros, que pagam melhores salários.

Srs. Deputados, eu acho que o programa é relativamente simples de compreender. Se vamos ser capazes ou não? Agora fala a minha modéstia: vamos fazer tudo. Esqueçam tudo o resto, vamos mesmo fazer tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, assim a Assembleia da República, mormente com a vossa intervenção,...

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não sirva nem de bloqueio à execução do programa, nem de desvirtuamento das medidas que vêm cá.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Faça favor, Sr. Deputado.

Continuação dos protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados, vamos permitir que o nosso Colega faça as perguntas que tem para fazer.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr.^a Presidente, cumprimento também o Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Ministros e a Sr.^a Secretária de Estado.

No momento em que já há vários países a indicar os seus comissários, eu perguntava-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se já está o Governo em condições de dizer aos portugueses quem é que Portugal irá indicar, e, já agora, de que pasta é que gostaria.

Tinha também três questões rápidas sobre política externa.

Primeira pergunta: ontem foi um dia histórico, com o início das negociações para a adesão da Ucrânia e da Moldávia, e queria perguntar-lhe se o Governo poderia partilhar algumas das conclusões dessa reunião, daquilo que souber e puder, obviamente, partilhar.

Segunda pergunta: relativamente ao conflito no Médio Oriente, eu ouvi a sua posição de princípio na declaração inicial, mas gostaria também de saber, em termos de medidas concretas, o que é que se espera deste Conselho Europeu.

Por fim, uma terceira pergunta: relativamente à Geórgia e à aprovação recente da lei dos agentes estrangeiros na Geórgia, que fortemente restringe a sociedade civil, gostaria de lhe perguntar se, no Conselho Europeu, Portugal vai tomar a posição de condenar, obviamente, a aprovação desta lei.

E, falando em Geórgia, com quem Portugal joga hoje, eu queria-lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, se tem visto o Europeu, no sentido em que, nos *rankings*, Portugal tem uma seleção muito boa, no *top 3* da União Europeia, mas tem uma economia muito atrasada, no fim do *top 20* da União Europeia. Portugal tem uma seleção que, nos últimos anos, desde 2016, ultrapassou vários países, vencendo o Europeu de 2016 e também

a Liga das Nações de 2019, mas que, desde 2016, com o Partido Socialista, foi também ultrapassada por vários países. Por fim, Portugal tem também esta seleção num desporto onde há muita concorrência, onde há muita exigência perante os resultados no fim da época, mas num País onde, eu diria, há muito pouca exigência perante o Governo e perante os resultados.

Sr. Primeiro-Ministro, desde 2016, e até há pouco tempo, tivemos um treinador, que foi António Costa, e os maus resultados são evidentes. Ora, perante maus resultados, os treinadores devem sair e não devem ser premiados, mas o Primeiro-Ministro, infelizmente, quer premiar António Costa. Ser Presidente do Conselho Europeu, onde estão todos os Primeiros-Ministros, com uma remuneração salarial de praticamente meio milhão de euros por ano, é um prémio, e, depois de tantas críticas que ambos fizemos à governação de António Costa, não consigo perceber como é que houve uma mudança tão grande e há agora um apoio a essa candidatura.

Uma coisa é certa, Sr. Primeiro-Ministro: quem não reformou Portugal não vai reformar a Europa. O Sr. Primeiro-Ministro pode vir, obviamente, agora dizer-me...

Protestos de Deputados do CH.

Srs. Deputados, debatem a seguir, deixem-me só terminar aqui o debate com o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro pode, obviamente, dizer-me que não é uma posição que implique reformas. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos a fazer um debate sobre o Conselho Europeu, e ainda há pouco falou da Agenda Estratégica, que define as prioridades políticas da União Europeia, num processo liderado pelo Conselho Europeu. O Conselho Europeu, além da definição dessas prioridades, toma posições políticas todos os meses.

Olhe, deixe-me dar-lhe o exemplo do número de comissários que é definido pelo Conselho Europeu. Vamos confiar em António Costa para reduzir esse número de comissários? O mesmo se diga em relação ao alargamento, onde eu partilhei, e acho que partilho, muitas das críticas que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros fez a uma espécie de jogo duplo que António Costa fez, tendo, aliás, sido alvo de críticas por partidos da sua própria família europeia em relação a esse tema. Como é que agora há uma mudança tão grande de opinião?

Por isso, queria dar-lhe essa nota final, Sr. Primeiro-Ministro — e terminando, Sr.^a Presidente —, de que quem não reformou Portugal não vai reformar a Europa, e, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal deve aprender uma coisa com o futebol: não devemos premiar maus treinadores.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder.
Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Blanco, antes, ainda, de lhe responder a esta última questão, embora esteja relacionada com ela, há pouco esqueci-me de responder a uma das questões que me foram colocadas pelo partido que interveio anteriormente, no sentido de saber como é que eu me sentiria por ver Portugal representado pelo Dr. António Costa no Conselho Europeu.

Para que fique muito claro, quem representa Portugal no Conselho Europeu sou eu, o Primeiro-Ministro de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Dr. António Costa não representa Portugal, representa as instituições europeias, representa o conjunto dos Estados-Membros e, quando muito — fazendo agora a transição para a sua questão —, representa também uma família política, é verdade.

E, Sr. Deputado Bernardo Blanco, há duas coisas que era interessante os portugueses saberem da Iniciativa Liberal sobre este assunto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não apoiamos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, deixe-me acabar. Há duas coisas que me parece importante os portugueses saberem.

Primeiro, há um pré-acordo que se vai materializar entre três famílias políticas: a nossa, a socialista e a vossa.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Dentro desse acordo, o que é expectável é que as duas famílias políticas — liberal e social-democrata, ou socialista — votem nos candidatos do PPE (Partido Popular Europeu) para Presidente da Comissão Europeia e para Presidente do Parlamento Europeu. Depois, a família política à qual eu pertença, o PPE, e os liberais devem votar no candidato socialista à Presidência do Conselho Europeu. E depois...

Protestos de Deputados da IL.

Ó Srs. Deputados, permitam-me só que leve o raciocínio até ao fim.

E depois é suposto também que a minha família política, o PPE, e a família política socialista votem na proposta dos liberais para Alto Representante para a Política Externa e de Segurança. Sr. Deputado Bernardo Blanco, diga aos portugueses, neste acordo que envolve também a sua força política, o que é que o Sr. Deputado vai cumprir e o que é que não vai cumprir.

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Ah!

Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, mas isto suscita uma segunda questão igualmente importante. É que, se a vossa resposta for aquela que já deram até agora, dirão assim, acho eu: «Votaremos em Ursula von der Leyen para Presidente da Comissão, votaremos na Roberta Metsola para Presidente do Parlamento Europeu e, eventualmente, na Primeira-Ministra Kaja Kallas para alta representante» — que é a vossa candidata!

Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.

E agora pergunto-vos: não votando no Dr. António Costa, qual é o socialista que a Iniciativa Liberal defende que deva ser o próximo Presidente do Conselho Europeu? É essa a questão!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Diga-nos o Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — São liberais quando convém!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em primeiro lugar, há a votação, no Parlamento Europeu, para Presidente da Comissão e para Presidente do Parlamento Europeu, e há depois também os Governos que representam a vossa família política.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro! Macron...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Iniciativa Liberal, já agora, apoia quem? Que eu saiba, até ao momento ainda não há mais nenhum candidato, mas pode haver. Pode ser a Primeira-Ministra dinamarquesa, falou-se dela; falou-se de um ex-Primeiro-Ministro italiano, o Enrico Letta. A Iniciativa Liberal deve ter uma ideia, porque não acredito que a Iniciativa Liberal defenda o vazio. Agora vai haver vazio no Conselho Europeu? Não!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro já terminou o seu tempo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Qual é a ideia daqueles que não concordam com o Dr. António Costa como representante da família socialista? É importante que digam qual é a vossa ideia!

A nossa ideia, a do Governo português, é esta: para a Comissão e para o Parlamento Europeu corroboramos a escolha da nossa família política; para o Conselho Europeu e para alto representante respeitamos e apoiamos as indicações das famílias políticas que subscreveram o acordo conosco. É isso que nós fazemos, era isso que esperávamos que a Iniciativa Liberal também fizesse.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados da IL e contraprotestos de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para fazer perguntas ao Governo, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos, por favor, criar condições para ouvir a Sr.^a Deputada Marisa Matias.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de facto, a agenda do Conselho é muito preenchida, esta semana é bem recheada,...

Continuação de protestos de Deputados da IL e contraprotestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Chiu!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... mas permita-me que volte ao tema que vai estar em discussão, o do Médio Oriente e das suas implicações.

Na convocatória para a reunião do Conselho pode ler-se: «O direito internacional e o direito internacional humanitário têm de ser respeitados em todas as circunstâncias.» Sabemos que não é isso que está a acontecer, aliás, o direito internacional é uma das grandes vítimas do que está a acontecer em Gaza. Lê-se também que deve haver lugar «à plena aplicação dos termos da proposta de cessar-fogo estabelecida na Resolução 2735 do Conselho de Segurança das Nações Unidas», o que também não está a acontecer. Lê-se ainda que deve haver «respeito e aplicação das decisões do Tribunal Internacional de Justiça», o que também ainda não está a acontecer.

Portanto, para que aconteça o que está na convocatória, é preciso que na reunião do Conselho se decidam coisas diferentes daquelas que têm sido decididas até agora, porque, de outra forma, vamos continuar a ter exatamente os mesmos problemas.

O Tribunal Internacional de Justiça decidiu, em 26 de janeiro, que devem ser tomadas medidas porque há um risco plausível de Israel estar a cometer genocídio em Gaza. A decisão do Tribunal Internacional de Justiça, apesar de ser vinculativa, não se aplica sozinha, é preciso que haja ações, desde logo, por parte de Israel, mas também por parte da comunidade internacional, e muito em particular por parte da União Europeia. Portanto, neste sentido, é preciso que se faça diferente, como disse, e as perguntas que lhe quero colocar, Sr. Primeiro-Ministro, são a este respeito.

Vai o Governo português defender na reunião do Conselho que os países europeus devem parar, na totalidade, de vender armas a Israel? Vai tomar esta decisão ou não? Sei bem que o Governo deu um parecer desfavorável à venda de armas de Portugal a Israel — e bem! —, mas seria importante sabermos, desde logo, duas coisas. A primeira — não sei se tem essa informação — é se, das armas exportadas de Portugal para Israel até março, algumas delas foram usadas em Gaza ou não. Não sei se podemos ter essa informação. A segunda, desde logo, é se o Governo está disposto, além deste passo, a dar o passo seguinte, que é o de, no Conselho Europeu, propor o total embargo à venda de armas a Israel, porque há armas europeias que continuam a matar em Gaza.

A segunda questão, em relação à necessária mudança de posição, tem a ver com a posição do Governo português em relação ao Acordo de Associação. O Acordo de Associação da União Europeia com Israel diz que

todas as previsões do acordo devem ser baseadas no respeito pelos direitos humanos, o que também não está a acontecer. Portanto, irá o Governo português defender ou não, na reunião do Conselho, que devemos suspender o Acordo da Associação existente entre a União Europeia e Israel? E também, já agora, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto se vai ou não vai defender que haja ações concretas para que as decisões do Tribunal Internacional de Justiça possam ser postas em prática e possa, finalmente, começar a haver um caminho para a paz e para o fim do genocídio.

Como ainda tenho alguns segundos, e como vão ser recuperados também dossiês antigos de conclusões anteriores do Conselho em relação às migrações, quero dizer que sabemos que houve uma pressa enorme de fechar o Pacto das Migrações antes das eleições europeias. As eleições já passaram, e essa pressa o que fez foi deixar para trás os direitos fundamentais, foi permitir a detenção e repatriamento de crianças, enfim, um conjunto de medidas que são inaceitáveis no quadro do direito internacional e também do direito europeu.

Portanto, a minha pergunta muito concreta é se o Governo vai propor no Conselho que se recupere o direito de asilo, que se recuperem os direitos fundamentais ou se vai continuar a deixar que o Conselho continue a dançar a dança perigosa da extrema-direita em matéria de migrações.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Marisa Matias, quero agradecer as questões que colocou.

Já tive ocasião de dizer que temos seguido uma posição muito firme de exigência de uma cessação das hostilidades, de um cessar-fogo, de uma permissão efetiva para que seja conseqüente uma ajuda humanitária em Gaza e, já agora, também para que seja consumada a libertação de reféns de parte a parte.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ora! Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esses são objetivos que, como a Sr.^a Deputada aqui referiu, estão também plasmados nos projetos de conclusões e na convocatória deste Conselho Europeu.

Creio que a União Europeia, quando adere ao programa de cessar-fogo apresentado pelos Estados Unidos, e adere e acompanha a Resolução 2735 das Nações Unidas, está já a dar um sinal muito importante relativamente àquela que é a relação da União Europeia com Israel e à necessidade de exigir que toda a hostilidade possa cessar e os direitos humanos possam prevalecer.

Também é assim que alicerçamos a nossa decisão, do lado português, e do lado de vários Estados-Membros, já agora, da União Europeia, de não vender armas a Israel. Uma posição conjunta, como calculará, é mais difícil, não vamos estar aqui a ignorar a questão. Admito que seja um dos tópicos que possam vir a integrar a discussão dentro do Conselho. Não me pronunciarei diretamente sobre a posição de Estados-Membros concretos, mas não tenho dúvidas de que alguns suscitarão esse tema e que Portugal aproveitará para reiterar aquela que é a nossa posição.

É verdade também que a nossa margem de influência, se quiser, a nossa margem de intervenção, tem algumas limitações. Mas é bom reconhecer — já o fiz aqui, e portanto, como estamos no Governo ainda há pouco tempo, partilho isso com um caminho que vem de trás, não há nenhum problema em dizê-lo — que Portugal é hoje considerado um país com uma força diplomática robusta. Não tendo, do ponto de vista da dimensão do País, a capacidade de outras potências — e do ponto de vista militar muito menos —, a verdade é que, do ponto de vista diplomático, temos estado na linha da frente de várias evoluções.

Aquilo que disse há pouco relativamente ao compromisso de, nesta última reunião do Conselho Europeu de Negócios Estrangeiros, se ter acertado um caminho para capacitar a Autoridade Palestiniana com o apoio para poder, do ponto de vista institucional, ir formatando o aparecimento de serviços, de equipamentos e mesmo do edifício legislativo que é necessário, os contactos que temos tido com parceiros internacionais de várias geografias, desde parceiros internacionais árabes até parceiros internacionais africanos, até parceiros internacionais da América do Sul,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, peço que termine.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tudo isso tem sido suscetível de uma boa apreciação.

Eu posso isto dizer aqui, não é nenhum segredo de Estado, mas vou revelá-lo aqui, apesar de não saber se isto já foi tornado público ou não: o nosso Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros já teve ocasião de receber dois telefonemas do Primeiro-Ministro da Autoridade Palestiniana precisamente a reconhecer a Portugal o papel conciliador que tem acrescentado nestas mais diversas formas de intervenção.

Portanto, Sr.^a Deputada, eu compreendo a sua intervenção, tento dar-lhe a resposta que é possível. Há aqui algumas divergências que nós temos, mas, no essencial, é esta a posição que levarei à reunião do Conselho Europeu.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, nova reunião do Conselho Europeu e, observando a agenda, constata-se que sistematicamente não são incluídos assuntos relacionados com os problemas prementes que afetam os trabalhadores e os povos dos Estados-Membros da União Europeia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a Ucrânia?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Reiteradamente, as crescentes desigualdades e injustiças e o elevado custo de vida, ou as consequências das elevadas taxas de juro no aumento das prestações da habitação à banca ficam de fora das preocupações do Conselho Europeu. Porquê, Sr. Primeiro-Ministro? Não considera que estes temas também devem ser discutidos? Vai suscitar a sua discussão?

É precisamente quando as condições de vida se degradam que, em vez de se adotarem soluções para melhorar as condições de vida dos povos, a União Europeia dá prioridade à corrida aos armamentos, ao militarismo e à guerra, optando por favorecer os interesses das empresas de armamento, que é quem verdadeiramente beneficia com a guerra, e não por defender os interesses dos povos e da paz.

Prolongar a guerra na Ucrânia até ao último ucraniano só martiriza a população.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a integridade territorial da Ucrânia?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Por isso, o que se impõe, e é urgente, é travar essa destruição e o sofrimento, é, de uma vez por todas, encetar um caminho para uma solução negociada de paz que ponha fim à guerra.

Por outro lado, quanto à situação do povo palestino, o Governo insiste em não reconhecer o Estado da Palestina. São mais de 140 os países — e quase metade dos países da União Europeia — que reconhecem o Estado da Palestina. Portugal escolhe isolar-se. A questão, Sr. Primeiro-Ministro, é saber do que é que está à espera. Precisa do aval de alguém ou de alguma entidade para tomar essa decisão? Portugal é um país soberano, pode e deve tomar essa decisão.

Como é que a União Europeia pode afirmar que condena a agressão de Israel contra o povo palestino e depois mantém o Acordo de Associação entre Israel e a União Europeia, que atribui milhões de euros no apoio a uma ocupação criminoso,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é na Ucrânia! É verdade!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... à expansão ilegal dos colonatos e ao complexo industrial militar do Estado de Israel? Se, de facto, o Governo defende o cessar-fogo imediato e permanente, vai defender a suspensão deste Acordo?

A luta dos povos em defesa da paz cresce. A questão é se o Governo vai juntar-se a este clamor pela paz a nível mundial, se vai defender uma solução pacífica para pôr fim aos conflitos armados, incluindo na Ucrânia, se vai defender o cessar-fogo imediato e permanente na Palestina, se vai defender a entrada da ajuda

humanitária em Gaza, se vai defender a libertação de todos os presos palestinianos e os reféns israelitas, se vai defender a criação do Estado da Palestina, soberano e independente,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já sabe que não!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... com as fronteiras de 1967, a capital em Jerusalém Oriental e o retorno dos palestinianos deslocados.

Estas são questões centrais na situação em que hoje se encontra o povo palestiniano, na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. E a questão é saber se o Governo vai defender, de facto, estes aspetos, que são centrais para pôr fim ao massacre do povo palestiniano.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, para responder, tem 3 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, queria pedir-lhe desculpa por uma breve nota que antes queria aqui deixar. Não queria estar a usar da figura regimental da interpelação à Mesa, mas tem a ver com a condução dos trabalhos e com a sua intervenção. Solicitava que os partidos políticos e a Mesa pudessem, numa próxima Conferência de Líderes, visitar o modelo deste debate, de maneira que aqueles que falam mais para o fim não sejam, no fundo, prejudicados nas respostas, pois eu só posso agora repetir aquilo que já disse, porque as questões são repetidas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São os custos da democracia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Atenção que isto não significa minorizar a sua intervenção, Sr.^a Deputada, mas lembro-me de outras alturas em que havia uma partilha de posições e, depois, o Governo fazia, no fundo, uma valorização similar a todas as intervenções. Só digo isto porque, de facto, a propósito das questões que me colocou agora, só posso dizer aquilo que já disse. Mas, enfim, posso efetivamente repetir.

Vou tentar, por isso, concentrar-me mais naquilo que não é propriamente uma repetição de questões colocadas anteriormente, não deixando de dizer que o Acordo de Associação entre a União Europeia e Israel será, naturalmente, revisitado, à luz daquilo que é a situação e a crise que existem hoje, quanto a isso não tenho dúvidas. Depois, logo veremos até que ponto serão criadas condições para a sua alteração.

Agora, sobre a temática inicial da sua intervenção, sobre as questões sociais e a forma como o próximo Conselho — que é aquilo de que estamos aqui a tratar — as pode discutir, dir-lhe-ia o seguinte: a dimensão social da reunião deste Conselho Europeu estará seguramente associada às medidas de natureza económica, de reforço da competitividade económica, e de concretização da agenda estratégica que vai ser adotada. Ou seja, é pressuposto, para a garantia dos direitos sociais, enfim, até para a sua evolução, que a agenda estratégica e, nomeadamente, o pilar económico sejam bem sucedidos: que possamos ter mais capacidade de financiamento para as nossas empresas, que possamos ter projetos comuns mais diversificados, que possamos ter, por exemplo — um aspeto que é essencial, parece-nos a nós essencial! —, um mercado de capitais único.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Não sei se têm noção — não quero agora adiantar o número, porque posso falhar e não quero estar a cometer essa *gaffe* —, mas são muitos, muitos milhares de milhões de euros de poupanças de cidadãos e de empresas europeias que vão para o mercado de capitais americano, todos os dias, todas as semanas, todos os anos, porque nós não temos uma escala suficientemente atrativa para reter essa poupança. Portanto, há uma dimensão na agenda estratégica que visa concretizar políticas que depois, elas próprias, se vão espelhar na dimensão social.

Depois, há também uma coisa que a Sr.^a Deputada não desconhece. O Conselho Europeu funciona através das reuniões dos chefes de Estado e de Governo — é aquele em que eu participo —, mas o Conselho Europeu funciona, praticamente todas as semanas, com os Conselhos Europeus específicos, e há um Conselho Europeu que trata também desses assuntos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, precisamos de terminar, por favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Naturalmente que é, nessa sede, a oportunidade, muitas vezes, de decalcar as políticas, e não propriamente na reunião que vai ter lugar amanhã e depois de amanhã.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.^a Secretária de Estado, Srs. Ministros, Sr. Primeiro-Ministro, o Conselho Europeu que terá lugar esta semana vai, muito provavelmente, eleger como seu Presidente um português. Isso é um facto que também nos diz muito acerca do papel que este País tem tido, no cenário da diplomacia internacional, em ocupar presidências: já da Comissão Europeia, anteriormente; das Nações Unidas, agora com António Guterres como Secretário-Geral; e agora com António Costa.

Não é um facto que deva deixar de merecer reparo, pela sua raridade. Não há muitos países do tamanho de Portugal que tenham essa capacidade, e isso diz alguma coisa de um país que, como país democrático,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... tem tido capacidade de envolvimento internacional. E, depois, pelo facto de saber construir amizades e pontes, e também por alguma coisa que tem a ver com a própria cultura política portuguesa — que infelizmente, em boa medida, se está a perder, pela polarização e agressividade que têm sido introduzidas no debate político em Portugal —, pela própria importância do mundo da língua portuguesa, Portugal tem tido esta capacidade de, com alguns políticos com percurso excecional, ocupar lugares de topo.

Mas o outro lado da moeda não é tão bom. Portugal tem vindo a perder espaço nos lugares intermédios, daquelas pessoas de quem não conhecemos os nomes, porque não aparecem nas notícias, mas de que é feita a influência dos grandes Estados-Membros da União Europeia. Menos funcionários nas agências europeias, menos funcionários nas instituições europeias, e, portanto, uma sub-representação de Portugal ali, onde poderia ter muita influência.

O Livre apresentou uma proposta de alteração orçamental para o Orçamento deste ano, 2024, que o Sr. Primeiro-Ministro está a executar, de criação de um instituto europeu em Portugal...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mais um instituto!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que permita, precisamente, fazer a formação e dar apoio a portugueses para conseguirem ganhar concursos, por mérito, na União Europeia e, assim, ampliarmos a nossa influência, que não pode estar dependente deste ou daquele político de percurso excecional.

O PSD votou a favor. Aquilo que quero ouvir do Sr. Primeiro-Ministro é se vai implementar e lançar as iniciativas necessárias, através de um concurso aberto às instituições de ensino superior nacionais, individualmente ou consociadas, para a criação de um instituto europeu com o estatuto de laboratório associado, ou do Estado. O seu partido aprovou esta medida.

Em segundo lugar, amanhã, também vai ser discutida a Agenda Estratégica da União Europeia para 2024-2029. Dos documentos que são conhecidos publicamente, e não sabemos se serão os que vão ser aprovados, devo dizer que há lacunas absolutamente assustadoras.

Uma tem que ver com a questão do Estado de direito, remetida para o fim como uma espécie de pensamento final ao qual não se dá importância nenhuma — o que foi, aliás, o grande erro e a grande diferença que tivemos com António Costa durante a Presidência Portuguesa da União Europeia —, e quero ouvir que o Sr. Primeiro-Ministro, nas questões do Estado de direito, em particular do Governo húngaro, fará avançar o artigo 7.^o, que, nunca tendo avançado, deu como resultado que temos um submarino do Sr. Putin no Conselho Europeu.

Mas também há outra lacuna gritante aqui. A única menção a ambiente no índice dessa estratégia europeia 2024-2029 é de constituir um bom ambiente para os negócios.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro — e com isto termino, Sr. Presidente —, pergunto se acha que é assim que a sua candidata à Comissão Europeia conseguirá ter um apoio amplo no Parlamento Europeu, quando parece haver um recuo do PPE em relação ao novo Pacto Verde e nem sequer há uma menção a ambiente nas vossas estratégias, no vosso documento programático de 2024-2029.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, em primeiro lugar, acompanho a reflexão que fez relativamente àquela que tem sido uma capacidade extraordinária de Portugal em alcançar apoio e reconhecimento suficientes para o desempenho de altas funções em organizações internacionais variadas e de reputada importância. Desde logo, como mencionou, para liderar a Comissão Europeia por 10 anos e para liderar hoje as Nações Unidas, através do Sr. Secretário-Geral, também em dois mandatos.

E houve outras alturas em que tivemos lugares importantes. Tivemos, por exemplo, o Dr. António Vitorino, também no âmbito das Nações Unidas; temos hoje o Eng.^o Jorge Moreira da Silva; um anterior Ministro das Finanças foi presidente do Eurogrupo. Enfim, independentemente da divergência política que temos em determinados momentos, há, felizmente, um reconhecimento da classe política portuguesa, se me permitir.

Não quero estar a trazer para mim nenhuma parte desse reconhecimento — não é seguramente por minha causa —, senão ainda vão dizer que é a minha arrogância a funcionar. Mas talvez não deixe de ser, por um lado, uma oportunidade de não sermos, como muitas vezes somos, demasiado pessimistas sobre nós próprios e de termos também o reconhecimento da qualidade dos nossos cidadãos que se disponibilizam para o exercício de funções políticas e, obviamente, de todos os serviços de acompanhamento e retaguarda, nomeadamente da nossa rede diplomática, de todos os funcionários que temos em várias instituições. O facto de sermos um país com uma história grande, com várias demonstrações, ao longo de séculos, da nossa capacidade, de sermos uma das línguas mais faladas no mundo, que é outra coisa que às vezes também não enfatizamos o suficiente, tudo isso, efetivamente, tem sido reconhecido em algumas ocasiões.

Deixe-me dizer-lhe que também estou de acordo consigo em que na União Europeia, nomeadamente na Comissão Europeia, nos faltam... Além dos lugares de representação normais e até de alguns excecionais, como aquele que provavelmente teremos agora no Conselho Europeu, há lugares muito importantes nas direções gerais, na estrutura orgânica da União Europeia, que, infelizmente, nos últimos anos ficou um bocadinho prejudicada. É um facto.

Posso confidenciar-lhe, sem estar aqui a invadir nenhuma zona de segredo, que uma das primeiras observações que fiz à pró-candidata a Presidente da Comissão Europeia foi, precisamente, do sentimento que temos, em Portugal, de sub-representação ao nível da estrutura orgânica dos órgãos da Comissão, não obstante haver funcionários de primeira, de excelência, que têm, naturalmente, ficado pelo caminho nos processos de candidatura. Naquilo que competir ao Governo português, tudo faremos para, neste próximo ciclo, tentar inverter essa situação.

Relativamente às outras duas questões que colocou, ainda não tivemos, efetivamente, espaço temporal suficiente para desenvolver a história, salvo seja, o assunto que apresentou, do instituto europeu, mas mantemos a nossa posição e, portanto, tentaremos dar-lhe corpo num futuro próximo.

Relativamente à sua questão final, da preocupação ambiental, queria deixar muito claro que, da nossa parte, mantemos aquilo que eu já disse aqui, nomeadamente no último debate preparatório do último Conselho Europeu: estaremos na linha da frente da defesa dos valores ambientais, do acompanhamento do processo de transição com as alterações climáticas, de respeito pelos valores de preservação da biodiversidade, mas fá-lo-emos — como, creio, foi a tal «guinada», se quiser, na política europeia dos últimos tempos, uma guinada positiva, do nosso ponto de vista e do meu — com respeito pela sua conciliação com a vida das pessoas, com as atividades económicas, com a necessidade que temos de preservar a coesão territorial, a fixação de pessoas

no território, e, obviamente, em conciliação com o ambiente, com a agricultura, com a indústria, com o turismo, com atividades económicas que são essenciais.

E se há país onde esse assunto tem importância é em Portugal, onde nós, além da circunstância das regiões ultraperiféricas — que, já de si, também têm especificidades próprias —, temos, do ponto de vista da coesão territorial, extraordinários desafios a vencer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem de concluir.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E só venceremos esses desafios se conseguirmos conciliar os valores do ambiente, os valores da cultura, os valores do respeito pelas pessoas e os valores da economia,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque sem economia não há pessoas; sem economia nem pessoas os territórios ficam abandonados; e sem economia, sem pessoas e com os territórios abandonados o ambiente é prejudicado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste debate sobre o Conselho Europeu, gostaria de trazer uma questão que é muito importante para nós — diria para todos nós, ou, pelo menos, praticamente para todos nós —, da situação da Ucrânia e da resposta europeia a esta situação.

De facto, a questão ucraniana é um dos destaques da agenda do Conselho Europeu, é normal que assim seja, tendo em conta a escalada russa e o ataque a infraestruturas e a civis na Ucrânia, e eu gostaria de centrar a minha intervenção e os meus pedidos de esclarecimento em três pontos que, para o CDS, são muito importantes.

Em primeiro lugar, gostaria de saber qual é a posição de Portugal relativamente ao apoio militar à Ucrânia, no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Em segundo lugar, gostaria de saber qual será a posição de Portugal relativamente à utilização de bens russos congelados a favor da Ucrânia. E, em terceiro lugar, tendo-se iniciado, ontem mesmo, as negociações, gostaria de saber qual é a posição de Portugal relativamente à integração da Ucrânia na União Europeia.

Tendo ainda tempo, colocaria uma outra questão relativamente ao PRR. Como o Sr. Primeiro-Ministro saberá, este Parlamento decidiu criar uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução do PRR e dos fundos europeus, designadamente do Portugal 2030. E, nessa matéria, o objetivo da criação desta Comissão Eventual é exatamente o de melhorar a fiscalização e aumentar a transparência na execução desses fundos, tão importantes para o desenvolvimento económico do País. Nessa perspetiva, gostaria que explicasse ao Parlamento, Sr. Primeiro-Ministro, qual é a taxa atual de execução do PRR em Portugal.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra. Dispõe de 2 minutos e 30 segundos para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, relativamente às posições de Portugal a propósito da Ucrânia, do apoio militar e do Mecanismo de Apoio Europeu, estivemos sempre na linha da frente da defesa desse mecanismo e da sua concretização.

Além do mais, como já tive a oportunidade de recordar aqui hoje, tivemos a ocasião de estabelecer com a Ucrânia um acordo de cooperação bilateral, com a subscrição, aqui em Lisboa, desse acordo por parte do Presidente Zelenskyy e da assunção de um plano de apoio que é para uma década — não estamos a falar

apenas da gestão mais imediata dos termos em que hoje o conflito está no terreno; estamos a falar de uma cooperação que é transversal e que é dilatada no tempo.

Por outro lado, não falámos aqui hoje, porque a agenda do Conselho Europeu não é a agenda da Cimeira da NATO, mas aproveito a ocasião em que coloca a sua questão para também deixar sinalizado que o apoio de Portugal à Ucrânia, nos próximos anos, vai necessariamente ter de se integrar e acompanhar no esforço de apoio que a NATO vai assumir relativamente a este *dossier*. Não é expectável que, quando se anuncie um pacote de ajuda de 40 mil milhões de euros, algum dos Estados-Membros da Aliança Atlântica fique de fora no esforço que é preciso fazer. Nós já temos uma estimativa sobre aquilo que nos poderá caber. Noutra ocasião, terei a oportunidade de informar o Parlamento quando o assunto tiver, enfim, a solidez que requer uma transmissão formal de um assunto destes à Assembleia da República.

Sobre a questão dos bens congelados à Rússia, estivemos sempre favoráveis, e já estava no objeto da última reunião do Conselho Europeu, está agora no objeto desta reunião e esperamos, naturalmente, que isso se concretize e concretizar-se-á, seguramente, com o nosso apoio.

Assim como o processo de adesão da Ucrânia à União Europeia. É evidente que ninguém tem a noção de que esse processo é fácil, porque é um processo evolutivo, mas aquilo que posso garantir é que já foram dados passos, esta semana mesmo, para poder alicerçar as bases da evolução institucional, legislativa, que pode, no fundo, dar cumprimento aos requisitos de adesão.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, portanto, Sr. Deputado Paulo Nuncio, creio que há razões para continuar a afirmar, sem nenhum problema, que Portugal estará sempre na linha da frente da defesa da paz, dos direitos humanos e do apoio àqueles que estão a ser agredidos de forma injustificada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre a execução dos fundos europeus, talvez refira noutra ocasião, uma vez que já não tenho tempo nem informação mais detalhada.

Em todo o caso, não deixo de assinalar que o Portugal 2030 está a começar, finalmente, a chegar à economia e, quanto ao PRR, estamos a fazer todos os esforços para aumentar a sua execução. Conseguimos receber o que faltava do terceiro e quarto desembolsos, estamos em condições de, nas próximas semanas, submeter o quinto pedido e estamos a tomar medidas que desbloqueiam ações concretas, como, por exemplo, aquilo que já fizemos com cerca de 80 municípios, que é a assinatura de termos de responsabilidade, que é a forma de desbloquear aquilo que era um impasse criado pela falta de capacidade de resposta da Administração Pública para a construção de habitação.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para formular as suas perguntas ao Primeiro-Ministro, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente...

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Portugal está quase a entrar em campo e, por isso, era bom estarmos todos atentos.

Risos.

Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, e longe de nós impedir que Portugal entre em campo.

Relativamente a este debate, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria, em primeiro lugar, de saudar o Governo pela posição que adotou quanto à lei do restauro da natureza. Para o PAN, é de facto importantíssimo que Portugal se tenha colocado do lado certo da história, mas precisamos de ter uma coerência naquela que é a voz que utilizamos ao nível europeu e aquela que, internamente, é a política prosseguida. É que é com alguma preocupação que vimos que, apesar de irmos instaurar planos nacionais de restauro ecológico, se permite, por exemplo, a construção de um aeroporto em cima de uma das maiores bacias de água doce, como é o caso de Alcochete, ou destruição, mesmo aqui ao lado, da Quinta dos Ingleses. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, apelo a que haja uma maior convergência entre a política europeia e a política nacional, pese embora saúde, como é evidente, esta posição.

No que diz respeito à agenda do Conselho Europeu, quanto à Ucrânia, não vou repetir a questão que já foi colocada relativamente às sanções à Rússia, mas gostaríamos de, em articulação com a lei do restauro, e tendo em conta uma das preocupações que já foi demonstrada pelo Presidente Zelenskyy, que tem a ver com a recuperação quer da biodiversidade quer dos solos que estão contaminados por força da guerra, perceber se, efetivamente, isso vai estar na agenda, porque não verificámos esta preocupação segundo a leitura que fizemos da agenda.

Recentemente, obtiveram a ajuda de Espanha para resgatar animais em perigo que estavam em contexto marinho, precisamente por causa do impacto da guerra. Portanto, gostaríamos de perceber se vai ser feito algum esforço para, efetivamente, ajudar a Ucrânia nesta dimensão.

Por fim, quanto à Palestina, gostaria de perguntar-lhe se vai estar disponível, ou não, para cooperar, porque não basta mediar a situação. Estamos a falar de milhares de crianças que têm sido mortas no contexto da guerra, na Faixa de Gaza, e milhares de vítimas inocentes que têm de ter uma resposta que não passe apenas por uma mediação, mas sim por um reconhecimento dos dois Estados e por cooperar com o Tribunal Penal Internacional. Olhamos para a agenda e não encontramos esta cooperação e, por isso, pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se estão disponíveis para cooperar com o Tribunal Penal Internacional — sabemos qual é a sua posição em relação aos dois Estados —, a par daquilo que tem de ser toda a outra dimensão da ajuda humanitária.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder, e não arrisco o tempo...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente e Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, permitam-me que, também com referência à entrada em campo de Portugal, possa só aproveitar — peço-lhe só 10 segundos e, depois, compenso a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real — para dizer ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, pois há bocadinho esqueci-me, que, sim, Portugal condenou e condena a lei de influência estrangeira que a Geórgia promoveu e estará na linha da frente dessa condenação, sem qualquer sombra de dúvidas. Aliás, também estará na linha da frente, já agora, para marcar golos daqui a bocado.

Aplausos do PSD.

Bom, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quanto à lei de restauro da natureza, quero dizer-lhe que, da parte da representação portuguesa, tivemos uma intervenção muito significativa na evolução da discussão dessa importante lei e tentámos corporizar aquilo que é a nossa política de conciliar os valores ambientais com os outros que são, tantas vezes, colocados em crise quando temos uma visão demasiado inclinada apenas para um dos valores. Mas creio que a solução encontrada, que acabou por absorver várias emendas propostas pelo Governo português, é efetivamente uma boa solução.

Depois, gostaria de lhe dizer que, relativamente à Ucrânia, não temos na agenda — é preciso assumi-lo, não está na agenda deste Conselho ainda — operações de desminagem e operações de recuperação ambiental de espaços altamente penalizados. Não quer dizer que não possa haver, já no terreno, alguns países que estejam a colaborar com a Ucrânia nesse domínio. É verdade que, da parte portuguesa, temos privilegiado o apoio em instalações educativas. Temos, aliás, um projeto a correr para a construção de uma escola, mas, atento à observação que aqui deixa, não deixaremos, no futuro, de nos colocar na disponibilidade de poder contribuir para uma recuperação que será absolutamente imprevisível na dimensão.

A recuperação da Ucrânia, a vários níveis, será um projeto para muitos, muitos anos, não há dúvida nenhuma. E, dentro dessa recuperação, para além do mais importante, que são as pessoas, que é a dignidade das pessoas, do ponto de vista das instalações, do ponto de vista do território, do ponto de vista da capacidade aos mais variados níveis e também do ponto de vista natural, ambiental, vai ser efetivamente uma tarefa que nos deve mobilizar a todos e que nos interessa a todos.

Muito obrigado a todos pelas vossas questões.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Está terminado o nosso debate, pelo que peço ao Sr. Secretário o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, os Projetos de Resolução n.ºs 172/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de gratificados da PSP, 173/XVI/1.^a (CH) — Pela prevenção do suicídio nas forças de segurança, e 174/XVI/1.^a (PAR) — Composição da Comissão Permanente; e os Projetos de Lei n.ºs 191/XVI/1.^a (BE) — Reforça a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) através da integração dos animadores socioculturais nos quadros, 192/XVI/1.^a (CH) — Procede à integração plena, do pessoal da carreira de guarda-florestal, na carreira militar da Guarda Nacional Republicana, e 193/XVI/1.^a (CH) — Criminaliza o incitamento ao ódio contra os membros dos órgãos de polícia criminal e órgãos judiciais.

Informo igualmente a Câmara que participaram nos trabalhos, por videoconferência, as Sr.^{as} Deputadas Germana Rocha e Sonia dos Reis, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro, do Partido Socialista.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Ainda não acabou a sessão, porque tenho de indicar a ordem de trabalhos da sessão de amanhã, que consiste na fixação da ordem do dia, requerida pelo Partido Comunista Português, com a discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 173/XVI/1.^a (PCP) — Aprova um programa de emergência para a regularização dos processos de autorização de residência pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo, e 191/XVI/1.^a (BE) — Reforça a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) através da integração dos animadores socioculturais nos quadros, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs 166/XVI/1.^a (L) — Recomenda o reforço da capacidade da Autoridade para as Condições do Trabalho, tendo em atenção as empresas que empregam trabalhadores migrantes, 167/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que centralize os pedidos de renovação de autorizações de residência na AIMA e que alargue as funcionalidades do seu Portal de Serviços, e 169/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que reforce os recursos da AIMA e melhore os seus procedimentos.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 31 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.